BRASIL AÇUCAREIRO

ANO XII — VOL. XXIII MAIO — 1944 N.º 5

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

CRIADO PELO DECRETO N.º 22.789, DE 1.º DE JUNHO DE 1933

Expediente : de 12 às 18 horas.
Aos sábados : de 9 às 12 horas.

COMISSÃO EXECUTIVA

A. J. Barbosa Lima Sobrinho, presidente — Delegado do Banco do Brasil
Alberto de Andrade Queiroz — Delegado do Ministério da Fazenda
Alvaro Simões Lopes — Delegado do Ministério da Agricultura
José de Castro Azevedo — Delegado do Ministério da Viação
Otavio Milanez — Delegado do Ministério do Trabalho.

Alfredo de Maya
Arnaldo Pereira de Oliveira
José Rufino Bezerra Cavalcanti
José Carlos Pereira Pinto
} Representantes dos usineiros

Moacir Soares Pereira — Representante dos banguezeiros

Aderbal Carneiro Novais
Cassiano Pinheiro Maciel
João Soares Palmeira
} Representantes dos fornecedores

SUPLENTES

Gustavo Fernandes Lima
João Carlos Belo Lisboa
Luiz Dias Rolemberg
} Representantes dos usineiros

Manuel Neto Carneiro Campelo Junior — Representante dos banguezeiros

João de Lima Teixeira
José Pinheiro Brandão
} Representantes dos fornecedores

Sede: PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42

RIO DE JANEIRO — Caixa Postal, 420 — Endereço telegráfico : COMDECAR

Fones Álcool-Motor, 43-5079 e 23-2999; Assistência à Produção, 28-6192; Caixa, 23-2400; Comissão Executiva, 23-4585; Comunicações, 43-8161 e 23-0796; Contadoria, 23-6250; Estatística, 43-6343; Estudos Econômicos, 43-9717; Fiscalização, 23-6251; Gabinete da Presidência, 23-2935; Gerência, 23-5189; Jurídica, 23-6161; Material, 23-6253; Mecanografia, 23-4133; Pessoal, 43-6109; Portaria, 43-7526; Presidência, 23-6249; Publicidade, 23-6252; Restaurante, 23-0313; Serviço do Alcool, 43-3798; Serviço Médico, 43-7208; Técnico Industrial, 43-6539.

Depósito de alcool-motor — Avenida Venezuela, 98 — Tel. 43-4099.
Secção Técnica — Avenida Venezuela, 82 — Tel. 43-5297.

DELEGACIAS REGIONAIS NOS ESTADOS

Endereço telegráfico : SATELÇUCAR

ALAGOAS — Rua Sá e Albuquerque, 426 — Maceió
BAHIA — Rua Miguel Calmon, 18-2.º and. — Salvador
MINAS GERAIS — Palacete Brasil — Av. Afonso Pena — Belo Horizonte
PARAIBA — Praça Antenor Navarro, 36/50 - 2.º andar — João Pessoa
PERNAMBUCO — Av. Marquês de Olinda, 58-1.º and. — Recife
RIO DE JANEIRO — Edificio Lizandro — Praça São Salvador — Campos
SÃO PAULO — Rua 15 de Novembro, 228-3.º and.-S. 301/309 — São Paulo
SERGIPE — Avenida Rio Branco, 92-1.º and. — Aracajú
DISTILARIA CENTRAL DO ESTADO DO RIO : Estação de Martins Lage — E. F. Leopoldina.
Endereços: Caixa postal, 102 — Campos; Telegráfico — DICENRIO — Campos; Telefônico — Martins Lage, 5.
DISTILARIA CENTRAL PRESIDENTE VARGAS : Cabo — E. F. Great Western Pernambuco.
Endereços : Caixa postal, 97 — Recife; Telegráfico — DICENPER — Recife.
DISTILARIA CENTRAL DE PONTE NOVA — Minas Gerais — Caixa postal 60 — E. F. Leopoldina.

BRASIL AÇUCAREIRO

ORGÃO OFICIAL DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Registrado, com o n.º 7.626, em 17-10-934, no 3.º Oficio do Registro de Títulos e Documentos e no D . I . P.

PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42 - 9.º pav.

TELEFONE 23-6252 — CAIXA POSTAL 420

DIRETOR — **Miguel Costa Filho.**

Redator principal — **Joaquim de Melo.**

Redatores — **Adrião Caminha Filho, José de Oliveira Leite e Renato Vieira de Melo.**

Assinatura (anual), para o Brasil	**Cr$ 25,00**
Assinatura (anual), para o exterior	**Cr$ 35,00**
Número avulso (do mês)	**Cr$ 3,00**

Vendem-se coleções a partir do 4.º volume, encadernadas, por semestre, excetuando-se os 6.º e 7.º volumes. Vende-se tambem o número especial com o índice alfabético e remissivo do 1.º ao 13.º volume.

As remessas de valores, vales postais, etc., devem ser feitas ao Instituto do Açucar e do Alcool e não a BRASIL AÇUCAREIRO ou nomes individuais.

Pede-se permuta. **We ask for exchange.**

On demande l'échange. **Pidese permuta.**

AGENTES:

OTAVIO DE MORAIS — Rua da Alfândega, 35 — Recife — Pernambuco;

HEITOR PORTO & C.ª - Caixa Postal, 235 - Porto Alegre - Rio Grande do Sul

SUMARIO

MAIO — 1944

POLITICA AÇUCAREIRA 3
DIVERSAS NOTAS — Distribuição de açúcar fluminense — Transporte de açúcar de Sergipe — Nova fábrica de álcool — O govêrno pernambucano e a política açucareira — Prêmios — Hospital de Campos 5
INAUGURADA A DISTILARIA CENTRAL DA BAHIA 7
O FINANCIAMENTO DA ENTRE-SAFRA NA BAHIA 12
ARMAZENAGEM DE AÇUCAR SEM DETERIORAÇÃO 12
UMA VERIFICAÇÃO NA USINA JUNQUEIRA 14
PRODUÇÃO E MOVIMENTO DE ALCOOL NO MUNDO 17
NOVAS RESTRIÇÕES AO CONSUMO DE AÇUCAR NOS ESTADOS UNIDOS 18
CRONICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL 20
FOLKLORE DO AÇUCAR — Joaquim Ribeiro 22
DE FORNO E FOGÃO — Sodré Viana 26
COOPERATIVA DE CONSUMO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DO AÇUCAR E DA LAVOURA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO 27
NO QUE DEU A MENTIRA — Ademar Vidal 28
O SENHOR DE ENGENHO MARTIM CORRÊA VASQUEANES, PRIMEIRO GOVERNADOR DA TERRA GOITACÁ — Alberto Lamego 30
A CURVA DA INDUSTRIA AÇUCAREIRA MARANHENSE — Jerônimo de Viveiros 32
A DETERIORAÇÃO DO MELAÇO ARMAZENADO 35
NUCLEO AÇUCAREIRO DO JEQUITAÍ — Afonso Várzea 36
A HABITAÇÃO NAS ZONAS CANAVIEIRAS DO BRASIL — Vasconcelos Torres 44
RESOLUÇÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I.A.A. 48
ATAS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I.A.A. 56
ATOS DO PRESIDENTE DO I.A.A. 62
O AÇUCAR NA BAHIA, HA' UM SECULO 64
DECISÕES ADMINISTRATIVAS 65
CLASSIFICAÇÃO DE AÇUCAR E ALCOOL — Moacir Soares Pereira 66
LUISIANA E A LAVOURA CANAVIEIRA — Paulo Parísio 70
AS TORTAS DAS USINAS DE ACUCAR — Prof. Jaime Rocha de Almeida . 71
ASSOCIACÃO NACIONAL DE PRODUTORES DE RAPADURA 75
EFICIENCIA COMERCIAL DAS PEQUENAS FABRICAS DE AÇUCAR — Ernest W. Kopke 76
OS PROCESSOS CONTINUOS NA CLARIFICAÇÃO DOS CALDOS E NA FILTRAÇÃO DA CACHAÇA — Paul Madon 79
O ACUCAR E OS DENTES 80
PREMIOS "INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL" NA ASSOCIAÇÃO QUIMICA DO BRASIL 81
QUADROS DA SECÇÃO DE ESTATISTICA DO I.A.A. 82
"HISTORIA DO AÇUCAR" 86
"OS FUNDAMENTOS NACIONAIS DA POLITICA DO AÇUCAR" 88
"GEOGRAFIA DO AÇUCAR" 89
BIBLIOGRAFIA 90
BALANCETE E ORÇAMENTO DO I.A.A. 91
COMENTARIOS DA IMPRENSA 94

BRASIL AÇUCAREIRO

Órgão oficial do
INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

ANO XII — VOL. XXIII MAIO — 1944 N.º 5

POLÍTICA AÇUCAREIRA

Na Bahia, aonde foi, em meados de abril último, afim de inaugurar a Distilaria Central de Santo Amaro, do Instituto do Açúcar e do Alcool, o Sr. Barbosa Lima Sobrinho concedeu uma entrevista coletiva à imprensa.

Transcrevemos, a seguir, do "Diario de Noticias", de Salvador, número de 19 daquele mês, as declarações então feitas pelo presidente do I.A.A.:

"A necessidade de atender à situação do país — disse-nos o Sr. Barbosa Lima Sobrinho — é que nos levou a aproveitar a antiga distilaria existente em Santo Amaro, fundada por uma cooperativa de usineiros. A produção atual da Distilaria, para cuja adaptação às novas exigências já gastou o Instituto do Açúcar e do Álcool aproximadamente 100 mil cruzeiros, é de 12 mil litros de álcool diários, produção que será aumentada logo que cheguem até nós os aparelhos que estão sendo esperados. Então poderemos contar com uma produção de 32 mil litros, sendo 12 mil de álcool hidratado e 20 mil de álcool anidro. Até o momento, já produziu a Distilaria Central a quantidade apreciável de perto de 600 mil litros.

E isso — continúa o presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool — representará uma grande oportunidade para os usineiros baianos, pois será aproveitado todo o melaço residual. E precisamos não esquecer que a indústria do açúcar é uma indústria sobremodo concentrada".

Indagado sôbre se a distribuição do álcool produzido ficará a cargo do Instituto, respondeu-nos o Sr. Barbosa Lima Sobrinho:

— "A função do Instituto que dirijo é produzir o álcool e não distribuí-lo, o que naturalmente compete às autoridades da Coordenação da Mobilização Econômica, sendo que esta função já coube ao Conselho Nacional do Petróleo. A distribuição é uma função de racionamento com a qual nada tem a ver o Instituto do Açúcar e do Álcool".

Continuando, diz o entrevistado:

— "Encontrei na Bahia uma situação que é também um problema: a Distilaria Central entrega o carburante para a venda numa base de 2 cruzeiros e 10 centavos, destinado aos carros racionados. Entretanto, há a importação de álcool de Estados do Norte — Pernambuco e Alagoas — por preços consideravelmente mais elevados, numa base de mais de 3 cruzeiros, considerando, naturalmente, as despesas existentes com o transporte e os intermediários. Para a solução dêste problema, que não é da alçada do Instituto, estamos entretanto dispostos a colaborar com as comissões de abastecimento.

Quanto à produção da Distilaria que amanhã se inaugurará, posso declarar que ela virá atender ao consumo dos carros racionados.

Prossegue o Sr. Barbosa Lima Sobrinho, declarando:

— "A produção atual do Brasil é de 150 milhões de litros de álcool, por ano, o que, evidentemente, não consegue satisfazer o consumo do país, capaz de absorver 300 milhões. E será interessante destacar que, dêsses 150 milhões que hoje produzimos, apenas 30 se destinam às indústrias e utilidades domésticas. Todo o restante, 120 milhões, portanto, são consumidos como carburante.

Êsse grande impulso foi verificado no govêrno do Presidente Getúlio Vargas, que dedica especial atenção ao problema, sendo de notar que, de 1930 a 1933, tôda a produção nacional atingia apenas a 33 milhões de litros por ano. Hoje, como declarei, produzi-

mos já 150 milhões, consumindo a Bahia, dessa quantidade, cêrca de 15 milhões, e todo o norte, até o Ceará, 70 milhões.

— "Será a Distilaria Central de Santo Amaro a quarta inaugurada pelo Instituto do Açúcar e do Álcool, sendo as demais em Pernambuco, Campos e São Paulo. Agora mesmo terminamos outra, em Minas, e começamos os trabalhos para a instalação de uma sexta distilaria, esta no Paraná".

A propósito das vantagens do álcool, como carburante, declarou-nos o Sr. Barbosa Lima Sobrinho :

—" Usámos o álcool anidro para a fabricação de álcool-motor, de acôrdo com as experiências de vários outros paises e as realizadas pelos nossos próprios técnicos. O que vinha tornando prejudicial o uso do álcool como combustível era a existência da água no álcool hidratado. Em vista disso, começou o Instituto, pelos seus técnicos, a realizar estudos nesse sentido e, daí, a fabricação do álcool anidro. E, hoje, a capacidade de produção do álcool anidro, entre tôdas as distilarias existentes no país, é de 700 mil litros, quase metade, portanto, da produção total, o que vem representar uma soma de mais de 300 milhões de cruzeiros".

— "Hoje — prosegue o Sr. Barbosa Lima Sobrinho — o nosso lema é produzir o máximo até que seja conseguida a nossa emancipação em matéria de carburantes. Já será uma grande coisa, por exemplo, quando conseguirmos produzir para atender a 40 por cento das necessidades do Brasil e é preciso dizer que então teríamos chegado a um ponto no qual seria possivel garantirmos o funcionamento daquilo que fôsse essencial à vida do país. E isso sem considerarmos a econômia feita, caso pudéssemos prescindir da importação da gasolina. Nesse sentido, posso lhe declarar que até o ano passado a nossa economia foi de 170 milhões de cruzeiros, isto é: de gasolina, que deixamos de comprar no exterior".

Em seguida, pediram os jornalistas a opinião do Sr. Barbosa Lima Sobrinho quanto, à situação do açúcar baiano.

—" Este ano — respondeu — será a safra baiana a mais promissora, pois a estimativa do Instituto é de um milhão de sacos, para o que, evidentemente, estamos em grande parte na dependência das chuvas. Com isso, alcançará a Bahia a sua maior produção nos últimos tempos, podendo contar com uma situação melhor do que aquela em que se encontram muitos outros Estados. Tôda a nossa produção para êste ano está estimada em 15 milhões de sacos. Não é pequena, portanto, a contribuição da Bahia".

Indagado pelos motivos por que não contava a Bahia com uma refinaria capaz de oferecer à população um açúcar melhor do que atualmente está consumindo, declarou o Sr. Barbosa Lima Sobrinho que essa situação era realmente de estranhar, ainda mais, segundo lembrava um dos jornalistas presentes, quando um Estado menor como Sergipe consumia, graças às suas refinarias, um açúcar melhor que o nosso. Para essa situação, frisou o Sr. Barbosa Lima, não há, entretanto, qualquer dificuldade criada pelo Instituto do Açúcar e do Álcool. Pelo contrário, estamos prontos para colaborar e ajudar os industriais baianos, no sentido de que sejam instaladas nesse Estado quantas refinarias forem necessárias".

* * *

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, estudando detidamente a situação estatística do açúcar em face das necessidades nacionais, aprovou a Resolução n. 79-44, estabelecendo um plano de estímulo à produção e defesa das safras. Êsse plano se resume nos itens seguintes :

I — Declarar que continua livre, nas usinas existentes, o plantío da cana de açúcar, não havendo, como nunca houve, delimitação das áreas de cultura.

II — Declarar que continua livre a produção de álcool, assegurando-se preço compensador ao álcool produzido diretamente da cana, ou do mel rico, considerando como tal o que exceda a relação de sete litros por saco de açúcar produzido. O preço dêsse álcool será fixado na paridade com o preço do açúcar, no mercado paulista.

III — Fixar em 16.400.000 sacos a produção mínima de açúcar necessário ao consumo nacional, aumentando de 20% o limite dos Estados produtores. O açúcar que exceda a essa quota será liberado nas mesmas

DIVERSAS NOTAS

DISTRIBUIÇÃO DE AÇUCAR FLUMINENSE

Na sessão ordinária efetuada pela Comissão Executiva do I.A.A. a 11 de abril último, o Sr. Barbosa Lima Sobrinho tratou da publicação de novo artigo de um usineiro de Campos, sôbre a distribuição do açúcar fluminense, declarando que teve oportunidade de redigir uma resposta e divulgá-la em jornal daquela cidade. Fará constar de ata essa réplica, que esclarece novos aspectos do caso, citando algarismos e demonstrando como e por que se processou a distribuição incriminada.

Queixava-se o usineiro de que grande parte do açúcar de Campos enviado para o Distrito Federal, por ordem da Comissão de Distribuição, era daquí re-exportado para Minas Gerais. No entanto, as estatísticas demonstram que depois dessas medidas de contrôle, as exportações do açúcar fluminense para o mercado mineiro decresceram significativamente. Além disso, a maior parte dêsse açúcar foi colocada nos municípios de Minas, em condições excepcionais, devido às circunstâncias do momento.

O próprio Dr. Nilo Alvarenga, Membro da Comissão Distribuidora, lhe referiu um caso de Caxambú, sempre suprido, em parte, pelos refinadores do Distrito Federal. Havia naquela cidade grande escassez de açúcar. O Prefeito do Município telefonou para a Cia. Usinas Nacionais, pedindo, com o maior empenho, que fornecesse o produto àquela cidade, onde já se acentuava o mal estar dos veranistas. Acrescentava que, ao seu lado, se encontravam, a secundar-lhe o pedido, o General Rego Barros, o próprio Dr. Luiz Guaraná que se interessava, igualmente, por uma solução urgente. Foi por êsse modo que todos os casos se resolveram, até com a intervenção daquele usineiro fluminense, que, com tanta veemência, insiste contra as exportações de açúcar das refinarias do Distrito Federal para o Estado de Minas Gerais.

Acrescentou o presidente que, na réplica não aludiu aos aspectos pessoais do ataque, porque não se considera atingido. O Instituto tem o dever de se defender e, feita a sua defesa, também o terá sido a do seu presidente.

O Sr. Arnaldo Pereira de Oliveira notou, apenas que, na resposta publicada, se atribui o cancelamento das vendas do açúcar fluminense apenas à Comissão Distribuidora, omitindo-se que é seu presidente o do próprio Instituto, e parecendo, assim, que essa autarquia se exime de qualquer responsabilidade.

---

condições do infra-limite, quando necessário ao consumo nacional e considerada a situação dos preços legais. O limite efetivo e real da produção, consequentemente será o do consumo nacional, acrescido da quota de exportação para o estrangeiro e da margem para os estoques convenientes. Para maior segurança dêsse regime, atribuiu-se ao mesmo a duração de um quinquênio.

IV — Dentro dêsse plano a situação do produtor de açúcar se apresenta da seguinte forma: além da produção autorizada, terá direito à liberação de todo o açúcar necessário ao consumo nacional, nas mesmas condições do intra-limite. Para a matéria prima de excesso haverá ainda o recurso do álcool, por preço de paridade com o do açúcar, no mercado campista.

V — O limite final para a produção de açúcar, consequentemente será o do próprio consumo, acrescido do refôrço dos estoques e das possibilidades de exportação para o estrangeiro. Poder-se-ia dizer que ainda assim seria um limite. Na verdade, porém, a liberação do açúcar, além dêsse limite, já não interessaria ao próprio produtor, pois que não poderia deixar de refletir-se na situação dos preços.

VI — O Instituto promoverá a exportação da produção excedente sôbre as necessidades de consumo, dentro da quota fixada pelo Convênio Internacional do Açúcar, após verificar terem as usinas cumprido o programa de produção de álcool estabelecido nos planos de safra.

VII — Continua livre, na safra 1944-45, a produção de açúcar dos engenhos turbinadores e dos engenhos banguês.

Aliás, essa interpretação vem sendo dada aos termos da resposta divulgada.

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho esclareceu que, nessa qualidade, acompanhava os atos da Comissão Distribuidora, na qual, porém, não tinha interferência. A Comissão determinava os cancelamentos e o Instituto com êles concordava. Nem se poderia proceder de outra forma, porque tais providências resultavam de contingências conhecidas.

No entanto, o Instituto se solidarizou com a Comissão Distribuidora, ao defender-lhe os atos ante os artigos dêsse usineiro, e só esclareceu que existia êsse órgão porque o primeiro ataque dava a entender que a iniciativa de tais atos era sòmente do próprio Instituto.

TRANSPORTE DE AÇUCAR DE SERGIPE

A Cooperativa dos Usineiros de Sergipe, em telegrama de 28 de março último, pediu ao I.A.A. autorização para transportar o açúcar extra-limite das usinas da zona do município de Irapiranga para a Bahia, por estrada de ferro, para distribuição aos mercados consumidores através do porto de Salvador.

As referidas usinas dispõem de estoques elevados e o transporte do açúcar é mais conveniente para a Bahia do que para Aracajú, por estarem as usinas à margem da estrada de ferro. Aproxima-se a estação das chuvas e a falta de escoamento imediato do açúcar das usinas em questão acarretaria prejuizos avultados, pela dificuldade que adviria, então, para o seu transporte. Caso sobrevenha a incidência de alguma sôbre-taxa sôbre o açúcar em questão, a Cooperativa assumirá a responsabilidade de seu pagamento.

A Gerência do Instituto opinou favoravelmente à pretensão da Cooperativa, dadas as razões por esta alegadas e considerando ainda a conveniência de facilitar, no momento, o transporte do açúcar do norte para os mercados do sul. A sôbre-taxa que vier a incidir sôbre o açúcar em causa não excederá de Cr$ 7,00 por saco, conforme já foi estabelecido para outros Estados, e será garantida pela Cooperativa dos Usineiros de Sergipe.

A Comissão Executiva, em sessão de 11 de abril último, considerando as razões alegadas pela Cooperativa e pela Gerência, resolveu deferir o pedido, mediante garantia da Cooperativa, nas condições indicadas pela Gerência.

NOVA FABRICA DE ÁLCOOL

Em telegrama de 23 de março último, o Inspetor da Alfandega de Livramento, no Rio Grande do Sul, consultou o I.A.A. sôbre a possibilidade de funcionamento imediato de uma fábrica de álcool, utilizando, como matéria prima, a batata doce e o milho, e cuja inscrição foi requerida por Miguel Jacob Sobrinho.

A Secção de Comunicações, ouvida a respeito, opinou favoravelmente à consulta, de vez que a inscrição de novas fábricas de álcool tem sido admitida, mediante simples requerimento dos interessados, desde que fiquem êstes sujeitos aos planos do álcool que o Instituto venha a estabelecer para a distribuição do produto de origem amilácea que, por ora, não está sujeito ao seu contrôle.

Na sessão ordinária de 11 de abril último, a Comissão Executiva, examinando o assunto, resolveu que a distilaria em questão ficará isenta dos planos de álcool, devendo ser dada resposta, nêsse sentido, ao Inspetor da Alfândega de Livramento.

O GOVÊRNO PERNAMBUCANO E A POLÍTICA AÇUCAREIRA

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho, presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, enviou ao Interventor Agamenon Magalhães o seguinte telegrama:

"Agradeço o seu artigo "A política do açúcar", publicado na Folha da Manhã", no qual, como sempre, revela identidade com o ponto de vista do Exmo. Presidente da República defendendo a política do açúcar do Instituto do Açúcar e do Álcool. Sou, também, sincero entusiasta do zoneamento da produção, que me parece a única fórmula para a salvaguarda dos interêsses nacionais pelo equilibrio das fôrças econômicas integrantes da Federação".

INAUGURADA A DISTILARIA CENTRAL DA BAHIA

Realizou-se a 19 de abril último a inauguração de mais uma distilaria do Instituto do Açúcar e do Álcool. A nova fábrica, localizada em Santo Amaro, na Bahia, perfaz o total de quatro, percentes ao órgão regulador da vida do açúcar no Brasil, e destina-se a atenuar a crise de combustível, em que se debate atualmente o grande Estado do Norte.

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho, presidente do Instituto, seguiu desta capital, de avião, chegando à Bahia no dia 18. Acompanharam-no seu secretário, Sr. Breno Pinheiro, o Sr. João Soares Palmeira, membro da Comissão Executiva do I.A.A., e o engenheiro James Osborne, da Secção Técnico-Industrial do I.A.A.

Na capital baiana, o Sr. Barbosa Lima Sobrinho ofereceu um "cocktail" à imprensa local, durante o qual teve oportunidade de conceder uma entrevista coletiva, que damos noutro local, sôbre aspectos atuais da economia açucareira no país.

No dia 19, dirigiu-se o presidente do I.A.A. para Santo Amaro, acompanhado de numerosa comitiva, composta de autoridades, elementos das classes conservadoras e jornalistas.

A chegada àquela cidade verificou-se às 11,30, sendo a comitiva recebida pelo Prefeito Honorato Viana de Castro, autoridades, funcionários do I.A.A. e população. As ruas principais da cidade estavam embandeiradas, tocando duas bandas de música em homenagem aos visitantes.

Após ligeiro descanso, rumaram todos para o local da distilaria, onde já se encontravam funcionários da fábrica e grande parte da população local.

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho fez entrega de uma tesoura à senhorinha Elmira Gil Pimentel, da sociedade santamarense, a qual cortou a fita simbólica, estendida à porta principal do edifício.

O presidente do I.A.A. e seus acompanhantes percorreram, em seguida, as várias dependências da nova fábrica de álcool, detendo-se em indagações e palestra com os técnicos presentes, desde os laboratórios de análise até as grandes dornas de fermentação. Durante a visita, o Sr. Barbosa Lima Sobrinho foi alvo de uma manifestação por parte do pessoal da distilaria, falando em nome do mesmo o Sr. João Muniz de Aragão, que salientou o interêsse da atual administração do I.A.A. no bem estar do seu funcionalismo.

DISCURSO DO SR. BARBOSA LIMA SOBRINHO

O presidente do I.A.A., inaugurada a distilaria ofereceu, logo depois, um almoço, na sede do Rotary Clube, aos elementos da indústria e lavoura canavieira da Bahia, às autoridades e à sociedade de Santo Amaro.

O ágape transcorreu em ambiente alegre e cordial. Ao champanha, o Sr. Barbosa Lima Sobrinho proferiu o seguinte discurso:

"Em homenagem ao Presidente Getúlio Vargas, inaugura-se hoje, data natalícia de S. Exa., mais uma distilaria de álcool do Instituto do Açú-

PRÊMIOS

Na sessão efetuada pela Comissão Executiva do I.A.A., a 16 de março último, foi lida uma carta do Secretário da Associação Química do Brasil, relativa aos trabalhos de interesse para a indústria açucareira e alcooleira, apresentados ao 3.º Congresso Brasileiro de Química, comunicando que nenhum dos trabalhos apresentados mereceu aprovação para a concessão dos prêmios instituidos pelo Instituto.

Devendo realizar-se em janeiro de 1945, na Bahia, o 4.º Congresso, consulta a Associação se o I.A.A. mantém os dois prêmios instituidos, afim de poder fazer a divulgação, com a devida antecedência, conseguindo um maior número de trabalhos do que os apresentados ao 3.º Congresso.

A Comissão Executiva, por proposta do Presidente, resolveu manter os prêmios em causa.

HOSPITAL DE CAMPOS

Na sessão efetuada a 16 de março último pela Comissão Executiva do I.A.A., o Sr. Castro Azevedo declarou que, há poucos dias se havia realizado em Campos a solenidade da entrega do edifício construido pelo Sr. José Carlos Pereira Pinto para hospitalizar os indigentes daquele próspero e adiantado município fluminense.

Trata-se, acrescentou, de uma das mais grandiosas casas de caridade já levantadas no Brasil. O seu valor, porém, está na iniciativa que traduz um sentimento generoso de solidariedade humana. Vinha, pois, propor a inserção na ata dos trabalhos de um voto de congratulação com o ilustre e digno companheiro Sr. Pereira Pinto.

O voto proposto pelo Sr. Castro Azevedo foi unanimemente aprovado.

cr e do Álcool. Executa-se dêsse modo a política que S. Exa. traçou para o Brasil, quando procurou assegurar à nossa pátria um carburante nacional, condição, sem dúvida, de independência, num universo cada vez mais conquistado pelos motores de explosão. Nada mais justo, pois que esta homenagem ao eminente estadista, criador da política de expansção da produção alcooleira, por todo o território do Brasil.

A Distilaria de Santo Amaro é a quarta distilaria construida pelo Instituto do Açúcar e do Álcool. E basta enumerar o sítio em que se levantaram tais fábricas, para que se patenteie o caráter profundamente nacional dessas iniciativas. Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo e Bahia foram os Estados escolhidos para essas realizações e já duas outras distilarias se acham em construção, a primeira, quase concluida, em Ponte Nova, no Estado de Minas, a segunda, há pouco iniciada, em Morretes, no Estado do Paraná.

Essas as distilarias de propridade do Instituto do Açúcar e do Álcool. Não me refiro às fábricas que foram auxiliadas por meio de financiamento a longo prazo, com juros de 6%. Somadas todas as quantias empregadas pelo Instituto na construção ou financiamento de novas distilarias, chegariamos a um total realmente impressionante — cêrca de noventa milhões de cruzeiros. A indústria de álcool anidro, que não existia em 1932, representa atualmente capital não inferior a trezentos milhões de cruzeiros, parcela de certo não desprezível, no conjunto da riqueza nacional. Além do vulto dessa indústria, não lhe esqueçamos a significação profundamente nacional, pelas origens dos capitais que o formaram e pelo destino da produção, que vale por um esfôrço de emancipação e de autonomia, no domínio dos carburantes, realmente decisivo para a existência e autonomia de qualquer nação moderna.

Em pouco mais de um decêno dessa política necessária quintuplicamos a produção de álcool de todo o país. De cêrca de 30 milhões de litros por ano passamos a 150 milhões de litros. Nesse volume de produção, dois terços representam, em períodos normais, a parcela do álcool anidro, que os técnicos consideraram ideal pelo rendimento maior e, sobretudo, pela miscibilidade mais perfeita à gasolina. Nenhuma dessas realizações teria sido possível, sem as medidas governamentais do Presidente Getúlio Vargas, medidas que foram desde a obrigação, imposta aos importadores de gasolina, de adquirir e misturar ao carburante estrangeiro o àlcool de produção nacional, até o financiamento às fábricas particulares e até a construção, pelo próprio Instituto, de distilarias centrais.

Dentro de um plano dêsse e na sequência de medidas orientadas pela obsessão da unidade e coesão nacional, não seria possível esquecer a Bahia, nem desprezar os argumentos que exigiam esta Distilaria de Santo Amaro. Núcleo considerável de produção de açúcar, não possuindo, entretanto, distilarias modernas, a fábrica que aquí se levatasse não seria bem uma distilaria do Instituto, mas o complemento das usinas da região, a coluna de álcool que se acrescentaria a cada uma delas, para o aproveitamento do mel de tôdas. Não temos no Instituto outro desejo do que êsse de integração perfeita e completa da Distilaria de Santo Amaro no trabalho das usinas da região. A alegria estará, por certo, na razão direta dessa vinculação e dessa interdependência, pois que as distilarias do Instituto, onde quer que se levantem, cuidam exclusivamente de servir à comunhão.

A Distilaria Central da Bahia, vista de frente

Neste mesmo local, existiu outrora uma grande distilaria, que foi mesmo pioneira dessa indústria, pela excelência de seus maquinismos e pelo arrôjo do empreendimento. Faltou, porém, o que nesta nova fase estou certo de que sobrará: o espírito de cooperação, com o qual havemos de colocar esta fábrica de Santo Amaro entre as maiores do País. O que hoje aquí inauguramos é uma distilaria de emergência. Já encomendamos aparelhagem mais completa, com que restaurar neste rincão, o prestígio daquela arrojada iniciativa, criadora da primeira distilaria de Santo Amaro

Para tal obra, não escassearão estímulos, nessa região previlegiada, que é o Recôncavo Baiano. Não me refiro às glórias militares, às tradições

aristocráticas, às vitórias políticas. Bastam-me os ecos da atividade canavieira dêsses vales, desde o primeiro século da tormentosa conquista, quando ainda havia que vencer a resistência bravia dos abatirás. Basta-me a idéia de que somos aquí vizinhos de fábricas que são relíquias da história pátria, como aquele engenho de Sergipe do Conde, que o cronista descrevia, já em 1587, como "o afamado engenho de Mem de Sá".

Retomemos, pois, a tradição. Assumamos o compromisso de fazer desta Distilaria de Santo Amaro o marco, que há de fixar uma era de renascimento e de prosperidade, nessa inebriante paisagem do Recôncavo, onde o massapê, dadivoso e constante, se oferece ao trabalho dos homens como um presente de Deus.

Ergo a minha taça, meus senhores, pelo renascimento do Recôncavo, do Recôncavo da cana de açúcar e dos engenhos dos nomes sonoros, que tanto ilustram as páginas do nosso passado."

Falou, agradecendo em nome dos industriais de açúcar do do Estado, o Sr. Francisco de Assis Sousa.

O Prefeito Honorato Castro, por fim, ergueu um um brinde por motivo da data natalícia do Presidente Vargas, sendo acompanhado por todos os presente.

A sala de dornas de fermentação da nova Distilaria do I.A.A.

HOMENAGEM DOS FORNECEDORES DE CANA AO PRESIDENTE DO I.A.A.

Findo o almoço, o Presidente do I.A.A., acompanhado do Prefeito e autoridades, esteve em visita ao histórico prédio, onde funciona a municipalidade de Santo Amaro. Alí, foi S. S.ª alvo de expressiva manifestação por parte dos fornecedores e lavradores de cana do Recôncavo, os quais tiveram no Dr. Vicente Porciúncula intérprete fiel. O orador fez sentir de início aos presentes a importância da atitude do homenageado, conduzindo, com mãos firmes, a discussão sôbre o Estatuto da Lavoura Canavieira, até sua promulgação, não obstante as grandes fôrças em contrário. Estudou a situação do fornecedor baiano ainda às voltas com a questão das tabelas de pagamento de cana; ressaltou o amparo concreto, traduzido num empréstimo de um milhão e meio de cruzeiros feito pleo I.A.A. à Cooperativa dos Plantadores de Cana da Bahia, para o financiamento nas entre-safras; estendeu-se em considerações sôbre os dissídios entre fornecedores e industriais, reportando-se à necessidade de serem instaladas as Comissões de Conciliação, solução das mais acertadas para a harmonização das classes de fornecedores e industriais.

Depois de mostrar as vantagens que a criação de um campo de experimentação agrícola traria para a lavoura de cana do Estado, o Dr. Porciúncula terminou por transmitir ao Sr. Barbosa Lima Sobrinho a gratidão e o aprêço dos fornecedores baianos.

Em rápido improviso, o Sr. Barbosa Lima Sobrinho agradeceu e reafirmou seus propósitos de incentivar o desenvolvimento técnico e a melhoria social para os campos canavieiros do país.

O presidente do I.A.A., finda a sessão solene, realizou uma visita à Matriz da Purificação, que é o mais rico templo do interior da Bahia.

FINANCIAMENTO À LAVOURA DE CANA DA BAHIA

Após a homenagem dos fornecedores e lavradores de cana ao Sr. Barbosa Lima Sobrinho, na prefeitura de Santo Amaro, regressou S. S.ª, cêrca das 16 horas, à capital bahiana.

Na sede da Delegacia Regiinal do I.A.A., em Salvador, teve lugar, a 20 do mês p. passado, a assinatura do contrato entre a Cooperativa Mista dos Fornecedores da Bahia e o I.A.A., para empréstimo de Cr$ 1.500.000,00, para financiamento aos fornecedores filiados àquele órgão de classe, que fará os adiantamentos de entre-safra a juros de 4% ao ano.

Assinaram o contrato o Sr. Barbosa Lima Sobrinho, pelo I.A.A., os Srs. José Antônio Teixeira, Vicente Porciúncula e Fernando Vasconcelos Pinheiro, diretores da Cooperativa, em nome da mesma.

A INDUSTRIA AÇUCAREIRA E A LAVOURA DE CANA HOMENAGEIAM O PRESIDENTE DO I.A.A.

No mesmo dia da assinatura do contrato para

o empréstimo, acima aludido, a indústria do açúcar e a lavoura de cana da Bahia por intermédio dos respectivos sindicatos, fizeram ao Sr. Barbosa Lima Sobrinho significativa demonstração de aprêço. Ofereceram a S. S.ª um grande banquete nos amplos salões da Associação Atlética da Bahia, aonde foram ter, naquela noite, elementos dos de maior projeção na administração, comércio e sociedade da capital baiana. Compareceram o representante do interventor federal, major Maurino Cezimbra, o secretário de Estado, almirante Lemos Bastos, comandante da Base do Leste, capitão Sousa Lobo, representando o comandante da Região Militar, engenheiro Elísio Lisboa, prefeito da capital, elementos do alto comércio, indústria e lavoura do Estado e representantes da imprensa.

Em nome do Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado, saudou o presidente do I.A.A. o Sr. João Lima Teixeira, que disse as seguintes palavras :

"Encontram-se neste banquete de expressiva significação, fornecedores de cana e usineiros que, reunidos homenageiam a figura por todos os títulos digna e serena de Barbosa Lima Sobrinho.

Um aspecto da assinatura do contrato do empréstimo à lavoura canavieira

O Instituto do Açúcar e do Álcool é uma das instituições de maior relêvo no País, por isso mesmo que surgiu como uma necessidade imperiosa no programa da Revolução de 30.

Ante as novas necessidades e mesmo o estado caótico que se desenhava, fez-se preciso disciplinar a produção, dando-lhe organização capaz de conjugar as fôrças que se dispersavam, que é, na expressão de Henry Noyelle, a ação direcionista, ou, como entende Sombart, a economia planificada, ou, como aconselham outros, a economia dirigida. E' a intervenção do Estado para concretizar a missão arbitral.

Através legislação apropriada foi possivel equilibrar o mercado açucareiro e estabilizar o preço do açúcar, evitando-se a super-produção que acarretasse um desequilíbrio econômico com evidente prejuizo que se refletiria no próprio Estado.

Depois da adaptação da economia dirigida no Brasil, foram estabelecidas medidas de amparo a todos aqueles que estavam integrados no desenvolvimento da produção. Cabe sem dúvida, ressaltar a ação eficiente de Barbosa Lima, à frente dessa autarquia administrativa.

O Estatuto da Lavoura Canavieira é um exemplo frisante da sua alta mentalidade de homem público. Seguindo a orientação sadia e esclarecida do Presidente Vargas, pôde chegar Barbosa Lima a tão auspicioso resultado, porque, Srs., o Estatuto da Lavoura Canavieira é por si só uma obra que honra qualquer govêrno de qualquer país civilizado. Criou êsse diploma legal tribunais administrativos, para resolução das pendências entre industriais e fornecedores, estabelecendo, por outro lado, critério seguro de amparo não só a essas duas classes, mas ao pequeno lavrador e também ao trabalhador rural.

Ainda o ano passado, Barbosa Lima, na qualidade de Presidente da Comissão Executiva do Instituto, regulamentando o disposto no art. 167 do Estatuto, positivou o melhoramento das condições de vida do trabalhador rural, das regiões canavieiras, retirando uma parte da taxa de Cr$ 1,00 sôbre cada tonelada de cana da contribuição dos fornecedores de cana do Brasil, para organizações hospitalares, assistência médica e educativa aos trabalhadores rurais, o que representa manifestação de alto critério social e que interessa diretamente ao Estado.

Interessante também seria se os industriais pudessem contribuir para êsse soerguimento do trabalho coletivo de valorização do homem e da terra.

O trabalhador rural também é um colaborador da indústria e da lavoura, é o homem do eito dos canaviais, simples e bom, de pés descalços e roupa modesta e que ao voltar do trabalho ao ouvir o badalar dos sinos das igrejas dos arraiais ou das vilas, anunciando o morrer do dia, sacode o chapéu de palha ao chão em atitude contemplativa e de homenagem a Deus. E' o toque da Ave-Maria.

Barbosa Lima também cogitou do amparo ao

fornecedor de cana, cuja vida atribulada nos árduos misteres do campo necessitava de uma solução que viesse resguardar os seus interesses, que nem sempre eram compreendidos. Planta com amor à terra, na qual se enraizou como a gramínea. São os descendentes dos velhos senhores de engenho, da Casa Grande e da Capela, que cederam o passo à indústria moderna das grandes chaminés, mas que não deixaram a terra e guardam a memoria do passado. Em cada propriedade agrícola do ubérrimo Recôncavo de Santo Amaro jaz um engenho de fogo morto, é a reminiscência de antanho e também a lembrança daqueles homens fortes, que tudo deram para a emancipação da Pátria.

O lavrador de usina não ficou esquecido, é aquele que trabalha em regime de salariado, mas que por isso mesmo terá a título gratuito área de terra suficiente para plantação e criação necessárias à subsistência de sua família, direito a moradia sã e suficiente, assistência médica e hospitalar e ensino gratuito aos filhos em idade escolar e garantia de indenização no caso de despedida injusta.

Eis porque acentuei que é uma legislação que honra qualquer País.

V. Exa., Dr. Barbosa Lima Sobrinho, muito ainda há que fazer. O setor sob a sua direção tem campo vasto e dá ensanchas a grandes empreendimentos, em prol da economia brasileira.

Necessitam os fornecedores de campos de experimentação, de maquinaria agrícola, afim de atender às necessidades da contingência atual. V. Exa. ainda há pouco nos deu uma demonstração, concedendo um crédito de Cr$ 1.500.000,00 para que a Cooperativa dos Fornecedores de Cana da Bahia promova financiamento das entre-safras.

No momento, o problema da super-produção não nos preocupa, por isso mesmo que já têm sido inauguradas várias distilarias de álcool, inclusive ontem, a do nosso Estado, com o fim de dar escoamento ao excesso da produção agrícola canavieira, revertendo em outro benefício inestimável, de suprir a deficiência de combustível, nas circunstâncias atuais.

A guerra, em que fomos envolvidos por fôrça do ataque inqualificável à honra nacional, nos conduz ao patriótico dever de aumentar a produção em todos os setores da economia, afim de apressar a vitória da causa da Liberdade e dos princípios democráticos que continuarão a reger os destinos do mundo.

O desenvolvimento agrícola e industrial mais do que nunca se impõe na hora que atravessamos, porquanto as fôrças da produção representam uma arma poderosa e de grande eficiência para a vitória das Nações Unidas.

Amanhã, quando cessarem as hositilidades e a guerra tiver o seu têrmo, já agora definido, pela crença na Democracia, pois no ensarilhar das armas, o Brasil irá abastecer outros mercados arruinados pela imposição da fôrça contra a razão. Neste caso será o celeiro do mundo; a madeira das nossas matas virgens, os nossos mananciais petrolíferos, a pecuária em franco desenvolvimento, o nosso ferro aqui mesmo caldeado, tudo isso irá reconstruir as nações destruidas pela barbárie desenfreada, que deixará na história da humanidade, uma mancha negra como advertência aos tiranos, àqueles que descrêem na evidência do Direito e o espírito de justiça que orientam os nossos atos e ações.

O padre Antonio Vieira no "Sermão da Sexagésima", em feliz comparação acentuava: "As flores umas caem, outras secam, outras murcham, outras leva o vento; aquelas poucas, que se pegam ao tronco, e se convertem em fruto, só essas são as venturosas, só essas são as discretas, só essas são as que duram, só essas são as que aproveitam, só essas são as que sustentam o mundo".

O nosso País tem seguido o seu destino, pois há uma sequência de fatores que induzem a concluir, que temos palmilhado a senda do progresso, em equilíbrio imperturbável, segundo o sentido histórico das nossas atitudes.

Indiscutivelmente, a homenagem a Barbosa Lima Sobrinho, promovida pelos industriais de açúcar e fornecedores de cana, êstes últimos que tenho a honra de representar, se estende também ao preclaro Presidente da República, de quem os agricultores têm recebido as maiores demonstrações de amparo, de garantia aos seus direitos, através uma legislação digna dos maiores encômios.

Justo é, pois, que o saudemos, formulando os melhores votos pela sua felicidade pessoal e do seu patriótico govêrno, ficando certo da solidariedade dos agricultores baianos."

Falou, em seguida, o Sr. Pedro Ribeiro Mariani, que fez um retrospecto da história do açúcar, no país, e em particular na Bahia, passando a estudar depois os efeitos do Estatuto da Lavoura Canavieira sôbre certas categorias de usinas baianas. Após apreciar os reflexos da guerra sôbre o já deficiente parque industrial do açúcar, na Bahia, impossibilitado de renovação, ante as dificuldades de receber maquinaria nova, o orador terminou por destacar a atitude ponderada e imparcial do I.A.A. em tôdas as questões relacionadas com o equilíbrio de relações entre o campo e a fábrica.

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho agradeceu, de improviso, a homenagem, frisando seu decidido empenho em continuar servindo à indústria e à lavoura de cana, amparando amplamente as classes produtoras dentro das linhas do programa administrativo traçado pelo presidente Getúlio Vargas. Terminou erguendo um brinde em homenagem àquelas fôrças de produção, tão bem representadas naquela reunião.

O brinde de honra ao presidente da República foi levantado pelo Sr. Otávio Machado, agricultor e industrial dos mais antigos e acatados no grande Estado Nordestino. Fê-lo, após ter relembrado os primeiros dias da política de orientação econômica do I.A.A. e destacado as vantagens que a aplicação, firme e honesta, dos princípios direcionistas em economia havia trazido não só para os que dependem do açúcar na Bahia como também para tôda a população açucareira do Brasil.

*
* *

A propósito da inauguração da Distilaria Central de Santo Amaro, o Sr. Barbosa Lima Sobrinho enviou ao presidente da República o seguinte telegrama:

"Santo Amaro, Bahia — Tenho a honra de comunicar a V. Exa. que, como parte das comemorações da data natalícia de V. Exa., acaba de ser inaugurada em Santo Amaro a Distilaria Central da Bahia, de propriedade do Instituto do Açúcar e do Álcool, com a presença de altas autoridades federais, estaduais e municipais. A nova distilaria que faz parte do plano de construções do I.A.A. usará como matéria prima melaço e terá inicialmente a capacidade diária de produção de 15.000 litros de álcool destinado a carburante, produção essa que será aumentada para 35.000 litros logo que seja montado o aparêlho ora em construção. A matéria prima, que chega à Distilaria por via fluvial e terrestre é armazenada em tanques de ferro com a capacidade aproximada de 1.000.000 de litros. Para escoamento do álcool produzido dispõe o Instituto de três lanchas-tanques. Além do edifício central da fábrica que contém as secções de fermentação, distilação, armazenagem de álcool, casa de caldeira, oficina e almoxarifado, dispõe ainda a distilaria de escritório, armazem de melaço, estação de tratamento dágua, residências para funcionários e vila operária. A produção da safra 1943/44 é calculada em 2.000.000 de litros de álcool. Reitero votos de felecidade pessoal a V. Exa. e Exma. família — Barbosa Lima Sobrinho, presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool.

O FINANCIAMENTO DA ENTRE-SAFRA NA BAHIA

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho, presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, recebeu da Cooperativa dos Fornecedores de Cana da Bahia o telegrama seguinte: "A Diretoria da Cooperativa dos Fornecedores de Canas da Bahia, no momento em que se inicía o financiamento da entre-safra de seus associados com o recebimento, hoje, das primeiras prestações do empréstimo concedido por êsse Instituto para fim tão benéfico, quer expressar a V. Exa., suas congratulações por tão auspicioso acontecimento, que resultará em extraordinário amparo à lavoura de cana da Bahia. Saudações cordiais. — **Rodrigues Teixeira,** Diretor presidente. — **Vicente Porciúncula,** Diretor-Gerente."

ARMAZENAGEM DE AÇUCAR SEM DETERIORAÇÃO

Na Índia, que, como se sabe, é um país tropical, cuja condição atmosférica varia constantemente entre a extrema sêca e a extrema umidade, o armazenamento adequado de açúcar suscita um inludível problema. As maiores avarias têm lugar na temporada de chuvas em que a umidade atmosférica alcança cêrca de 80 por cento, sendo ainda maior nos portos.

Depois de prolixas experiências, tem-se conseguido determinar a umidade crítica dos açúcares do referido país, achando-se entre 60 e 63 por cento da umidade relativa, o que dá um fator de segurança de 0,22 que deveria ser o adequado, contanto que os açúcares não se achem muito contaminados de micro-organismos A umidade crítica do açúcar moreno é de 70 por cento de umidade relativa geral. O pH de sulfitação e carbonatação dos açúcares brancos oscila entre 6,4 e 6,75, e não se altera muito durante a armazenagem. Em todos os açúcares deteriorados apresenta-se um aumento em açúcar invertido e em umidade e uma queda na polarização, adquirindo uma côr um pouco escura, exceto quando o açúcar é refinado com negro animal.

A absorção de umidade tem lugar nos armazens logo que a umidade atmosférica é maior do que a ótima do açúcar.

A deterioração é muito lenta a princípio, porém quando a umidade chega a ser suficiente para o desenvolvimento de micro-organismos vem a ser muito mais rápida. Quanto mais sêco o açúcar menor sua deterioração. O açúcurar moreno, como é natural, se estraga mais ràpidamente que o branco, devido a seu maior conteúdo de umidade e de outras impurezas.

Se a deterioração é moderada, pode ser combatida, sempre que os armazens estejam em boas condições. Para êste fim deverão pôr-se em prática os pontos seguintes: esmerada limpeza dentro e fora do engenho, devendo-se empregar frequentes desinfetantes químicos para a esterilização dos trapiches, pavimentos, etc. Para lavar e secar as centrífugas deverá usar-se vapor reaquecido, devendo conservá-las tapadas e bem limpas. A eficaz clarificação e filtração do suco é de grande importância. Finalmente, o açúcar já elaborado deverá estar o mais sêco possivel afim de não permitir o desenvolvimento de micro-organismos.

Deveremos tratar de armazenar o açúcar em depósitos adequados de modo que nem o ar nem a água possam entrar neles, através das paredes ou pelos pavimentos. Deverão tomar-se precauções para que a umidade do interior do armazem fique sempre abaixo da máxima, para o açúcar.

Estas experiências mostram bem claramente como o exame bioquímico dos açúcares oferece melhor pauta que a análise física para serem averiguadas as condições de armazenagem de que esteja dotado um determinado açúcar. (Do Inst. Imp. de Tecnologia Açucareira, Cawpore, India.)

Notícias de Petree & Dorr

COMPREM BONUS DE GUERRA! BUY WAR BONDS!

E' DEVER DE TODOS AJUDAR AS NAÇÕES UNIDAS PARA A VITÓRIA

Economizar é enriquecer. E a ECONOMIA é mais do que uma VIRTUDE: é uma NECESSIDADE de carater decisivo para o BEM-ESTAR da Sociedade

A melhor maneira de garantir êsse BEM-ESTAR está na compra de

BONUS DE GUERRA

Nas usinas de açúcar a ECONOMIA é, também, uma necessidade, pois o açúcar produzido equivale ao dinheiro, sendo a USINA, com suas diferentes secções, o banco onde se deposita o OURO CRISTALINO nas várias contas em que a eficiência dos aparêlhos determina os juros ou perdas. As instalações novas e mais eficientes evitam prejuizos e asseguram a ECONOMIA

Como exemplo de ECONOMIA possível numa Usina de Açúcar, citamos os resultados obtidos em importante Usina brasileira, onde a decantação velha descontínua foi substituida pela

CLARIFICAÇÃO COMPOSTA DORR,

evitando perdas de açúcar, calor e tempo no processo de depuração das garapas

CUSTO DE DEPURAÇÃO DA GARAPA

	Cruzeiros por tonelada de cana moida		
	Decantação aberta	Clarificação composta Dorr	
	Antiga descontínua	Contínua, conserva calor e açúcar	
	1940	1941	1942
Salários	1,06	0,84	0,75
Produtos empregados	2,44	1,96	2,11
Perdas e gastos na filtração ..	3,50	2,13	1,90
TOTAL — cruzeiros/ton. cana	7,00	4,93	4,76
ECONOMIA COM CC DORR..		2,07	2,24
Toneladas de cana moída ...	84,930	108,425	125,225
Total de lucros com CC DORR		Cr$ 224,440	Cr$ 280,504
Total de ECONOMIA com a instalação da Clarificação Composta DORR, em 2 safras			Cr$ 504,944

Os resultados provam, mais uma vez, que a instalação dos CLARIFICADORES DORR, no processo de CLARIFICAÇÃO COMPOSTA DORR, consegue uma ECONOMIA que amortiza o custo de duas ou três safras, sem levar em conta a melhor qualidade de açúcar e as reais economias no consumo do vapor nas diferentes secções.

Na situação atual, vários clientes têm recebido Preferência nas encomendas e aconselhamos a vantagem de uma proposta condicional para melhorar as instalações.

ECONOMIZAR E' ENRIQUECER!

PETREE & DORR ENGRS. INC.

570 Lexington Ave., New York City.
Caixa Postal 3623 — Rio de Janeiro — Telefone 27-6616

UMA VERIFICAÇÃO NA USINA JUNQUEIRA

O dr. F. Oliveira Guena, assistente técnico da Presidência do I.A.A., dirigiu ao sr. Barbosa Lima Sobrinho a seguinte exposição a propósito de verificações que realizou na Usina Junqueira, em Igarapava, São Paulo:

"Senhor Presidente:

Por determinação de V. Exa. seguimos, em companhia do Sr. Stelio Lima Penante, Delegado Regional de São Paulo, no dia 5 de janeiro do corrente ano, com destino à Usina Junqueira, localizada em Igarapava, Estado de São Paulo, com o objetivo de alí constatar a veracidade da declaração feita pela citada usina ao Coordenador da Mobilização Econômica, Sr. Ministro João Alberto, quando da sua passagem por Igarapava, de que "se vira obrigada a jogar melaço no rio por não ter o Instituto do Açúcar e do Álcool tomado as devidas providências para retirar o álcool já produzido, estando os seus depósitos de álcool todos lotados. A única solução seria, pois, a perda da matéria prima."

Que o melaço foi jogado ao rio não resta dúvida, uma vez que a operação foi filmada, segundo consta.

Depois de estudarmos o assunto, chegamos à conclusão que de fato a Usina Junqueira foi obrigada a jogar ao rio o melaço, no decorrer da safra 43/44, mas não por culpa do I.A.A. e sim por culpa exclusiva da direção técnica daquela usina, como provaremos mais adiante.

Aliás, um simples operário da usina estaria em condições de prevêr aquela solução, dadas as condições em que a Usina estava trabalhando na safra referida.

O raciocínio que segue é elementar: temos um recipiente com a capacidade de 10 lts. inicialmente vazio. A partir de uma certa data, diariamente, colocamos pela manhã 3 lts. de água e à tarde retiramos 2 lts. No fim de 9 dias, ou melhor, no nono dia, quando formos colocar os 3 lts. êsses não caberão no depósito, pois o mesmo já contém 8 lts.; teremos, então, que colocar sòmente 2 lts., jogando fora o litro restante.

Analisemos a declaração da Usina Junqueira: de ter sido obrigada a jogar melaço no rio por não ter onde colocar o álcool fabricado.

Aceitemos como verdadeira a declaração e estudemos os mapas de produção diária da safra 43/44 (art. 59, Dec. Lei 1831, de 4-12-39) da usina assinados pelo encarregado da mesma.

	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
Estoque anterior . . .	—	553.432	885.318	1.329.862	1.553.482	1.542.196
Produção — mês . . .	582.174	571.686	681.114	568.220	316.264	—
S O M A	582.174	1.125.118	1.566.432	1.898.082	1.869.746	1.542.196
Saidas	28.742	293.800	236.570	344.600	327.550	170.150
Estoque atual	28.742	239.800	1.329.862	1.553.482	1.542.961	1.372.046

Estudemos particularmente o mês de setembro.

A capacidade de estocagem de álcool da usina é de 1.600.000 lts. nos depósitos, sem levarmos em consideração a capacidade dos tonéis que sempre existem nas usinas, de sua propriedade ou de propriedade dos compradores de álcool.

No mês de setembro, quando a produção e o estoque anterior subiram ao máximo, 1.898.082 lts., houve também uma saida máxima, 344.600 lts., não chegando a comprometer o depósito de álcool, tanto assim que, ao se encerrar o balanço mensal, o seu estoque era de 1.553.482 lts., quantidade inferior à capacidade de estocagem.

Pelo livro de produção diária do mês de setembro, vemos que a distilaria de fato esteve parada nos dias 16, 17, 18, 19, 20 e 21.

Qual era o seu estoque nesta data?

Estoque anterior	1.329.862	(31-8-43)
Produção até 15-9-43 . .	331.686	
	1.661.548	
Saidas até 15-9-43 . . .	70.420	
	1.591.128	

Nessas condições vemos que, quando a "distilaria foi obrigada a parar", a capacidade de depósito de álcool não tinha sido atingida.

Não levamos em conta o álcool de 2.ª; mesmo êsse, cuja produção atingiu a 34.102 lts. até o dia 15, podia ter sido guardado em tonéis.

Mas a usina não possuia tonéis em seu poder. Muito bem. Então como pôde dar saida a 20.400 lts. no dia seguinte, 27.200 lits. no dia 17, 10.500 no dia 18, 66.600 lts. no dia 20, 13.400 lts. no dia 21, para recomeçar a distilação dando uma saida diária média, até o fim do mês, de 19.000 e mais 3.000 lts. diários de álcool de 2.ª?

Como é que em 4 dias a Usina Junqueira pôde dar saida a 138.200 lts. de álcool, numa média diária de 34.550 lts.? E por que não o fez anteriormente, se a partir de julho a Usina Junqueira já vinha desrespeitando as ordens do I.A.A., dando saída de álcool sem a devida autorização?

O Instituto teria qualquer responsabilidade

no caso do álcool e não no do melaço, se de fato a Usina estivesse com o depósito cheio e não tivesse dado saida a quantidade suficiente de álcool.

Isto não se deu. Autorizações dadas pelo I.A.A.:

JUNHO

Dia 8	— Prefeitura de Jardinópolis	10.000 lts.
" 10	— Antonio Diederickson . . .	50.000 "
" 16	— Prefeitura de Pedregulho .	20.000 "
" 17	— Prefeitura de Ituverava .	20.000 "
" 17	— Prefeitura de Guará . . .	5.000 "
" 18	— Prefeitura de Igarapava . .	20.000 "
	Total	125.000 "

JULHO

Dia 9	— Prefeitura de Ribeirão Preto	20.000 lts.
" 10	— Prefeitura de Franca	40.000 "
" 22	— Prefeitura de Igarapava .	10.000 "
	Total	70.000 "

AGOSTO

Dia 5	— Prefeitura de Jardinópolis	10.000 lts.
" 20	— Helvecio Machado	12.270 "
	Total	22.270 "

SETEMBRO

Dia 1	— Prefeitura de Ituverava ..	30.000 lts.
" 3	— Expedição Roncador-Xingú	30.000 "
" 8	— Prefeitura de Orlândia ..	16.000 "
" 10	— Prefeitura de Franca	8.000 "
" 11	— Prefeitura de Orlândia ..	20.000 "
" 13	— Prefeitura de S. Joaquim	10.000 "
" 13	— Prefeitura de S. Joaquim	10.000 "
" 15	— Prefeitura de Pedregulho .	12.000 "
" 15	— Prefeitura de Igarapava .	20.000 "
	Total	156.000 "
	Total liberado até 15 de setembro ..	373.270 lts.

Isto sem levarmos em conta uma ordem de liberação de 200.000 lts. dada à Delegacia Regional de Belo Horizonte, que não foi integralmente distribuida, pois os compradores mineiros de álcool se recusavam a aceitar alegando dificuldades de tôda a ordem que encontravam, não só pela questão de transporte como também com relação à própria usina.

Vejamos agora as saidas de álcool acusadas pela usina nos meses de:

Junho	28.742 lts.	
Julho	239.800 "	
Agosto	236.570 "	
Setembro	70.420 "	(até 15-9-43)
Total	575.532 "	

Comparemos as quantidades de álcool saidas e autorizadas até 31-8-43:

Saidas	505.112
Autorizadas	217.270
	287.842

Verificamos que houve uma diferença de 287.842 lts. de álcool entre o autorizado pelo I.A.A. e o entregue pela usina, nos meses de Junho, Julho e Agosto, álcool que saiu sem a devida autorização do Instituto.

Entretanto, nos primeiros 15 dias de setembro, enquanto o I.A.A. já tinha autorizado um total de 156.000, a usina só deu saida a 70.420 lts.

A Usina Junqueira, que não teve o menor escrúpulo em entregar álcool sem autorização do I.A.A., quando ainda não tinha o problema de armazenamento de álcool, resolveu de setembro em diante tornar-se rigorosamente obediente.

Ainda, se isto tivesse se dado, muito bem. Mas acontece que a usina continuou a não levar em conta o Instituto, tanto assim que, tendo ordem para entregar 156.000 lts. de álcool, só fez entrega de 70.420 lts.

Há a acrescentar ainda, enquanto que as vendas de álcool da Usina saiam com facilidade, as ordens do I.A.A. deixavam de ser atendidas, como podemos verificar pelos telegramas recebidos pela D. R. de S. Paulo, dos Srs. Prefeitos.

Em	28-7	a	D.R.	reclamava	o	cumprimento	de	uma	ordem	dada	em	16-6
"	30-7	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	17-6
"	30-7	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	18-6
"	13-8	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	17-6
"	29-7	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	9-7
"	20-7	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	10-7
"	10-9	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	22-7
"	2-9	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	5-8
"	10-9	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	1-9

Portanto a alegação da Usina, de que foi obrigada a jogar o melaço no rio por se acharem os seus depósitos de álcool cheios, não pode ser aceita.

Aliás, são duas questões bem distintas: uma é a parada da distilaria por falta de depósito para álcool e a outra é a necessidade de **jogar melaço no rio por não possuir a Usina depósitos suficientes**. Aceitariamos, quando muito, que a distilaria tivesse sido obrigada a parar, mas nunca que tivesse sido obrigada a jogar melaço no rio, por não ter o I.A.A. retirado o álcool fabricado, como demonstraremos a seguir:

Em 1942, com 192 dias de moagem, foram

moídas 219.004 toneladas de cana, produzindo 329.414 scs. de açúcar;

Em 1943, com 154 dias de moagem, foram moídas 215.385 toneladas produzindo 351.177 sacos de açúcar;

No primeiro caso temos uma média diária de 1.140,6 e no segundo caso 1.398,6 toneladas de cana; no primeiro caso temos uma fabricação diária média de 1.715,6 sacos e no segundo caso 2.280,3 sacos.

Vemos, portanto, que houve um aumento na capacidade da usina (parte de moagem e fabricação).

Que fez a direção técnica da Usina?

Aumentou também proporcionalmente o capacidade da distilaria?

Não. — Vejamos as médias dos meses, nos anos de 1942 e 1943.

1942										
Julho	517.064	lts.	de	álcool	em	26	dias	—	19.887	lts. por dia
Agosto	416.404	"	"	"	"	23	"	—	18.104	" " "
Setembro	500.632	"	"	"	"	29	"	—	17.263	" " "
Outubro	538.504	"	"	"	"	29	"	—	18.656	" " "
Novembro . . .	540.096	"	"	"	"	26	"	—	20.772	" "
Dezembro	170.494	"	"	"	"	8	"	—	21.311	" " "

1943										
Junho	582.174	lts.	de	álcool	em	28	dias	—	20.700	lts. por dia
Julho	571.686	"	"	"	"	30	"	—	19.100	" " "
Agosto	681.114	"	"	"	"	31	"	—	21.900	" " "
Setembro	568.220	"	"	"	"	24	"	—	23.600	" " "
Outubro	316.264	"	"	"	"	14	"	—	22.600	" " "

Chegamos a resultados semelhantes usando os dados que constam dos boletins técnicos da Usina.

MELAÇO ENVIADO PARA A DISTILARIA

	1942	1943	Diferença
15 — Junho.	—	61.068 kg.	—
19 — Agosto	58.644 kg.	58.201 kg.	—
11 — Setembro	62.422 kg.	71.001 kg.	8.579
15 — Setembro	64.845 kg.	71.050 kg.	6.205
29 — Setembro.	58.887 kg.	65.160 kg.	6.273
6 — Outubro	54.750 kg.	64.980 kg.	10.230
15 — Outubro	61.572 kg.	64.845 kg.	3.273

Temos, pois, que a capacidade da distilaria não variou de acôrdo com o aumento verificado na capacidade da fábrica de açúcar.

Todavia êsse inconveniente teria sido contornado se os Diretores da Usina Junqueira tivessem dado a única solução para o caso e a mais simples: aumentar a capacidade de estocagem do melaço.

Essa, que anteriormente era de 1.400.000 quilos, quando a usina moia 1.140,6 toneladas de cana por dia, para fabricação de açúcar em 1943, continuava a ser a mesma tendo a usina passado a moer 1.398, 6 toneladas de cana por dia.

Assim não era possivel.

Foi, pois, com tôda a razão, que segundo nos contaram na própria Usina, a pergunta que se ouvia por todo lado era: que faremos com tanto melaço? Desacôrdo entre os responsáveis pela fabricação do açúcar e os do álcool.

Com tôda facilidade podemos calcular o dia em que forçosamente teria que ser jogado melaço no rio, pois a capacidade de estocagem do melaço estaria esgotada (êsse cálculo não ocorreu aos Srs. Diretores da Usina Junqueira).

PRODUÇÃO E MOVIMENTO DE ÁLCOOL NO MUNDO

ESTADOS UNIDOS

Uma correspondência de Nova York divulgada na imprensa desta capital informa que o chefe da Divisão de Produtos Químicos da Junta de Produção de Guerra, Sr. Walter S. Whitman, declarou que os Estados Unidos precisam obter êste ano um suprimento de 30 milhões de galões de álcool para fins industriais, de modo a cobrir a diferença atualmente prevista entre as reservas daquele artigo e as necessidades da produção bélica em 1944.

Mostrando o extraordinário desenvolvimento do emprêgo do álcool nas indústrias que trabalham para o esfôrço de guerra, lembra a correspondência em aprêço que a fabricação de borracha sintética exigirá, no ano em curso, nada menos de 347 milhões de galões de álcool, o que contribuirá, de certo, para agravar a crise do álcool nos Estados Unidos. Para se ter uma idéia do aumento do consumo do álcool industrial basta dizer que, em 1943, foram utilizados na produção de borracha sintética 127 milhões de galões de álcool, ou seja, pouco mais de um terço do volume que será utilizado êste ano. Há ainda a considerar o consumo de álcool em atividades indiretamente ligadas à guerra e às necessidades civís, que, em 1943, determinaram um gasto de ..... 147.900.000 galões de álcool e, êste ano, determinarão um gasto de 165 milhões de galões.

A correspondência informa que as declarações do Sr. Whitman causaram verdadeira sensação nos círculos da indústria alcooleira norte-americana e acrescenta que as autoridades estão procurando estimular a produção de álcool tanto nos Estados Unidos como na América Central, aproveitando-se como matéria prima a cana e os cereais. Adianta que o **deficit** previsto de 30 milhões de galões poderá ser aumentado, agravando a crise do álcool e conclui chamando a atenção dos industriais brasileiros de álcool e de bebidas alcoólicas para a possibilidade que se lhes oferece de colocar os seus produtos no mercado norte-americano.

	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
Melaço produzido . . .	616.285	1.299.857	2.825.860	2.275.700	2.314.240
Dias de moagem	25	30	31	31	30
Média diária	24.600	43.000	91.000	73.000	77.141

Saida diária média de mel para a distilaria . . . . 65.200 kg.

Produzido		Saido p/ distilaria	Saldo que passa para o mês seguinte
Maio	616.285		616.285
Junho	1.916.140	28 x 65.200 = 1.825.600	90.540
Julho	2.916.400	30 x 65.200 = 1.956.000	960.400
Agosto	3.236.100	31 x 65.200 = 2.021.200	1.214.900
Setembro			
2	1.292.041	65.200	1.226.841
2	1.303.982	65.200	1.238.782

Estabelecemos, assim, uma progressão aritmética em que o primeiro termo é 1.214.900 e a razão é:

$$77.141 - 65.200 = 11.941$$

Sendo o último termo da progressão 1.400.00 (capacidade do depósito de melaço) podemos substituir na fórmula $m = a + nr$ em que **n** é a nossa incógnita:

$$1.400.000 = 1.214.900 + 11.941\ n$$

$$n = 16{,}3$$

Pelo cálculo acima verificamos que a partir do 16.º dia de setembro: (ou, sejamos mais precisos, às 7 horas e 12 minutos do dia 16 de setembro) a Usina Junqueira seria obrigada a "jogar melaço no rio", pois a sua capacidade de estocagem de melaço estaria esgotada.

Perguntaremos agora: qual a responsabilidade do I.A.A. neste caso?

Aceitemos, para argumentar, que coubesse ao I.A.A., depois de ter autorizado a saida do álcool, tomar as providências para que êle fosse retirado dos depósitos da usina e que essas providências não tivessem sido tomadas.

Nesse caso teriamos os depósitos de álcool cheios e o DEPOSITO DE MELAÇO TAMBEM CHEIO.

A responsabilidade de se achar o depósito cheio e ser necessário jogar melaço no rio, por não possuir onde guardá-lo, cabe única e exclusivamente à Usina, cujos diretores não tiveram a visão do problema, ou melhor, não quiseram fazer o raciocínio elementar que indicamos no início desta exposição.

Em resumo, Sr. Presidente, é a seguinte a conclusão a que chegamos: a Usina Junqueira, aumentando a sua capacidade de esmagamento e de fabrico de açúcar (servindo-se de peças da "usina velha"), não cuidou do aumento correspondente na distilaria, afim de se dar vazão ao melaço produzido e, nem mesmo providenciou a estocagem do excesso do melaço (excesso sôbre a capacidade da distilaria). O excesso de melaço estocado seria utilizado mais tarde.

Respeitosamente — **F. Oliveira Guena** — Assistente Técnico da Presidência."

NOVAS RESTRIÇÕES AO CONSUMO DE AÇUCAR NOS ESTADOS UNIDOS

Segundo um comunicado da Administração de Alimentação de Guerra (W.F.A.), publicado a 26 de fevereiro último, o abastecimento de açúcar à população civil nos EE. UU., durante 1944, será menor que o do ano passado. O fato é devido ao desvio dos melaços de cana para a fabricação de álcool industrial afim de satisfazer as necessidades crescentes das fôrças armadas americanas e aliadas e, também, à crise de transportes. O açúcar destinado à população, êste ano, atinge a cifra de 5.074.906 toneladas curtas, num cálculo bruto; quer dizer, há uma redução de cêrca de 6% em relação aos 5.400.000 toneladas, consumidas em 1943.

As formidaveis exigências em álcool industrial, especialmente para a fabricação de borracha sintética e outros produtos de importância vital ao esfôrço de guerra, ultrapassam em quase 50% as de 1943 e em 180% as de 1942. Traduz tal procura a necessidade de lançar-se mão de 800 mil toneladas do açúcar da safra cubana para fabricar melaços invertidos, destinados ao programa alcooleiro e ainda deixar de lado, como reserva, mais 200 mil toneladas, que terão idêntico destino.

Em 1943, os cereais contribuiram com o grosso da matéria prima necessária à fabricação de álcool. Todavia, a expansão do programa alcooleiro, associado à conjuntura da formação de grandes estoques de cereais, para alimento e forragem, exige a produção de melaços invertidos, de que não se extrai e que, portanto, rende muito mais álcool do que os melaços finais, um sub-produto da fabricação açucareira. Além disso, os melaços finais, com que se pode contar, apenas cobririam uma fração diminuta das necessidades de álcool, destinado ao esfôrço de guerra.

As quotas cedidas ao consumo civil mantêm-se firmes para o primeiro e segundo trimestres, dêste ano; para os períodos subsequentes, porém, ficam sujeitas a possíveis ajustamentos. Para janeiro/junho, a quota cedida foi de 2.351.462 toneladas. O período janeiro/março é considerado como, em tempos normais, o de mais baixo consumo do ano.

A procura de alimentos enlatados ou confeccionados, bem como o fabrico de doces caseiros, aumenta significativamente durante os meses primaverís — abril, maio e junho — atingindo o seu máximo durante o período 1.º de julho a 30 de setembro. Daí até o fim do ano, cai verticalmente o consumo açucareiro.

A quota total para 1944 é de 6.529.098 toneladas. A maior parte da diferença de 1.454.192 toneladas entre o total geral e o destinado ao consumo civil, vai para as fôrças armadas de Tio Sam e dos seus aliados, enquanto 200 mil toneladas ficam reservadas para o programa alcooleiro (em adição às 800 mil toneladas, sob a forma de melaços invertidos).

O açúcar cedido para uso não-civil, durante a primeira metade de 1944, inclui 350.938 toneladas para emprêgo direto como açúcar e 222.642 toneladas para uso indireto, como alimentos confeccionados. Incluidas no uso direto estão 269.378 toneladas para as fôrças armadas e serviços de guerra e 79.618 toneladas para os aliados e outras nações amigas, as áreas libertadas, territórios americanos e a Cruz Vermelha.

O total geral de 6.529.098 toneladas foi construido às custas de um remanescente de 1.800.000 toneladas, aproximadamente, existente na área continental a 1.º de janeiro dêste ano, de 1.775.000 toneladas produzidas antecipadamente pela metrópole, 4.561.000 toneladas de entradas esperadas das áreas insulares, menos um saldo de 1.607.000 toneladas do começo de 1945. Êsse saldo, que vai figurar como estoque de reserva, para as operações no mercado, será o menor já verificado, em território metropolitano, nêstes últimos dez anos. Mais de meio milhão de toneladas de açúcar extra-continental foi retirado do cômputo total das importações pelos EE.UU., visto que tais partidas do produto seguirão diretamente das zonas produtoras para a Rússia, África do Norte e África Ocidental, francesas.

Em vista da dominação pelos nazistas da maior parte do açúcar de beterraba do mundo e do controle nipônico das zonas canavieiras do Extremo Oriente, as necessidades açucareiras do Reino Unido, Canadá e Rússia deverão ser satisfeitas, na sua maior parte, pela República Dominicana, Cuba, Haití e outras ilhas do mar das Caraibas.

FONTES DO AÇUCAR AMERICANO

Normalmente, cêrca de 30 por cento do açúcar consumido nos Estados Unidos são de produção local, vindo uns três quartos dos Estados beterrabeiros do centro-oeste e oeste do país e o restante, das zonas canavieiras da Luisiana e Flórida. A produção beterrabeira caiu, em 1943, mas, em compensação, elevou-se a da cana, graças a uma safra maior na Luisiana.

Os 70% restantes das exigências açucareiras do país são, em tempos normais, cobertos quase que integralmente por Porto Rico, Havaí, Cuba e a Comunidade das Filipinas. A perda das Filipinas, em 1942, e a queda da produção beterrabeira, em 1943, acentuaram significativamente a dependência dos EE. UU. em relação a Cuba e outras áreas extra-continentais. Já as safras cubanas de 1942, 1943 e 1944 foram compradas, quase que na sua totalidade, pelo govêrno americano. Espera-se que, êste ano, Cuba produza 4 milhões de toneladas, das quais apenas 200.000 não foram adquiridas pelo govêrno americano. Ainda serão aproveitadas, como já foi dito, 800 mil toneladas na produção de melaços invertidos, destinados ao programa alcooleiro.

A produção em Porto Rico e Havaí, a despeito de contratempos sofridos pelos plantadores de cana, tem-se mantido nos niveis de antes da guerra. Contudo, as safras de 1944 daquelas duas zonas produtoras tendem, no corrente ano, a apresentar uma baixa de quinze por cento em relação aos níveis anteriores, em virtude da escassez de adubos e dificuldades de aquisição de maquinaria agrícola. Aquelas ilhas concorrem com uns 26% do abastecimento do continente americano; quantidades menores de açúcar entram no território da metropole, provindas de paises estrangeiros outros que não Cuba.

(De "Lamborn Sugar Market Report", fevereiro, 1944.)

CONSTRUTORA de DISTILARIAS e INSTALAÇÕES QUIMICAS S.A.

CAPITAL SOCIAL REALIZADO : Cr$ 15.000.000,00

Oficinas : **SÃO PAULO**
Rua Passo da Pátria, 1515
Alto da Lapa — Bela Aliança.
Caixa : 3161 - Fone: 5-0617

Teleg. "CODIQ"

Escritório no **RIO**
Praça 15 de Novembro, 42-3.º pav
(Salas 301/302)
Caixa : **3354** - Fone : **23-6209**

A MAIOR ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO DE DISTILARIAS DE ÁLCOOL E INSTALAÇÕES QUÍMICAS

Área dos terrenos pertencentes à Cia. — 45.000 m²

600 operários, 60 técnicos e empregados

Fundição de bronze, ferro e aço

Fábrica própria de **moto-bombas**

Construção de material de **usinas de açúcar**

Contratou, de 1941 a fins de 1943, **51 distilarias de álcool etílico, tôdas construidas no Brasil,** partindo de melaço, cana, mandioca, milho, laranja e bananas, das quais 30 já funcionando, 12 em montagem e 9 em construção.

Construiu, no **ramo de distilação,** distilarias, de : acetona, álcool butílico, eter sulfúrico, aguardente fina de laranja e banana; benzol, xistos, carvão e madeira.

A capacidade de produção diária das distilarias de álcool construidas por CODIQ é de 345.000 litros, tendo duplicado, desta forma, a capacidade de produção das distilarias de álcool anidro existentes no Brasil, antes da guerra

CRÔNICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL

AUSTRÁLIA

Durante muitos anos, a introdução de variedades de cana em Queensland, não se fez com as devidas cautelas no que diz respeito ao controle das moléstias. E o resultado dessa imprevidência é que as lavouras canavieiras ficaram infestadas de várias doenças, de que eram portadoras as canas importadas.

Fato idêntico, aliás, ocorreu em outras regiões produtoras, como na Luisiana, onde, há cêrca de vinte anos, uma virulenta irrupção de mosaico reduziu de 80 por cento as lavouras. Sòmente com o replantio de variedades resistentes é que a indústria açucareira conseguiu restaurar a sua situação financeira.

Em Queensland, as doenças da cana não chegaram a assumir o caráter de calamidade, como aconteceu naquela região dos Estados Unidos. Todavia, as lavouras australianas experimentaram sérios ataques, felizmente limitados a zonas não muito extensas. Apesar disso, as doenças têm custado sérios prejuizos aos plantadores.

Há doze anos, o Departamento de Estações Experimentais de Açúcar iniciou um trabalho sistemático de controle das doenças que afetam as lavouras canavieiras e vem obtendo resultados satisfatórios. E' o que se constata através da leitura do seu último relatório, que compreende as atividades do ano que se encerrou em 30 de junho de 1943.

No seu número de novembro, "The Australian Sugar Journal" comenta o relatório e cita alguns trechos que evidenciam os progressos conseguidos por aquele órgão no que respeita ao controle das moléstias da cana. A gomose, por exemplo, não ofereceu perigo no período estudado pelo relatório; convém notar que, há poucos anos, êsse mal ameaçava sèriamente as plantações localizadas nos distritos do centro e do sul, e hoje é desconhecido nessas zonas. Nas áreas de Mossman, Hamblodon e Murgrave, a "downy mildew" está sob controle, o mesmo acontecendo no distrito de Mackay, onde, em 1941/42, foram assinaladas algumas infestações de certa gravidade. Nos distritos de Bundaberg e Isis, a doença de Fiji foi constatada em caráter mais grave. Todavia, os agentes responsaveis por essa agravação do mal foram localizados, de forma que a situação não ofereec maior perigo. Quanto ao mosáico, o relatório expressa que, com as medidas de controle postas em prática, essa moléstia não voltará a constituir-se em maior perigo para a indústria.

"The Australian Sugar Journal" assim resume a sua impressão do relatório, na parte referente às doenças da cana: "A impressão geral que se obtém desta parte do relatório é que as doenças estão sob controle, as perdas decorrentes das mesma foram reduzidas e há possibilidades de maior redução; a situação oferece, assim, um considerável grau de segurança. Contudo, como persistem as fontes de infecção e o contole das variedades importadas é relativo, é de vital importância para a indústria manter a sua organização de controle das moléstias na maior eficiência possível."

CUBA

Em um dos seus últimos números aqui chegados, o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal" divulga as quotas distribuidas às usinas cubanas, de conformidade com o decreto presidencial que fixou a produção da ilha para o corrente ano.

As centrais recebem as suas quotas em sacos de 320 libras (145 quilos). Pode-se, assim, conhecer a capacidade das principais usinas cubanas pelas quotas que lhes foram atribuidas.

As maiores quotas foram dadas às centrais Delícias (682.727 sacos) e Preston (673.972 sacos). Seguem-se, em ordem decrescente: Jaranú..... 592.626; Vertientes, 544.840; Boston, 539.075; Manati, 512.295; Morón, 500.278; Chaparra, 457.937; San German, 434.509; Hershey, 416.152 sacos.

As usinas que se seguem têm quotas superiores a 300.000 sacos, a saber: Stewart, 391.081; Cunagua 390.349; Punta Alegre, 388.730; Baragua, 385.407; España, 380.961; Violeta, 375.119; Cuba, 360.092; Jatibonico, 321.068; Francisco, 302.380; Toledo, 300.329.

Detentoras de quotas superiores a 200.000 sacos encontram-se as seguintes usinas; Senado, 291.961; Gomez Mena, 290.112; Florida, 278.814; Jababo, 267.457; Tanamo, 267.263; Jagueyal, ... 264.227; Elia, 261.053; Miranda, 257.656; Palma, 245.038;Agramonte, 244.851; Santa Lucia, 240.134; Lubareño, 237.550; Estrella, 233.880; Mercedes, 231.769; Santa Marta 223.405; Alto Cedro, 219.722; Tacajo, 218.862; Conchita, 218.707; Cerpedes, 218.213; Adelaida, 217.916; Boguanos, 216.184; Tuinum, 212.926 sacos.

— A grande indústria açucareira de Cuba, a maior do mundo, — informa o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal" de 17 de fevereiro, — está agora associada com a "Sugar Research Foundation", de Nova York, e assim contribuirá para os objetivos que se propõe levar a cabo aquela organização, isto é, estabelecer o valor do açúcar na dieta humana através de pesquisas científicas e explorar as possibilidades do açúcar como material básico para o fabrico de produtos não alimentares.

O acôrdo foi firmado em Havana, após uma série de conferências, das quais patrticiparam representantes dos industriais e agricultores cubanos e o diretor executivo da Fundação, Sr. Ody H. Lamborn. Também estiveram presentes às conversações o presidente e o diretor científico da Fundação, respectivamente, Sr. Joseph F. Abbot e Dr. Robert C. Hochett.

O secretário da Associação de Plantadores de Cana de Cuba declarou, a propósito: "Estamos satisfeitos em contribuir para a obra que Sugar Research Foundation se propõe realizar. Estamos certos de que o trabalho da Fundação resultará em benefícios para a indústria açucareira em ge-

ral e para os consumidores dos nossos produtos em todo o mundo. Os métodos de defesa, proteção e progresso da indústria do açúcar favorecem interêsses vitais do povo cubano. Tôda melhoria na indústria açucareira, mais cedo ou mais tarde, traduz-se em benefícios para os consumidores de açúcar e de outros produtos da nossa indústria, aos quais esta deve a sua própria existência. Cooperar e servir deve ser a divisa dêstes tempos de profundas transformações."

O Sr. Ody Lamborn, falando a respeito do trabalho da Fundação, declarou: "Entre outras sedutoras possibilidades a serem exploradas através de pesquisas, está o desenvolvimento dos hidratos de carbono como elemento básico da composição de dezenas de outros produtos. A sacarose é um dos três mais importantes hidratos de carbono; os outros dois são a celulose e o amido." Como exemplo do valor potencial dessa pesquisa no futuro, indicou o Sr. Lamborn o infinito número de produtos derivados do petróleo, lembrando que as fontes de petróleo podem desaparecer, ao passo que os hidratos de carbono podem ser produzidos indefinidamente, por isto que representam três quartas partes do pêso sêco de tôda a matéria vegetal existente no mundo. "Êsse programa de ação, concluiu, representará um grande progresso científico para o mundo de amanhã."

EQUADOR

Acredita-se que êste ano não faltará açúcar no país, a despeito de ter sido reduzida a produção do ano passado, que foi de 28.645 toneladas curtas, ou seja um declínio de 7 por cento em relação à safra de 1942, que se elevou a 31.079 toneladas.

Os estoques acumulados da safra de 1942, somados à produção de 1943, serão suficientes para atender às necessidades do consumo interno.

ESTADOS UNIDOS

Em 1943, o consumo de açúcar nos Estados Unidos elevou-se a 5.263.624 toneladas curtas contra 4.736.913 toneladas e 6.567.921 toneladas em 1942 e 1941, respectivamente. Em relação a 1942, o consumo de açúcar no ano passado acusou um aumento de 526.711 toneladas, ou seja pouco mais de 11 por cento.

O total de açúcar consumido em 1943 assim se decompõe: produção dos refinadores de açúcar de cana — 3.334.100 toneladas; produção das fábricas de açúcar de beterraba — 1.294.881 toneladas; açúcar para consumo direto — 634.643 toneladas.

De acôrdo com a procedência, o açúcar consumido em 1943 assim se apresenta: açúcar de cana da Luisiana e da Flórida, 391.645 toneladas; açúcar de beterraba produzido no território continental, 1.294.881 toneladas; de Havaí, 649.728 toneladas; Ilhas Virgens, 2.456 toneladas; de Porto Rico, 508.656 toneladas; de Cuba, 2.415.845 toneladas; açúcares que pagam direitos integrais, 413 toneladas.

— Segundo informa o "Weekly Statstical Sugar Trade Journal", de 20 de janeiro, as compras de açúcar refinado pela Administração da Lei de Empréstimos e Arrendamento, durante o ano de 1943, elevaram-se a 398.181 toneladas curtas. Acredita-se que outras compras adicionais elevarão aquela cifra a 400.000 toneladas.

A Administração adquiriu também açúcar em vários mercados estrangeiros. Os preços variaram consideravelmente, dependendo da embalagem exigida, do porto de embarque e outras circunstâncias.

— Na sua edição acima referida, o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal" apresenta a seguinte estimativa da produção de açúcar nos Estados Unidos na safra 1943/44, em toneladas: Luisiana, 405.000; Flórida, 89.000; Porto Rico, 835.000; Havaí, 840.000; Ilhas Virgens, 5.000, ou seja um total de 2.174.000 toneladas de açúcar de cana. A produção de açúcar de beterraba é estimada em 837.500 toneladas. O total da safra se eleva, assim, a 3.011.500 toneladas.

ÍNDIA

Um dos resultados mais interessantes observados na produção das fábricas modernas da Índia, na safra 1941/42, foi o rendimento excepcionalmente alto apresentado pela Co-313, particularmente em Bihar e em menor escala na parte oriental das Províncias Unidas.

Em Kohlapur, onde se plantam canas tropipicais nobres, registrou-se o mais alto rendimento — 12,75. No vale do Ganges, o melhor rendimento foi de 12,05, obtido na usina Barrah, sendo que oito fábricas tiveram rendimento superior a 11 por cento com aquela variedade.

NIGÉRIA

Logo que rebentou a guerra, istalou-se na Nigéria uma pequena indústria açucareira, que está se desenvolvendo rapidamente, informa o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal". Pequenas fábricas estão funcionando em sete províncias.

A produção de açúcar teve início na província de Zana, onde foram instalados 14 engenhos. Na safra 1941/42, o número de engenhos em Zana havia aumentado para 41 e, além das vendas locais, foram fornecidas às fôrças armadas 160 toneladas de açúcar, no valor de 4.500 libras.

Em dezembro de 1942, havia naquela província 87 engenhos, com capacidade para produzir 1.000 toneladas. Informa-se, diz ainda o citado jornal, que existem atualmente 120 pequenas fábricas operando nas provncias do norte da Nigéria.

PERU

A opinião corrente nos círculos produtores do Peru é que a safra dêste ano será inferior à estimativa inicial de 469.000 toneladas, em consequência da escassez de mão de obra e dos baixos rendimentos das canas. Naquela cifra não está incluida a produção de "chancaca", que varia de

FOLKLORE DO AÇÚCAR

Joaquim Ribeiro

VII

Vida sócio-econômica — O caráter sedentário das regiões agrícolas. — A mobilidade social na zona canavieira fluminense e na zona nordestina. — A poesia popular como documentário. — O romance dos "retirantes" em sextilhas. — Conclusão sociológica. — Mobilidade horizontal e mobilidade vertical.

A qualquer observador surge, com máxima nitidez, o caráter sedentário das populações nas regiões agrícolas.

Os povos agrícolas apegam-se ao torrão cultivado, à terra e parecem mesmo criar raizes no chão. Osvaldo Spengler fixou admiravelmente êsse sentido da vida agrícola. E chegou a afirmar que o homem, aí, nessas regiões, se transforma em planta. A imagem é sugestiva.

Enquanto que os pastores e os povos caçadores se caracterizam pela extrema mobilidade de vida, as populações agrícolas, ao contrário, mantêm pronunciado caráter sedentário, estático, paralizado. O agricultor confunde-se com a paisagem da lavoura; faz parte dela como elemento permanente e essencial. E' um tipo identificado com a ecologia circundante.

A terra para êle é sagrada. E' a "mãe terra". E' a sua grande paixão terreal. O semeador assume uma atitude hierática fecundando o chão, fazendo nele germinar a semente, vicejar a planta e dela colhendo o fruto abençoado. A terra passa a ocupar, na sua existência, um papel fundamental. Para ela vive e dela depende a sua felicidade de viver. O plantador crê na terra. E', claro está, uma crença implícita que, todavia, o impulsiona para a labuta rural quotidiana.

Êsse amor à terra, sem dúvida, existe entre as populações da zona canavieira. E nelas, consequentemente, observa-se a feição sedentária do trabalho agrícola, circunscrito aos limites da lavoura.

Na zona açucareira do sul (região de Campos, Estado do Rio) há, contudo, uma interferência a salientar.

As lavouras de cana, nessa região, estão relativamente próximas à metrópole e justamente por isso sofrem as maléficas influências da chamada crise de "urbanismo". Há, de modo indiscutível, um constante êxodo dos habitantes do campo para o grande centro urbano, para a Capital Federal.

No folklore campista, por exemplo, corre esta trova, que reflete êsse movimento urbanizante :

Adeuzinho que vou-me embora
"Trabaiá" lá na cidade.
Eu plantei um pé de cana
para "chorá" de saudade.

---

11 a 17 mil toneladas por ano. "Chancaca" é um tipo de açúcar inferior, semelhante à rapadura.

Em novembro do ano passado, a produção de açúcar foi estimada em 50 mil toneladas; nos primeiros onze meses de 1943 foram produzidas 408.000 toneladas de açúcar, aproximadamente. O consumo de açúcar de janeiro a outubro do ano passado, inclusive "chancaca", totalizou 113.000 toneladas contra 106.000 em igual período de 1942.

SÃO DOMINGOS

Em 30 de novembro do ano passado, as disponibilidades de açúcar na República Dominicana se elevavam a 370.305 toneladas, em vista de terem sido bastante reduzidas as exportações naquele mês. Embora as exportações em dezembro último tivessem sido maiores do que no mês anterior, o volume de açúcar disponível em 1 de janeiro dêste ano era maior do que o existente na mesma data de 1943, quando os estoques se elevavam a 312.331 toneladas. A menos que algumas centrais interrompam a moagem, como aconteceu em 1943, espera-se para êste ano uma produção de cêrca de 520.000 toneladas curtas.

— Uma lei de janeiro dêste ano criou taxas de 35 cents por 100 libras de açúcar bruto e 45 cents por 100 libras de açúcar refinado, destinado à exportação. Êsse onus incide sôbre os açúcares produzidos na safra 1943/44 e deve ser pago mensalmente. Os melaços invertidos e finais, bem como o açúcar para consumo interno, estão isentos dessa taxa.

Aliás êsse pé de cantiga :

"Adeuzinho que vou-me embora"

aparece em outras "variantes", como nesta, colhida por Sílvio Romero nos "Cantos populares do Brasil" :

Adeuzinho que vou-me embora
para a semana que vem ;
quem não me conhece, chora
que fará quem me quer bem.

Na zona canavieira fluminense, êsse êxodo para o Rio de Janeiro, por vezes, torna-se alarmante. Surge o problema da falta de braços para a lavoura. E' um problema importantíssimo para o Estado. Um dos mais ilustres publicistas brasileiros, Manuel Duarte, na "Plataforma" para Presidente do Estado, ventilou-o, com alta visão, apontando sabiamente a necessidade de serem tomadas medidas eficientes relativas à "retenção" do homem no campo. E tôda a sua política ruralista, quando ocupou a Presidência do Estado, gravitou em tôrno dêsse objetivo altamente significativo para a economia fluminense.

A consequência inevitável dêsse exôdo dessa falta de braços determina, naturalmente, um aumento quanto ao salário do trabalhador rural. O braço, aí, é mais caro do que, por exemplo, no zona canavieira do Nordeste.

E' que, nestoutra região, se observa fenômeno contrário.

No Nordeste, a zona canavieira está sujeita a crise de outra natureza. Quando surge a época da "sêca" no alto sertão (de nítida feição pastoril) há um forte movimento de emigração para a região canavieira que fica entre o sertão e a costa.

Se a "sêca" é calamitosa, o número de "retirantes" aumenta assombrosamente.

E' facil, pois, tirar a conclusão. O excesso de gente na região provoca, como era de se prever, um baixo nível de vida. O trabalhador rural é mal pago, ou melhor, é miseravelmente pago.

Os sertanejos, de regra, trazem famílias numerosas e todos são aproveitados na lavoura. Aceitam as piores condições, substituindo a fome imediata pela fome disfarçada de sub-nutrição. E' um panorama contristador, mas nada tem de exagerado. E' a tétrica verdade de nosso mundo rural naquelas paragens nortistas.

A poesia popular documenta esta miséria deplorável e, até hoje, irremediável.

Leonardo Mota, no livro "Violeiros do Norte", registra um romance dêsses "retirantes" (em Sergipe, chamados "cordumbas") em sextilhas, que mostram à saciedade como são explorados êsses "flagelados" do sertão pelos "senhores de engenho".

Tal é o texto popular nordestino, que apesar do cunho satírico, traduz a grande tragédia que, periòdicamente, se faz sentir em nossos sertões :

Todos estamos ao par
Das indigências do norte:
Quando o ano não é sêco,
O inverno é muito forte...
Vem sertanejo de cima
Arrenegando da sorte.

O velho chega na frente
Vindo atrás grande **ranchada**
Gente de todo tamanho,
Chega tomar toda a estrada,
Parece até que nasceram
Oito e dez duma ninhada.

Com os cabelos tão grandes,
Fedendo até a fumaça,
Um rosário no pescoço,
Camisa fora da **carça**,
Em cada dedo da mão
A unha tem meia braça...

A mãe de família atrás,
Com um filho em cada braço,
Dois **escanchados** nos ombros,
Outro em cima do espinhaço,
Uma trouxa na cabeça,
Mais um filho no cachaço.

Um filho com quinze dias
Outro com menos de um mês,
Na velha já se divulga
O estado de gravidez...
Pergunta o **"senhor de engenho"** :
— "Quantos filhos têm vocês ?"

Diz o velho : — "Seu **Majó**,
Só eu vendo se me lembro :
Chico nasceu em agosto,
Miguel nasceu em setembro,
Ana nasceu em outubro,
Rita nasceu em novembro,

João nasceu no mês das festas,
José nasceu em janeiro...
A mulher fez uma promessa
Ao Padre de Juazeiro:
Como não pôde pagar,
Abortou em fevereiro".

Pergunta o **senhor de engenho**:
— "Todo mês, nascia um?"
Responde o velho: — "Ora, aí está...
Família é um bem comum...
E o que dá mais no sertão
E' menino e gerimum!"

—"Mas, quantos são êles todos?
São duzentos? quantos "é"?
Diz o velho: — "Seu **Majó**,
Pergunta aí à "muié"...
Diz a velha: — "Eu não sei não!
Só se quem sabe é "Mané"...

Agora, eu me "alembro" bem
Quando Caetano nasceu:
Foi um dia de domingo,
Nesse dia até choveu,
Quando à besta de meu pai
A jararaca mordeu...

Eu estava apanhando fava
Na roça do meu cunhado,
Botei gerimum no fogo,
Depois de tudo almoçado,
"Pá!" nasceu meu filho Cosme,
Lá no rancho do roçado...

E Mané eu tive "êle"
Quando fui a Juazeiro,
Uma besta, que eu levava,
Teve um poldrinho foveiro:
Entre o poldro e o menino
Não sei quem nasceu primeiro...

Genoveva foi no ano
Que apareceu a bexiga:
Ela, Antônia e Damiana,
Tôdas três duma barriga...
Neste ano teve até
Uma praga de formiga".

Pergunta o Major: — "Porém,
Quantos filhos têm vocês?"
Responde a velha: — "Trazemos
Vinte e nove, desta vez,
Deus levou dez para o céu
No sertão ficaram três..."

O **senhor de engenho** diz:
— "Eu estou com a vida ganha,
Tenho mais trabalhadores
Do que povo na Alemanha...
O que não me trabalhar
Ou vai embora, ou apanha!"

(Obra citada, págs. 62/66).

O valor documentário dêste texto folklórico parece-me valiosíssimo, pois pinta, num quadro satírico, mas real, a mobilidade dos "corumbas" na zona canavieira.

Êsse grande número de braços para a lavoura concorre, naturalmente, para depreciar o salário do trabalhador rural.

Todos os observadores do nível de vida na zona açucareira do Nordeste reconhecem a deplorável situação resultante dessa concorrência.

Trabalhar em engenho significa, naquela região, sinônimo de pobreza. Haja vista a seguinte passagem de uma poesia popular coligida pelo próprio Leonardo Mota:

Se vendo o compadre pobre
Naquela vida apertada
Foi trabalhar num engenho
Longe da sua morada.

(Obra citada, pág. 126).

E' êste um dos aspectos mais impressionantes da vida sócio-econômica nordestina.

A observação dêsse fenômeno de mobilidade social na zona sulista e na região nortista, bem diverso nas suas causas e nos seus efeitos, nos leva a uma conclusão de ordem sociológica.

Chegamos a um ponto de contacto entre o folklore e a sociológia, que nada mais é, aliás, do que a ecologia humana.

Não é possível, na verdade, esquecer em qualquer inquérito sociológico o aspecto folklórico, que representa também uma expressão da realidade.

A mobilidade social tem também a sua fixação no tradicionalismo popular. E a documentação, que acabamos de mencionar, fornece exemplo bem sugestivo.

Resta apenas o comentário sociológico e êste só podemos fazer apelando para a doutrina do sociólogo russo-americano, Sorokin, da Universidade de Harward, que atribui ao fenômeno de mobilidade a fôrça central da sociedade.

Distingue Sorokin a mobilidade **horizontal**, processada de uma área geográfica para outra, da mobilidade **vertical**, que se processa de uma camada superior para outra inferior ou vice-versa.

Ora, nos dois casos, aqui fixados, a aplicação da doutrina de Sorokin tem o seu valor interpretativo.

E' indispensável, todavia, evidenciar claramente as causas da mobilidade social na zona canavieira fluminense e na zona nordestina.

No Estado do Rio de Janeiro, o êxodo dos trabalhadores rurais tem sua origem numa causa provocada pelo **meio social.**

Dois fatores sociais podem ser apontados: a ação das vias de comunicação e o papel desenraizante da escola elementar.

A facilidade de acesso à metrópole, através da ferrovia, é um fator indiscutível e apresenta-se, igualmente, com caráter geral nas regiões próximas dos grandes **centros urbanos**.

A ação desintegradora da escola elementar deriva de um êrro de política de educação. A simples alfabetização é nefasta ao habitante do campo. A razão é facil de compreender. O camponês alfabetizado julga-se munido de instrumento capaz de lhe abrir maiores possíbilidades no meio urbano. Ambiciona logo abandonar o torrão. Impõe-se, portanto, substituir as escolas de simples alfabetização pelas escolas rurais, isto é, escolas que tenham por fim primordial reter o homem ao campo, dando-lhe um nível de vida satisfatório, fomentando as indústrias rurais e as suas possibilidades de produção. Sòmente essa diretriz pode atenuar a ação centrípeta da metrópole.

Já, no Nordeste, a causa da mobilidade social não reside no meio social, e, sim, no **meio físico.** E' a catástrofe climatérica, a sêca, a causa propulsora.

O "corumba" sòmente abandona o sertão nas épocas do flagelo da sêca.

Portanto, sòmente medidas visando transformar a paisagem física (irrigação artificial, açudes, etc.) poderão diminuir, ou mesmo restringir as consequências lamentáveis dessa crise intermitente do Nordeste.

Bem diversas são, como afirmamos, as causas que determinam a mobilidade **horizontal** nas duas mais típicas regiões açucareiras do país.

Podemos apontar ainda o aspecto **vertical** dessa mobilidade.

No Sul, há uma ascensão de **nível cultural.** O lavrador emigra depois de alfabetizado. Enquanto analfabeto está arraigado ao solo, ao chão natal. Munido, porém, do equipamento elementar do ABC integra-se numa camada mais elevada.

No Norte, ao contrário, observa-se uma queda de **nível econômico.** O sertanejo abandona a sua casa de sapê ou o seu sítio, ou mesmo o seu latifúndio pastoril e vem ingressar, na zona canavieira, no proletariado rural.

Há, portanto, um curioso paralelismo na mobilidade social das duas massas demográficas. Numa, a mobilidade é horizontal e, ao mesmo tempo, vertical, ascendente, do ponto de vista de nível cultural. Noutra, a mobilidade, além de horizontal, é vertical, descendente, quanto ao nível econômico.

Êstes fatos sociais explicam a razão porque o trabalhador rural é mais caro no Sul que no Nordeste.

* * *

E' claro que, aqui, apenas focalizei o fenômeno de mobilidade social relacionado com o trabalho agrícola, isto é, com a lavoura canavieira.

Não foi de nosso intuito estudar outros aspectos, que podem ser observados.

Assim é que não me referi aos elementos móveis e adventícios que realizam em nosso interior o comércio ambulante. Êsses "mascates", geralmente chamados "turcos" (gentílico que, entre a nossa gente, equivale a sírio, árabe), exercem, de fato, um curioso papel social

Surgem na região canavieira como nas demais regiões brasileiras realizando o seu habitual comércio de miudezas.

Numa "embolada", registrada nos "Violeiros do Norte", o folklore nordestino documenta a existência dêsse tipo de comerciante-nômade. Assim, se diz na "ligeira":

E' manga espada,
E' manga rosa, é manga rôxa,
Nunca fiz a minha trouxa
Pra poeta desmanchar.

Lá vem o **home**
Do baú das miudezas!
Quem quer comprar boniteza:
"Carrité", linha e "dedá".

(Obra citada, pág. 48).

DE FORNO E FOGÃO

Sodré Viana

Afinal, em matéria de forno e fogão, a situação é mesmo esta: Pernambuco é dos doces, Bahia é dos tempeiros.

Cheguei a esta conclusão — talvez, precária, como todas as conclusões a que se chegam neste precário mundo — quando, aí por meados de 38, resolvi recolher entre as fadas do dendê da Cidade do Salvador as receitas da culinária baiana, antes que se perdessem para sempre.

Enveredei então pelo Mercado Modêlo, onde pontifica uma alegre e vasta mulata por nome Fortuna, cavalo de Omolú nos candoblés da linha de Congo, e mãe do meu compadre e amigo Agenor, do Sindicato de Estivadores. Fortuna me abraçou pelos joelhos, naquele jeito de humilde ternura herdado da avó, que morreu escrava de um famigerado senhor das bandas de Assú da Tôrre.

E, como uma biblioteca viva, foi me ditando, uma por uma, as maneiras de se preparar um bom vatapá, um bom carurú, um bom efó... tôdas essas joias de panela que enfeitam a mesa do baiano, doiradas a azeite de cheiro, aqui e ali pontilhadas com as esmeraldas das pimentas raladas, ou o rubi de um pimentão maduro ensanguentando a alvura de uma farofa dágua.

Mas, quando lhe pedi as receitas de doces, a boa Fortuna empacou. Não que ela não soubesse fazer umas bananas em calda, não que ela não soubesse assar mãe-bentas, ou arranjar uma compoteira de loiros fios d'ovos... O que ela, na sua honestidade, não me podia fornecer, eram fórmulas de doces **baianos**.

— Mas não é possivel, Fortuna! Não é possivel! — protestei. Então? E as freiras da Lapa, e as Gomes do Cabral, e esta gente tôda que manda vender pelas ruas cada olho-de-sogra, cada beijo-de-moça que é um maná?

Ela derramou em mim um olhar de quem compreendia o meu desespêro, porém possuia argumentos decisivos contra êle. E teve-os:

— Isto que iôiô está falando tem muita verdade mas não é lá tanta assim... As freiras da Lapa e a família Gomes do Cabral fa-

---

Êsse "home do baú das miudezas" é o mascate ou "turco" que, de quando em quando, atravessa os núcleos de atividade agrícola.

E' um tipo curioso de comerciante que ainda hoje existe. Traz sempre consigo o clássico "baú" de flandres, pintado de azul, cheio de quinquilharias de facil consumo no interior. Hoje, a importância social dêsses mascates ambulantes acha-se muito reduzida, mas, tempos atrás, foram êles verdadeiros "agentes de ligação" entre as nossas povoações, mais ou menos segregadas pela ausência de vias de comunicação. O mascate, nesse tempo, acumulava, com a função de comerciante, a de homem de recados e a de jornal falado. Levava correspondência e divulgava as notícias da cidade.

Os outros elementos são de tal modo esporádicos que não merecem menção.

Tanto o Nordeste como o vale campista é constantemente visitado por êsses mascates, porém êles nada influem na atividade agrícola dos dois maiores centros açucareiros do Brasil.

E, quanto ao folklore, esse pitoresco tipo de negociante itinerante deu origem a um vasto ciclo de anedotas satíricas e chistosas. As "estórias de turco" são por todos conhecidas e repetidas e gozam de extrema e incgável popularidade.

O caráter satírico dêsses racontos reflete o velho e tradicional espírito de ridicularizar o elemento adventício, estrangeiro.

E, nas zonas canavieiras, êsse sentimento é bem agudo.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS: Osvaldo Spengler, "La decadência de Occidente" (tradução espanhola, vol. III); Sílvio Romero, "Cantos populares do Brasil"; Manuel Duarte, "Plataforma"; Leonardo Mota, "Violeiros do Norte"; P. A. Sorokin, "Social Mobility" (in E. of the Social Sciences); Joaquim Ribeiro, "O problema do professorado rural" (in publicações do Ministério da Agricultura).

zem doces muito gostosos, ninguém nega... Mas os doces não tem nada de **baianos.**

Tufou o papo num risinho orgulhoso :

— Que é que iôiô está pensando ? An-han! Eu também já corri meu pedaço de mundo ! Já estive em Pernambuco e em Alagoas...

— Mas, alma de Deus, que é que Pernambuco e Alagoas têm que ver com o que estamos discutindo?

— O que é que tem? Tem é que o senhor procura um vatapá em Pernambuco... e encontra mas é uma infelicidade de vatapá! O senhor procura uma feijoada em Alagoas... e vem mas é uma esquesitice que até abobora tem dentro! Mas o senhor procura uma mãe-benta, uns pingos, todos êsses doces que se fazem por aqui nesta Bahia velha... e lhe arranjam êles tão bons como tão bons, se não forem melhores!

Tomou fôlego e me arrazou :

— Que é que isto quer dizer? Quer dizer que vatapá e nossos pratos são **baianos** de fato, tanto que lá fora da Bahia ninguém come êles como se come aqui, porque ninguém pode pegar o segrêdo do nosso tempeiro... Já com os doces não se dá a mesma coisa... Se Pernambuco faz êles tão bem ou melhor do que a gente, é porque êles não são nossos, **só nossos,** como os nossos pratos!

E tripudiando, o tôrso fulgindo de côres vivas, as pupilas chispando, a gaitada pronta:

— E' ou não é ?

Tive que confessar à honrada mulata que ela estava com inteira razão. Todavia, porque ainda não me quisesse dar por vencido, insisti :

— Sim, mas que diabo! ao menos um doce baiano, um só, há de existir!

Fortuna espichou o beiço, falou balançando a cabeça, com ares céticos :

— Baiano, baiano mesmo, posso lhe dar a receita de um agorinha mesmo...

— Pois vamos lá ! Eu não disse?

E ela foi ditando :

— E' do **aberém.** Bota-se de môlho milho pilado... branco ou vermelho. Rala-se na pedra ou passa-se na máquina ao mais fino, depois de aferventado em pouca agua... Bate-se bem a massa com açúcar. Com uma colher de sopa vai se tirando pequenas porções da massa e embrulhando em folhas secas de bananeira. Cozinham-se os embrulinhos em banho-maria... Ou então munguzá e bolo de mandioca...

Acabei de escrever meio escabriado. Fortuna bispou minha humilhação. Tanto que me brochou de cima abaixo com um olhar comiserado, e disse depois, num muxôxo :

— Tá aí... Se o senhor quiser chamar isto doce...

COOPERATIVA DE CONSUMO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DO AÇUCAR E DA LAVOURA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO

Sob a presidência do Sr. Costa Porto, diretor do Departamento de Assistência às Cooperativas, realizou-se a 14 de março último, no Recife, a instalação da Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar e Lavoura Canavieira de Pernambuco.

O Sr. Costa Porto abriu os trabalhos com uma sucinta exposição sôbre as vantagens e finalidades do cooperativismo. Foram discutidos e aprovados, a seguir, os estatutos da Cooperativa e procedida à eleição dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Os representantes operários de diversas usinas, que tomaram parte na reunião, findos os trabalhos da instalação, estiveram em visita ao interventor Agamenon Magalhães.

E. G. Fontes & Co.

Exportadores de Café, Açúcar, Manganês e outros produtos nacionais

Importadores de tecidos e mercadorias em geral

Av. Nilo Peçanha, 12 - 9.° andar

TELEFONES: 42-3302 / 22-8058 / 22-5849

CAIXA POSTAL 3

Telegramas AFONTES - RIO

RIO DE JANEIRO

NO QUE DEU A MENTIRA

Ademar Vidal

Por que o negro tem a sola dos pés e a palma das mãos inteiramente brancas? Mestre Alipio, um vaqueiro conceituado, administrador do Engenho Itaiupú, foi logo dizendo o que sabia a respeito. Não deixou que se fizesse de rogado. E contou que era voz corrente, disso sabendo desde menino, que Jesus, quando andara pela terra, costumava passear por todos os recantos numa como visita paternal de inspeção.

Avistando-o à distancia, a mulher de um camponês ficou envergonhada de ser tão moça e já possuir 16 filhos e, então, meteu alguns deles escondidos num quarto. Esperou. Esperou que chegasse a vez de ser interrogada, o que não se fez tardar. Jesus perguntou-lhe se aqueles meninos que se achavam no terreiro eram frutos do amor matrimonial, obtendo resposta afirmativa; e indagou ainda se estava satisfeita com a instalação, passadio e condições de vida. A casa parecia bem grande, até confortável. E de repente Jesus se mostrou com a curiosidade de saber o que havia no tal quarto onde as crianças se encontravam ocultas. A jovem mãe respondeu um tanto embaraçada:

— E' um depósito de carvão.

Despedindo-se e abençoando a todos, Jesus teve estas palavras sentenciais:

— Sendo carvão não mudará a côr.

Depois ela foi soltar o resto de sua ninhada, ficando surpreendida em ver os filhos inteiramente pretos. Por causa de uma mentira tola se tornara mãe de oito filhos negros. Seu desgôsto não podia ser senão enorme. Que fazer, então? Revoltada consigo mesma, não escondia a tristeza de que se achava tomada, até que um dos apóstolos de Jesus, o santo Pedro, recomendara cheio de confiança:

— Leve as crianças ao Jordão e faça-as banhar nas suas águas, que ficarão completamente brancas.

O conselho foi executado após longa jornada. Porém quando a camponêsa chegou com a metade de seus filhos às margens do rio sagrado, inexplicavelmente êste se encontrava quase sêco, com um fiozinho de nada correndo, mal chegando para que os meninos pudessem molhar a sola dos pés e a palma das mãos. E como estivessem com muita sêde, beberam gotas apenas para enganar o desejo, resultando de tudo isso ficarem brancas sòmente aquelas partes do corpo, inclusive a boca.

— A boca, Alipio?

— Inhô sim.

E acrescentou em cima da buxa, sem se fazer esperar, numa explicação razoável:

— A água foi pouquinha, dando sòmente para clarear, puxando mais para o rôxo de casca de angico.

Sôbre o assunto é o que se conhece com o fim de decifrar o mistério. Os escravos da Várzea costumavam contar essa história nas suas reuniões domésticas da Casa Grande, não deixando de fazer variações de largo fôlego, entrando na conta os detalhes interessantes, enxertos de improvisação, traços de de vivo pitoresco, mas o essencial está no que ficou relatado em conformidade com a tradição — e sem tirar nem pôr.

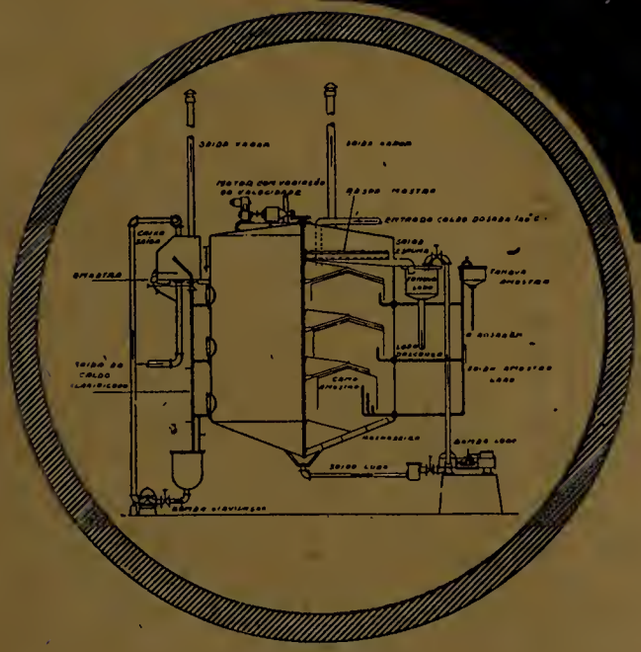
"Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira"

Barbosa Lima Sobrinho

Preço. . . . . Cr$ 8,00
Pelo Correio. . . . . Cr$ 10,00

À venda nas Livrarias

FUNDIÇÃO GUANABARA



ACESSORIOS HIDRAULICOS
CLARIFICADOR **RONALD**
DISTILARIAS DO ALCOOL
ESQUENTADORES RAPIDOS
FUNDIÇÃO DAS MOENDAS
FACAS PARA CORTADORES
FORNOS CONTINUOS ROTATIVOS
GUINDASTES PARA CANA
MOENDAS COMPLETAS
TRATAMENTO D'AGUA
TRIPLES EFEITOS
VACUOS CONDENSADORES BAROMETRO.
DISTILARIA DE ALCOOL ANIDRO — usando deshidratante nacional.
TRATAMENTO DO VINHOTO — com grande produção de gás combustível e ótimo adubo.

CONSULTAS - DESENHOS - PROJETOS - CONSTRUÇÕES

CIA. METALURGICA E CONSTRUTORA S. A.

RUA FRANCISCO EUGENIO, 371
Dep. Com. 48-9334 — Dep. Eng. 48-2120
End. Tel. "ARTE"

Rio de Janeiro

O SENHOR DE ENHENHO MARTIM CORRÊA VASQUEANES, PRIMEIRO GOVERNADOR DA TERRA GOITACA'

Alberto Lamego

E' um homem que se acha ligado à historia de Campos.

Gênito de Duarte Corrêa Vasqueanes e de Maria Borges, teve quatro irmãs que tomaram o hábito de religiosas no convento da Esperança em Portugal e dois irmãos: Salvador Corrêa Vasqueanes que casou em primeiras nupcias com Margarida da França, filha de Manuel de Sá Barros; em segundas, com Agueda da Costa, filha de Pedro Gomes, e em terceiras, com Maria de Araujo Góes, filha de João de Aguiar Vilas Boas. Foi militar ilustre, cavaleiro da Ordem de Cristo e fidalgo da Casa Real, tendo falecido na Bahia, em 4 de novembro de 1685. O outro irmão Manuel Corrêa Vasqueanes, o senhor de engenho da Cachoeira, na freguesia de Jacutinga, tinha um filho natural: Pe. José Vasques de Sousa, proprietário do engenho da Maxambomba, na mesma freguesia. Aquele fôra presidente da Câmara por ocasião do levante no Rio de Janueiro, que depusera Tomé Corrêa de Alvarenga, governador interino, na ausência do General Salvador Corrêa de Sá e Benevides.

O seu pai era filho de Gonçalo Corrêa e de Maria Ramires. Muitos historiadores o confundem com Martim Corrêa Vasques, filho de Manuel Corrêa e de Maria Mariz e Alvarenga, senhor de engenho no distrito de Guaratiba e que governara o Rio de Janeiro em 1697, na ausência de Artur de Sá e Menezes e que era irmão de Tomé Corrêa de Alvarenga, também senhor de engenho no mesmo distrito que herdara de seu sogro e vendera depois à Companhia de Jesus; de Salvador Corrêa Vasques e de Ana Corrêa que esposara Pedro de Sousa Pereira, Provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro e senhor de um quinhão nas terras de Campos, quando foram divididas em doze, consoante a escritura de composição, que o General Salvador fizera com os sete capitães, em 9 de março de 1648 (Terra Goitacá, Vol. 1.º, pgs. 43 e 44).

Quando em 15 de setembro de 1674 foi passada a Carta de Doação da Capitania de S. Tomé ao Visconde de Asseca, Martim Corrêa de Sá e a seu irmão João Corrêa de Sá, com 30 léguas de costa, (ou as que se achassem) acrescentadas mais tarde, em 23 de outubro de 1675, com 75 léguas ao sul, até "à boca do Rio da Prata", foi Martim Corrêa Vasqueanes, nomeado governador das duas capitanias de 50 léguas cada uma, em 28 de fevereiro de 1676.

Ao Visconde de Asseca, coube 20 léguas na Capitania de S. Tomé e 30 nas que foram acrescidas e, ao seu irmão, 5 na mesma Capitania e 45 nas ditas terras do sul.

A posse dos donatários da Capitania de S. Tomé foi dada em 29 de maio de 1677, na pessoa do capitão Francisco Gomes Ribeiro, nomeado para o cargo, por Martim Corrêa Vasqueanes, presente ao ato. Nesse mesmo dia foi fundada a vila de S. Salvador dos Campos dos Goitacás e em 18 do mês seguinte a de S. João da Praia (S. João da Barra) elegendo-se nessa ocasião os camaristas.

Cumprida a Carta de Doação, Martim Corrêa Vasqueanes retirou-se para o Rio de Janeiro, levando certidão de ter levantado os pelourinhos e instituido as Câmaras das duas vilas.

Na primeira já existia a igreja e achavam-se reunidos 150 moradores, com 3 Companhias da Ordenança e na última, apenas, 24 pessoas, estando em construção a igreja.

Depois de tudo comunicado a el-rei em carta de 1 de julho de 1677, preparou-se para passar ao marco do Rio da Prata, em cumprimento das doações.

As 75 léguas do sul deviam ser incorporadas à Capitania de S. Tomé, para formar duas capitanias de 50 léguas cada uma.

O General Salvador, logo que conseguiu essas 75 léguas para os seus filhos, que deviam ser medidas, apresentou um mapa para ser observado pelos demarcadores e a forma da partilha, caso não houvesse oposição da Coroa portuguêsa.

Por êle eram divididas em parcelas de 10

e 15 léguas em paragens diferentes, escolhendo-se as mais produtivas, como se fizera em tempos passados com a Capitania do Marquês de Cascáis.

Para o Visconde de Asseca deviam ser destinadas as terras da Capitania de S. Tomé, mas começando cinco léguas do Baixo Pargos até o rio das Ostras em Santa Ana de Macaé, que se calculava ter 20 léguas de costa completando-se as restantes trinta, com dez, da Ilha do Maldonado (perto do marco de Castela) à ilha Castilhos, sob o nome de **S. Pedro dos Marcos**; com outras dez na Laguna dos Patos, ou terra firme de Santa Catarina e finalmente com dez ao norte do rio Guaratiba, correndo para a ponta, a seis léguas, ao sul da barra de Cananéa, sob a denominação **S. Martinho de Mel.**

Para seu irmão João Correia de Sá, vinte léguas da ilha Castilho ao rio Martim Afonso, sob a designação de **S. João dos Campos**; dez, continuando o rumo do norte da passagem do rio Tamandahy sob o apelido de **S. José**; quinze, começando na enseada das Garoupas, do lado do sul para o norte da enseada das Bombas, sob o titulo, **S. Sebastião das Garoupas**; e para completar as 50 léguas, as cinco restantes na Capitania de S. Tomé, começando no Baixo do Pargos, ao lado norte do rio Itapemerim, onde se dividia a Capitania do Espírito Santo, correndo para o sul até onde principiavam as terras do Visconde, acima descriminadas.

O Conselho Ultramarino aceitou o mapa, mas foi de parecer que a demarcação começasse no marco divisório das terras da Coroa, das de Castela.

El-rei só resolveu depois de ouvir o Procurador da Coroa, que opinou não convir a repartição das terras como desejavam os pretendentes, "para que os ouvidores dos donatários não andassem vagantes, por terras alheias, abaixando nelas a vara, por não terem jurisdição para levantá-la, evitando-se, por outro lado, que fossem escolhidos os melhores campos, ficando os estéreis, em suma, que a medição devia ser iniciada no marco do Rio da Prata, tirando-se daí as 75 léguas seguidas.

Êsse parecer foi confirmado pela resolução régia de 28 de fevereiro de 1676, ficando o Visconde de Asseca com 20 léguas na Capitania de S. Tomé e 30 nas que lhe foram acrescidas e João Corrêa de Sá com 5 na mesma capitania e 45 nas ditas terras do sul.

Em 24 de fevereiro do ano seguinte fôra nomeado o capitão de infantaria Gabriel Graces e Gralha, para reconhecer o marco referido, ilhas, barras e examinar a melhor paragem para uma fortaleza.

Martim Vasqueanes, que tinha de construir essa fortificação, requereu logo a entrega de 18 peças de artilharia, para a sua defesa e como as terras do sul adicionadas às capitanias do Visconde e seu irmão estavam infestadas por muitas tribus indígenas, com as quais, haviam necessariamente de lutar, para assenhorear-se delas, pediu mais 50 espingardas, 100 mosquetes e arcabuzes, pólvora, munições, armas de gastadores, 50 selas aparelhadas, 100 pistolas e clavinas, para uso da companhia de cavalaria que pretendia formar (Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa. Consulta de 29 de janeiro de 1678).

Provido do que necessitava, seguiu para as novas terras, onde ia também fundar outras vilas.

O primeiro governador de Campos dos Goitacás era proprietário de uma sesmaria de duas leguas na freguesia de Marapicú, distrito de Guaratiba, que adquirira de um filho de João Alvares Pereira em 1667 mediante o pagamento de 120,000 e de 250 arrobas de açúcar e de D. Brites de Lemos, por 160,00, sendo parte em dinheiro e parte em açúcar fino. Nessas terras já existiam os engenhos de S. Diogo e de Marapicú. Depois do seu falecimento passaram a diversos proprietários e o último Conde de Modesto Leal vendeu êstes e outros imóveis à Sociedade Anônima Normandia.

Era também dono de muitas terras na Capitania de S. Tomé onde fundara diversos currais de gado, tendo em todos êles escravos como vaqueiros.

Quando faleceu em 1694, foi aberto o inventário dos seus bens no Rio de Janeiro e pelo juiz ordinário dessa cidade, Capitão Manuel de Melo, foi enviada uma precatória ao juiz ordinário da vila de S. Salvador, Pedro Manhães Barreto (marido da heroina Benta Pereira) em 23 de julho daquele ano, para serem avaliados os bens existentes na Capitania de S. Tomé. Foram nomeados avaliadores o Sargento-mór Domingos Pereira Cerveira (pai da mesma heroina e que não era padre, como corre escrito) e João da Costa Salinas.

A avaliação teve inicio em 13 de agosto do mesmo ano e terminou em 23 de setembro.

A CURVA DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA MARANHENSE

Jerônimo de Viveiros

IV

A exposição de açúcar e algodão que o Maranhão realizou no ano de 1885 foi, em verdade, uma grande festa do trabalho agrícola daquela longínqua província do norte.

Noticiando-a na côrte do Império, dizia o "Jornal do Comércio": "Não sòmente o café terá exposições anuais. A província do Maranhão tê-las-á também de açúcar e algodão, organizadas e dirigidas pela Associação Comercial que, como sabem os nossos leitores, iniciou a 3 de dezembro último tão úteis certames pela primeira exposição daqueles dois produtos, que já se efetuou no Brasil".

"Dois gêneros de tamanho valor, para cuja produção possui o Império especiais condições em numerosas zonas, jámais haviam sido representados, sendo muito incompletamente em nossas exposições nacionais, onde a promiscuidade de multidão de artigos de diversa natureza não permitia considerar por seus variados aspectos aqueles ricos produtos, tão dignos de estudos. A esclarecida iniciativa da Associação Comercial do Maranhão torna-se por isso mesmo mais credora de simpatias".

"O exemplo do Maranhão" é para ser imitado; além do mais foi obra da iniciativa individual; merece, portanto, ser admirada em país, onde é tão difícil seguir o rasto da iniciativa sem dar com a pegada, mais ou menos visível, da proteção do govêrno".

Não exagerava o conceituado órgão de publicidade do Rio de Janeiro.

De fato, organizada inteligentemente, a exposição honrou a agricultura maranhense e foi um exemplo a ser imitado. Nada lhe faltou. Homenageou o passado da indústria, recordando-lhe a história na ornamentação dos seus salões; glorificou o presente na opulência do seu mostruário, onde se enfileiravam 352 amostras do produto; e preveniu o futuro no magnífico discurso da sua abertura — peça oratória de admirável bom senso, da lavra de Temístocles Aranha.

Falando para uma assembléia de cêrca de trezentos lavradores, Temístocles Aranha tomou como tema do seu discurso a questão magna daquele momento: a extinção do ele-

---

Foi avaliado o gado existente nos diversos currais "**da Casa Grande** de Francisco Montenegro (nome do vaqueiro, da **Trincheira** das **Larangeiras**, das **Frecheiras**, da **Restinga** de Francisco Gregorio (nome do vaqueiro) do **Jagaroaba**, do **Furado**, da **Fazenda do Sabão**, mais dois na costa do mar, para os lados de Macaé e finalmente todo gado vacum que se achava espalhado pelos campos, fora dos ditos currais.

Todo gado vacum, cavalar e lanígero era em número de 3.893 cabeças assim descriminadas: vacas solteiras, 860; vacas com cria 335; novilhos e novilhas de dois anos, 621; de 3 anos, 266; bois capados, 281; bezerros de ferra, 637; cavalos, 95; éguas, 183; poldros de dois anos, 32; de três anos, 28; de ferra, 115; ovelhas, 194.

As vacas solteiras foram avaliadas a cinco patacas, cada uma; as que tinham crias, a 2$000; os novilhos de 2 anos, a 4 patacas; os de 3 anos a 2$000; os bois castrados a 2$100; os bezerros de ferra a $600; os cavalos a 3$000; as éguas a 5 patacas; os poldros de 2 anos a 1$200; os de 3 anos, a 2$000; os de ferra, a $500; as ovelhas, a $500 e os borregos, a $120.

Os currais foram avaliados de 80$00 a 50$00.

Aos vaqueiros também deram o preço de 50$00, mas às suas mulheres 35$00 e os filhos, conforme a idade, de 30$000 a 8$000.

Poucos móveis foram apresentados e entre êstes cinco espingardas as quais deram o valor de 1$000 cada uma; 4 serras, a pataca e 7 foices a mesmo preço.

Em suma, importavam todos os bens avaliados em 7:257$000, o que corresponde, hoje a mais de mil contos, ou um milhão de cruzeiros.

mento servil. Mostrando que de 500.000 escravos, que tantos foram os que a província recebera do continente africano, a população escrava do Maranhão estava reduzida a 50.000, fenômeno que a exportação em massa para as terras roxas de São Paulo explicava suficientemente, e que o trabalho dêsses mesmos 50.000 estava ameaçado de grave perturbação, visto como era infalível a vitória do abolicionismo, previa o orador dias amargos para a lavoura, os quais só poderiam ser vencidos com a transformação completa do trabalho rural. Daquele certame, dizia, devia sair a cruzada que implantava na província novos métodos de cultura e novos maquinismos de fabricação, únicos meios de diminuir o valor do braço humano, que ia faltar.

Na peroração, Temístocles fazia votos por essa transformação necessária, da qual via um prenúncio na "União Agrícola", emprêsa projetada por João Antônio Coqueiro, José Francisco de Viveiros e Almeida Junior & Cia., com o capital de 526:000$000 e a garantia pelo Estado de juros de 6%.

E dizia, referindo-se à "União Agrícola": "Ela vai começar, porque o Sr. Dr. Coqueiro acaba de regressar da Europa, onde foi com o único fim de ver e examinar as grandes fábricas francêsas e inglêsas de aparelhos para engenhos de cana".

"Dotado de invejável talento, robustecido por sérios estudos, e com larga experiência da indústria do açúcar, de que é um dos primeiros produtores da provincía, colheu o Dr. Coqueiro em sua excursão copiosa messe de que vai tirar grande proveito a emprêsa a que ligou seu nome".

"O Sr. Dr. Coqueiro veio conhecendo **de visu** as principais fábricas de engenhos, viu o resultado espantoso que da beterraba tiram os alemães, viu e êle mesmo trabalhou nas experiências mais modernas sôbre o açúcar. Não há, pois, melhoramento algum que a mecânica, a física e a química tenham operado nesta indústria que lhe seja desconhecido".

"Em vista disto, alimentamos as melhores esperanças na "União Agrícola".

Mas a nota mais impressionante do grande certame foi, sem dúvida alguma, a análise química procedida nos açúcares expostos. Era a primeira vez que se fazia isso no Maranhão. Despertou, pois, a curiosidade pública.

Um técnico no assunto — João Antônio Coqueiro — foi convidado a fazê-la.

Apresentando o resultado obtido, Coqueiro fez esta exposição, que transcrevemos abaixo, nem só por ser expoente do desenvolvimento a que se ia alçando a lavoura maranhense, como uma homenagem ao notável lavrador.

Depois de declarar que naquele trabalho tivera como auxiliares os doutores Manuel da Silva Couto e Damaso Pereira, escreveu o erudito engenheiro:

"Visei duas coisas:

1.º oferecer ao juri da exposição indicações precisas para o julgamento a que tem de proceder;

2.º concorrer com o meu fraco contingente para a propaganda da análise ótica e química, única base segura, infalível, de fácil verificação em casos de dúvida, em que se devem firmar tôdas as transações, a que dá lugar o comércio do açúcar e o imposto dêste produto, cobrado pelo fisco".

"Compreende a análise química de uma matéria sacarina qualquer as seguintes determinações:

dosagem do cristalizável;
dosagem do incristalizável ou glicose;
dosagem da água;
dosagem das cinzas;
dosagem das matérias orgânicas.
rendimento na refinação".

"Não me permitindo o breve espaço de tempo, de que podia dispor, e porque não esteja ainda convenientemente organizado o meu pequeno laboratório, assentei de limitar-me, quanto às amostras dos açúcares, que me foram apresentadas, à determinação, por meio do polarímetro Laurent, do açúcar **prismático** ou cristalizável, neles contido, o que mais palpitantemente importava conhecer-se".

"Foram estas análises que forneceram os algarismos abaixo notados, e para os quais chamo a atenção das pessoas interessadas na indústria sacarina".

"Confrontando-se as amostras entre si, e os algarismos que a elas respeitam, é fácil de verse, que nem sempre o açúcar, que mais agrada à vista, é o mais rico em cristalizável; daí, a falta de justiça e equidade, originada por um processo, profundamente inexato, e hoje totalmente condenado, qual o que regula o

preço do açúcar, por meio dos tipos, ditos holandêses".

"Diferem muito pouco êstes dos tipos da Bolsa de Paris, e aproximam-se os últimos mais das indicações da análise química do que aqueles".

"No entretanto, em um dos concursos dos fabricantes de açúcar, que se realizam anualmente em França, entre outras razões, em que se fundaram para baterem a base dos tipos, que sem razão sustentaram alguns retrógrados, apresentaram a seguinte, que não pode ser mais concludente".

"A pedido de um deles foi da análise dos tipos encarregado Mr. Pezier, notável químico de Valenciennes, cuja competência nestas matérias por ninguem podia ser contestada".

"Correspondeu Mr. Pezier ao apêlo, que lhe fizeram, apresentando o seguinte resultado de suas análises. nas quais empregou o máximo cuidado:

Tipos	Títulos sacarímetros	Cinzas sulfitadas	Umidade
9	94	2,28	2,2
10	94	2,10	2
11	94,5	1,84	2
12	95	1,70	1,5
13	95	1,54	1,2
14	96	1,49	1,5
15	95,5	1,36	1,4
16	95,5	1,26	1,35
17	96,5	1,24	1,2
18	97	1,16	74,0
19	97,5	1	0,54
20	98	0,70	0,58

"Ora, diziam os fabricantes, basta um simples golpe de vista, lançado sôbre o quadro supra, a despeito da excelência dos tipos, para convencer os mais incrédulos, de que o título sacarimétrico não segue regularmente a ordem das côres dos açúcares; logo, não tem razão de ser a classificação baseada na confrontação com os tipos, para tal fim adotados".

"Se sôbre tipos escrupulosamente escolhidos para servirem de termo de comparação salta aos olhos o desacôrdo, julgue-se do que por aí vai de extravagante em um mercado como o nosso, ao qual concorre numerosíssima variedade de qualidades de açúcares, como se pode ver dos resultados das análises das 352 amostras da exposição".

"As melhores qualidades do nosso açúcar bruto são iguais às inferiores dos da Martinica e Guadelupe, que marcam 88% ao polarímetro".

"Tomando-se por base um açúcar desta qualidade, eis como se procede, para determinar-lhe o rendimento na refinação".

"Está provado que a presença da glicose ou incristalizável em um açúcar qualquer impede a cristalização dêste em uma prate igual a duas vezes o seu pêso — e a das cinzas, quatro vezes o respectivo pêso".

"De sorte que se a análise do referido açúcar oferece o seguinte resultado:

Cristalizável.	88,00 %
Incristalizável.	4,06 %
Água.	2,20 %
Cinzas.	2,04 %
Matérias orgânicas.	3,70 %
	100,00

para ter-se o rendimento na refinação, isto é, o que pode cem certeza apurar o refinador em açúcar puro, diminui-se de 88, 2 vezes o incristalizável 4,06 e 4 vezes o pêso das cinzas 2,04 o que dá:

$$88 - (2 \times 4{,}06 + 4 \times 2{,}04) = 71{,}72\ \%"$$

"E', pois, 71,72 o algarismo que marca o valor intrínseco do açúcar acima considerado, ou o açúcar extratível para o refinador".

"E' êste, finalmente, o cálculo, que constitui hoje a base de tôdas as negociações dêste gênero em todos os mercados da Europa, e por assim dizer do mundo".

Feita a análise pelo processo acima exposto, foram classificados os expositores. Muitos os premiados. Mencionaremos, apenas, os principais.

AÇÚCAR PURGADO

1.º Prêmio — Luiz Manuel Gutenes — engenho Itabira — Pericuman — percentagem 97,6.

2.º Prêmio — Pedro Jamen Costa — engenho Recurso — Rosário — percentagem 97.

AÇUCAR BRUTO

1.º Prêmio — Raimundo E. Caldas de Oliveira — engenho Prado — Cururupú — percentagem 92,8.

2.º Prêmio — José Cândido Martins — engenho Aracanga — Monção — percentagem 91.

Noticiando êste resultado, informava o periódico "O País", em data de 6 de janeiro: "A análise feita pelo Dr. Coqueiro não é comum no país; nesta província foi com certeza a primeira vez que se fez, e cremos que também no norte do Império. E' possível que hoje nas fábricas centrais e outras de aparelhos modernos, já tenha sido empregada. Em todo o caso, foi um serviço importante prestado pelo Dr. Coqueiro à indústria do país".

Do que fica exposto, vê-se bem ter sido a exposição do açúcar e algodão de 1885 uma esplêndida festa do trabalho maranhense.

Mas estava escrito no destino da indústria açucareira do Maranhão, que com ela terminaria a ascensão da vertical do seu diagrama.

Poucos anos mais, e começaria a descida, vertiginosa e quase em perpendicular.

Era a hecatombe de uma organização de trabalho que contava mais de dois séculos e e meio de energia e de tenacidade.

(Continua)

A DETERIORAÇÃO DO MELAÇO ARMAZENADO

Os distiladores de melaço estão convencidos de que, após grande período de armazenagem, se apresenta um estrago lento porém certo no total de açúcares do mel, e de que o melaço velho é mais difícil de bem fermentar do que o de uma nova colheita. Nas atuais circunstâncias dir-se-ia que a fase mais importante deste problema diz respeito ao modo de aproveitar os enormes volumes de mel, que, por falta de espaço adequado no armazem, devem depositar-se em lugares improvisados ou empregar-se como dejeto. A deterioração do mel pode ser: 1) bacteriológica, 2) bioquímica e 3) química.

Em densidades normais o mel se acha pràticamente imune à deterioração causada pelas bactérias. A estratificação dos sólidos no mel é sempre ativa no melaço armazenado, porque mesmo em seu máximo a atividade estritamente bacteriana deveria excluir-se de toda consideração. A absorção periférica de umidade deveria tender a proporcionar substrato mais propício ao desenvolvimento bacteriano, porem o autor deste trabalho nunca encontrou um aumento consideravel na povoação bacteriana. Os bolores ou mofo podem adaptar-se aos extremos de densidade não muito abaixo da do mel, como se pode vêr na deterioração de açúcares crús quando o fator de segurança ascende a mais de 0,250, o que indica uma relação de não açúcar e umidade, e por conseguinte uma densidade igual à do melaço de pureza escassa.

Levando em consideração a absorção de umidade pela película periférica do mel, sempre se poderá esperar alguma deterioração por causa dos bolores ou mofo, pelo que respeita ao menos à sacarose. As atividades do "Sacharomycetes" não ficam de todo eliminadas pelas densidades do mel comercial, e normalmente tem lugar nesses produtos certa fermentação lenta causada por falsas leveduras. Existem, com efeito, alguns indícios de que as ênzimas extracelulares são sem dúvida a causa de uma incerta quantidade de inversão de sacarose nas meladuras durante as prolongadas etapas da aramazenagem. E' fácil supor que os bolores ou mofo desprendem suficiente invertase para dar lugar à inversão em condições que não permitam o ulterior desenvolvimento do organismo no qual foi originada.

RECIFE • SERRA GRANDE ALAGOAS • MACEIÓ
USINA SERRA GRANDE S/A
ASSUCAR
TODOS OS TIPOS
"U S G A"
O COMBUSTIVEL NACIONAL

NUCLEO AÇUCAREIRO DO JEQUITAI

Affonso Varzea

Na fronteira entre a alta e a média bacias do São Francisco, de que o curso inferior do rio das Velhas é bom marco potamográfico, as chuvas começam em setembro-outubro e vão até fevereiro-março. Pluviometria marcada por nítida, larga estação sêca, donde elemento climático decisivo para a cobertura vegetal, condicionando formação aberta de savana nas cotas mais baixas, mais quentes; de estepes nos dorsos mais altos, mais frios.

Incontestavelmente trata-se também de uma fronteira de chuvas, de sorte que decisiva coleta de dados adviria da instalação de estações medidoras nas lombadas mais elevadas de quartzito algonquiano, como nas cochilhas de calcáreo siluriano, promovendo a organização das séries de medidas de temperatura e de rega especificadoras da passagem da savana tipo Cerrado para a estepe, no sentido de ascenção das cotas, e da transição dos Cerrados para a savana desértica, a Caatinga, no sentido de depressão das cotas.

"Close up" da Usina Malvina Dolabela, produção limitada em 16 mil sacos mas capacidade máxima de 80 mil, segundo informação do técnico local Jorge Neuenschwander, que me afirmou que a Maria Sofia pode chegar a 20 mil. Aparece ao fundo a chaminé desta última. Ambas produzem cristal e constituem, assim geminadas, a maior organização açucareira do vale do São Francisco. Foto Affonso Varzea

VERANICO DE JANEIRO

Começam as chuvas na transição setembro-outubro por orvalhos, como dizem os sertanejos das partes mais ressequidas da caatinga no Peneplaino da Borborema, no Leste do Brasil, gente da mais castigada por nossos mínimos pluviométricos, precipitações ligeiras que vão se ameudando e engrossando gradativamente até novembro, para em dezembro se alçarem às maiores quedas mensais.

A segunda quinzena de dezembro é mesmo das chuvaradas, sendo já popular a Enchente de Natal, grossos aguaceiros principiando quase sempre a 22, isto é, com o solsticio de estio.

Na formação dos totais anuais o mês de maior contribuição é justamente dezembro, pois em janeiro seguem-se, em geral, três a quatro semanas sem rega. O primeiro mês do ano porta-se pràticamente como período de estiagem, donde outra expressão popular — Veranico de Janeiro — pois a tradição das quatro estações, que o europeu trouxe para as baixas latitudes, levou o descendente do mesmo europeu a alegorizar por Verão a quadra de sêca dos trópicos, fantasiando de Inverno a época das chuvas. Dessarte as semanas sem rega de janeiro, na fronteira da alta com a média bacias franciscanas, popularizaram-se por Veranico, como que arautas do grande, da vasta ausência de chuvas por meio do ano.

Também fiel à tradição de que o estudo do céu surgiu com o lavrador, adveio das necessidades do agricultor perante os elementos

meteorologicos — a astronomia nasceu sob os claros céus de um oasis de plantadores de trigo da Asia Anterior, cercado de solidões de pedra e areia; germinou na Caldéia, no baixo Eufrates — ali, onde o amanho da terra anda mais intensificado e estendido na bacia média, encontrei as melhores tentativas de medidas dos fatores climáticos.

Quero me referir aos dados que me pôde fornecer o gentilíssimo Sr. Jorge Neuenschwander, gerente das Granjas Reunidas, da Empresa Dolabela, estabelecendo que, desde algum tempo, o pluviômetro vem acusando chuvas inferiores a metro anual, perfeitamente explicativas do definhamento da pouca mata, mesmo sem levar em conta a continuada tarefa de substituição do trabalho humano.

Ha varios anos a rega anual vem sendo inferior aos mil milímetros, ao que parece mínimo dos mínimos para a sustentação de matas nos climas quentes, com média anual de temperatura superior a 23°, tão apelidados de tropicais por comodismo de classificação. Em 1940 a média pluviométrica nos doze meses cifrou-se em 823 milímetros, e, no ano passado, afirmou-me um dos colaboradores do Sr. Neuenschwander, agrônomo Jorge Botelho, não ter ido além de 900 milímetros.

A cidade que está crescendo em torno da Usina Malvina Dolabela, a maior fábrica de açúcar da média bacia do São Francisco. A rua de terra batida — vermelha terra siluriana — do priméiro plano, atravessa o Jequitaí, uadi tributario da direita franciscana, num largo pontilhão de madeira. Foto Affonso Varzea

A MATA DE OUTRORA

Os elementos fitogeográficos de que dispõe a Diretoria de Geografia do Estado reconhecem, porém, que a zona onde ficam as Granjas Reunidas — alta bacia do Jequitaí — foi outrora vestida de selva densa, formação arbórea que era o prolongamento, pela bacia do afluente, da floresta galeria das margens do médio São Francisco. E' verdade que não se tratava de floresta-massa, antes de uma nesga de selva, a qual, dos galhos formadores do Jequitaí, prolongava-se para o meridião, de sorte a alcançar o Curimataí superior, e o médio rio das Velhas, alastrando-se pelo sopé ocidental da Serra do Espinhaço. Para que essa cobertura florestal ensombrasse secções das bacias de afluentes da direita franciscana, perdendo por largos trechos o carater de mata-ciliar, foi naturalmente preciso que outrora aquela base do Espinhaço, debaixo das fronteiras de chuva especificadas atrás, beneficiasse de queda anual de metro e meio ou mais.

Este ano o Veranico de Janeiro durou nas Granjas 28 dias sem a menor precipitação, queimando vários setores dos canaviais, sobretudo aqueles plantados com Coimbatores, opinando o agrônomo Jorge Botelho que essas variedades indianas não vivem bem com menos de metro de precipitação nas condições de solo, de ativa insolação e certo vento reinantes na alta bacia do Jequitaí. E' que dominam os sopros do nordeste, bafos quentes que bastante ativam a deshidratação agravando a escassez de umidade que tem de enfrentar a gramínea.

Aliás a intensidade da insolação e a fôrça dos ventos, acelerando a evaporação, caracterizam a fronteira entre as bacias superior e média franciscanas, ajudando a com-

preender o predomínio vegetal das formações abertas, das savanas, com expansão da forma desértica, a Caatinga.

Meu distinto amigo Zoé Monteiro, homem da interlândia que, não sendo barranqueiro, figura entre os melhores conhecedores da secção mineira do Velho Xico, cita sempre entre os fenômenos geralmente notados a evidente perda de água do comprido rio, coisa tambem nítida nos afluentes do curso médio, sendo de acrescentar o açoriamento do leito por constante grande afluxo de areias, carreto principalmente a cargo dos tributários da esquerda, recebendo águas do desmonte do Grande Chapadão de arenito que divide da franciscana a bacia do Tocantins.

Jorge Neuenschwander, tendo chegado à zona entre o baixo rio das Velhas e o alto Verde Grande por volta de 1912, assevera que logo aos primeiros tempos de estada à direita da bacia média passou estiagens tão acentuadas de de sofrer sêde, tamanha a crise de água.

O alto Verde Grande, uadi bem representativo da bacia media do São Francisco, ainda com água corrente em fins de março, uns trezentos metros a montante da ponte de Juramento. Foto Affonso Varzea

DESERTO DA JAÍBA

O Dr. Paulo Cerqueira Rodrigues Pereira, dos mais esclarecidos companheiros de viagem que já encontrei no interior de Minas Gerais, contou-me que, ao tempo de prefeito de Montes Claros, faz mais de decenio, tivera ocasião de, em relatorio, reclamar obras de açudagem ao governador Olegario Maciel para aquela parte da bacia franciscana. Como autoridade administrativa e como cinegeta conhece bem a bacia do Verde Grande, inclusive a zona de Brejo das Almas, atualmente Francisco Sá. Tudo em roda é caatinga e a rede hidrográfica, descendo do Espinhaço, pára-se em Uidian, de sorte que a partir de abril-maio começa a população a suprir-se de água nas poças restando no leito do chamado Córrego do Brejo.

Precisamente alguns 80 quilômetros ao norte daí, entre o Verde Grande e o Verde Pequeno, de um lado e outro do médio Gorotuba, estende-se por cêrca de 90 mil quilômetros quadrados, coisa de 60 leguas no sentido norte-sul por 40 leguas E-W, o Deserto da Jaíba, zona sem água que o traçado do prolongamento da Central do Brasil entre Montes Claros e Monte Azul, a antiga Tremedal, contorna pela orla sueste.

O diretor dêsse util empreendimento ferroviário, um de nossos engenheiros **doublé** de homem de ação, com belo tirocinio de sertão, o Dr. Demóstenes Rockert, ao tempo em que comandou nos trabalhos um exército de 15 mil homens— 50 mil pessoas com as familias — chegou a gastar 200 contos de réis por mês só em abastecimento de água, e apenas por passar na orla da Jaíba.

Um dos subchefes do Dr. Rockert, o engenheiro Othon Novais, de constante atuação no "front" de avanço dos trilhos, localiza a pior zona da franja daquele deserto no percurso entre o Verde Grande, 25 quilômetros a nordeste de Montes Claros, e o Gorotuba, a 150 quilômetros daquela cidade de esplendido rendimento à ferrovia, frisando que são 125 quilômetros sem água, obrigando à circulação constante de 12 caminhões-pipas e de centenas de carroças e carroções levando que beber a homens e animais. Há mesmo entre os operários aqueles chamados Bombeiros, especialmente destacados para as tarefas de provisão do alimento mais simples.

Como também projetam fazer nas Granjas Reunidas, entre Montes Claros e Tremedal, com a rede hidrográfica reduzida a Uidian, pensa-se insistentemente em criar um sistema de poços artesianos.

AS CACTÁCEAS NO CALCAREO

Ao sul de Montes Claros a articulação dos rios temporarios vai se desenvolvendo, estando sêcas desde algum tempo fontes com boa folha de serviços outrora. O Jequitaí corta sempre a meio do ano, o mesmo se dando com os ribeirões seus formadores. Um dêstes, o córrego Cana Brava, costuma ficar com o leito em poeira desde a estiagem de 1930.

Na quadra das chuvas, qual é regra nesse mecanismo hidrográfico, os leitos estúam em perigosas enchentes. A do São Francisco, no último Natal, carregou 300 casas do bairro das Pitombeiras, em Pirapora. No ramal de Montes Claros o baixo rio das Velhas rolou por cima do piso da ponte. O Jequitaí, nas quadras chuvosas de 1928-29-30, correu a 600 litros por segundo, enquanto o Cana Brava que, antes de começar a cortar, na estiagem de 30, deitava águas a 70 litros por segundo, em fevereiro de 44, poucos dias antes de passar eu por cima dele, fornecera a medida de 200 litros por segundo! Os climas em deshidratação possuem seus caprichos, caprichos de pluviosidades, tão caprichosos são os processos da natureza, avessa à rigidez das progressões matematicas.

Irregularidades não menos torturantes podem contar todos quanto observam a marcha crescente da crise de água em outras partes da caatingueira zona fronteira Minas-Bahia: gentes de Espinosa, Salinas, Fortaleza, Conquista.

A evolução desértica anuncia-se mais acentuadamente em agosto-setembro, metendo no solo aspecto desolador: nos maciços calcareos tornam-se bastante evidentes as cactáceas, a Cabeça de Frade e o Mandacarú.

O proprio nome Montes Claros advirá dessa diversidade de aspecto na estiagem, pois o esturricamento da vegetação em roda da cidade modifica profundamente a verdejante moldura da época das chuvas. Os capins que sustentam a predestinação da zona para a pecuaria, já se qualificando alto com a importação de custosos plantéis do Zebú Brasileiro, famosos Colonião, Provisorio, Vermelho, Bengo ou Capim d'Angola, ervas que o gado gulosamente tosa na sucessão das cochilhas silurianas, ficam completamente queimados, de sorte que as séries de lomas, reduzidas a calvície de argíla, tal qual acontece, por exemplo, na mór parte do ano à interlandia do Peneplaino da Borborema, lá ao norte do baixo São Francisco — ondulam-se em tom bem mais claro na paisagem. Donde o nome da cidade herdado, possivelmente, da fazenda de Montes Claros, muito próspera na primeira metade do século Dezoito, sob a propriedade de Antônio Gonçalves Figueira, um dos pioneiros da pecuaria na zona.

Tem nome bem dado o ribeirão das Pedras, tributário da direita do alto Verde Grande, bem notando-se como, ao longo das margens, a savana padrão Cerrado engrossa naturalmente em mata ciliar. Foto Affonso Varzea

CONQUISTA CURRALEIRA

Em verdade a faixa fronteira entre a alta e a média bacias do São Francisco foi antes

de mais nada, em antropogeografia, uma zona fronteira entre os vaqueiros baianos subindo o rio eixo, e "cow-boys" vicentinos que haviam atravessado a Mantiqueira e o alto Rio Grande antes dos bandeirantes se transformarem de preadores de indios em caçadores de ouro e diamantes. Muita vasta extensão do sertão brasileiro foi conquistada não por façanha do tipo clássico do bandeirante, fazendo fortuna e linhagem em Piratininga ou em Taubaté, mas por anônimo condutor de gado. Provavelmente as nascentes do São Francisco, fora seus conhecedores amerindios, primeiro as avistou na Chapada da Canastra alteada sôbre o dorso da Serra dos Cristais, localmente apelidado Serra da Canastra, algum ignorado boiadeiro. Assim como o cinzel de Belloni brindou o Parque José Battle y Ordoñez, em Montevidéu, com o notavel grupo escultórico da **Carreta en Marcha**, também em cima da meseta de arenito, à margem do principal regato do feixe que logo adiante se junta para rolar na cachoeira Casca d'Anta, pode ser erguido o bronze ao Vaqueiro Desconhecido que, antes de qualquer outro dessedentou, alí, o gado pioneiro daqueles luminosos, incomparaveis horizontes de estepe de altitude.

O rio das Velhas menos de quilômetro a montante da histórica ponte de Santa Luzia, onde bravamente se combateu na batalha de 7842, empenhada por Caxias contra os liberais de Teófilo Ottoni. O terreno é todo em complexo cristalino, notando-se ao fundo a colina sobre que se alastra o casario da histórica cidade, um dos portos da navegação fluvial ao tempo em que o rio tinha água para tanto. Agora em ciclo de perda de volume é de notar a enorme praia na convexidade do primeiro meandro da foto, onde se apinha o gado para ruminar e onde garimpeiros ainda bateiam ouro. Foto Affonso Varzea.

Efetivamente desde os altos Arapoim e Ribeirão do Ouro, tributarios da esquerda do Verde Grande, a noroeste de Montes Claros, até à confluencia do Ribeirão das Pedras no mesmo Verde Grande, a sueste da próspera cidade, corre a fronteira da Caatinga, caatinga maciça que vem desde o sul do Piauí e do oeste de Goiaz sem descontinuar. Centenas de quilômetros a oeste e sudoeste dêsse "front" da formação ininterrupta encontram-se ilhas de avançada da savana desértica, destacamentos de vanguarda que são, à direita do rio principal, a caatinga do baixo rio das Velhas entre Porto Faria e Aarão Reis, e, à esquerda do Velho Xico, a nesga estendida do rio Jatobá até quase à confluencia do Paracatú, até cuja franja bom conhecedor da interlandia em perda de água, o Dr. Rockert, construtor da monumental ponte da Central do Brasil, em Pirapora, levou os estudos do prolongamento dos trilhos na direção de Goiaz, etapa indispensavel ao Plano Frontin de atingir, pelo Tocantins, o delta amazônico em Belém do Pará. Na mesopotâmia Paracatú-Urucuia desenha-se em crescente outra cinta de Caatinga, bordando a base oriental das escarpas das tabulares de arenito.

Para o norte da secção mineira da bacia do Verde Grande a caatinga baiana ainda se apresenta mais deshidratada, conforme me acentuaram dois itinerantes dela, o engenheiro Othon Novaes, das obras de prolongamento da Central a Monte Azul, e o major Stoll Nogueira, chefe da Rede Ferroviária n.º 6, o qual frisou como ao setentrião da antiga Tremedal era de admirar que pudessem viver pontas de gado em tão requeimado chaparral.

BURITÍ MATA-BORRÃO

Nas manchas de savana sempre verde, o Cerrado, ilhadas na massa da savana desértica, palmeiras tão características das formações abertas do Brasil Central, o Burití e o Babaçú — ambos já a experiencia do sertanejo habituou-se a considerar como enxugadores de chão, extintores de umidade do solo quais os eucaliptos australianos — vão atacando as orlas dos pântanos residuais e rapidamente os extinguindo, em troco do desenvolvimento de seus bosques melancólicos.

A ilha de cerrado em roda de Fortaleza, na alta bacia do Jequitinhonha, mostra-se cheia de babaçuais, enquanto o Burití alía a outras serventias aquela de armazenar, no caule, água avidamente procurada nas quadras de tortura de sede, e tão deliciosa na emergencia que vai se popularizando como Vinho de Burití.

O curral mais vizinho da Usina Maria Sofia, a menor da organização Dolabela, então limitada em 4 mil sacos de cristal; atrás alastra-se o canedo de javanesas. Ao fundo a inevitavel colina siluriana de nosso Carso. Foto Affonso Varzea

Entre o "front" da caatinga maciça, em Montes Claros, e os destacamentos avançados dos baixos Urucuia, Paracatú e Velhas, o Burití, enfileirando-se pelos cerrados, sobe às rampas algonquianas e se alinha nas veredas lá de cima, de parceria com a pindaiba, de sorte que se esta dá a madeira para as paredes barreadas das cabanas dos garimpeiros, fornece êle as palmas dos tetos.

Como desde o alto Verde Grande ao baixo rio das Velhas vive-se neste momento climático também numa zona fronteira de chuvas — de que vale por nítido sinal a zona fronteira de vegetações — as matas ciliares e de encostas de barlavento (relativamente a ocasionais sopros umidos de sul e sueste) vão se alargando e adensando para o meridião, na direção em que melhoram as regas, e a faixa de floresta que, em outros tempos, bordou o sopé ocidental do Espinhaço, desde o alto Jequitaí até o médio rio das Velhas, deve ter sido alimentada por precipitação então oscilando de metro e meio a dois metros.

Já se viu como os cuidados agronômicos do notavel nucleo canavieiro das Granjas Reunidas verificaram que a pluviosidade anda agora abaixo de metro, de sorte que a própria medida da involução da chuva indica a medida da involução da cobertura vegetal, tendo naturalmen de passar da mata densa para a formação aberta da savana, o Cerrado. Esta é a melhor explicação da decadencia da floresta, e não a faina de substituição do lavrador que continúa sendo sensivel minoria numa zona conquistada ao amerindio pelo vaqueiro, reforçado logo depois pelas maltas de catadores de ouro e pedrarias, agora principalmente esgravatadores de cristal de rocha.

CONTRASTES DOS LENHOS

A atenção da observadora gente das Granjas tem ido a ponto de estudar o definhamento da selva fechada pelo teor das madeiras, apurando que nos setores de mais sensivel decadência, a começar das cotas superiores (enxugando mais depressa que as inferiores), dominam lenhos muito duros,

muito rijos, pesadíssimos, grã muito fina, com densidades enormes, assim: Araoeira do Sertão 1250, Pau Preto 1231, Jatobá Roxo 1109, Ipê Roxo ou Pau d'Arco 1084, Chifre de Novilha ou Faveiro ou Sucupira Acari 1034. Nas cotas mais baixas, onde a floresta dispõe de melhores elementos de sustentação como mata-ciliar, encontram-se as Madeiras de Vasantes, aquelas que muito lucram com os lodos das enxurradas do tempo das águas: Tamboril Abóbora — densidade de 491, Imburana — 583, Pereiro Rosa — 687, Genipapo — 767.

Se o sentido de evolução da Saccharum teve por passo decisivo a migração da floresta fechada do sopé do Himalaia para as savanas do baixo Ganges, ganhando em vitalidade agressiva e em açúcar o que perdia em excesso de umidade e ganhava em insolação, naturalmente o local onde se alastram agora as Granjas e as usinas Malvina Dolabela e Maria Sofia, estava naturalmente indicado para a expansão de canedos, em substituição à floresta em natural definhamento. Agora porém que as medidas de chuva indicam um decréscimo que já é marcante da decadencia da savana sempre verde — Cerrado — e do desenvolvimento da savana desértica — Caatinga—os técnicos vão sentindo a incompatibilidade da prosperidade de certas variedades, como a Coimbatore, por exemplo, com a pluviosidade minguante, donde começarem a enfrentar o problema da irrigação, e nesse sentido coube-me o prazer de estabelecer ligações indispensaveis entre os agrônomos do alto Jequitaí e o Instituto do Açúcar e do Álcool, tendo o último encaminhado às mãos dos primeiros elementos instrutivos que o "Brasil Açucareiro" desde tempo está veiculando.

Um dos canedos mais vistosos do Carso franciscano, aquele que se estende entre Engenheiro Dolabela e Granjas Reunidas, canavial heterogêneo onde a indiana Coimbatore 290 e as javanesas POJ 213 estendem-se da beira da estrada até a bossa siluriana do fundo, marcada por imponente dique calcáreo. Foto Affonso Varzea.

O HOMEM FAZEDOR DE SAVANAS

A tarefa de substituição a que se entregam os lavradores do núcleo açucareiro do alto Jequitaí, por um lado substitue canaviais à mata densa que ainda resta em torno das bossas calcareas, de outro troca por canedos a savana verde — Cerrado — com que a evolução deshidratante substituira antigas matas.

A cultura de canas, como a dos cereais, é intervenção humana na cobertura vegetal geratriz de savanas. Canedos, como milharais ou trigais, valem por tipo de savana feita pelo homem **man made.** Também a savana **man made** equivalem os capins Colonião e Jaraguá que os pecuaristas andam ativamente plantando de roda de Montes Claros, pois trata-se de ervas que crescem mais de dois metros, "escondendo o boi", como diz o vaqueiro.

Há forragens que, não ganhando tal desenvolvimento, caracterizam de preferência a estepe, a extensão de ervas baixas, e tais são nossos capins Gordura e Bengo.

A intervenção do homem na cobertura florestal — já temos enormes florestas abertas de eucalíptos — vale por uma de suas atuações mais espetaculares como agente geografico.

Afigurando-se sempre oportuno martelar que a conquista do alto e médio São Francisco foi obra de curraleiros, funcionando inicialmente o rio e seus afluentes como Cami-

nhos de Currais, urge não olvidar que o colaborador alimentar imprescindivel a tamanha expansão foi o rapadureiro, abrindo oasis de canaviais à beira das poças dos Uidian ou em meio à monotonia dos cerradões. A rapadura combateu, como ainda combate, os inconvenientes da monotonia alimentar da carne e do leite, desempenhando o mesmo papel de higiene de nutrição que coube ao mate na conquista das estepes pampeanas e da Vacaria de Mato Grosso pelos tangedores das manadas. A êste respeito a função dos rapadureiros, seculares companheiros de conquista dos curraleiros, é mais decisiva e poderosa que a contribuição dos lavradores que vão conseguindo abrir roças de feijão, arroz e milho no Rolling Country de nosso Carso siluriano, naturalmente tais cereais vicejando melhor entre Belo Horizonte e Sete Lagoas, no sul mais bem regado da zona fronteira entre as bacias franciscanas superior e média, que em redor de Montes Claros, na orla da Caatinga maciça.

A esta altura calha exatamente a frase de Rockert, durante tanto tempo diretor da rede ferroviária cearense:

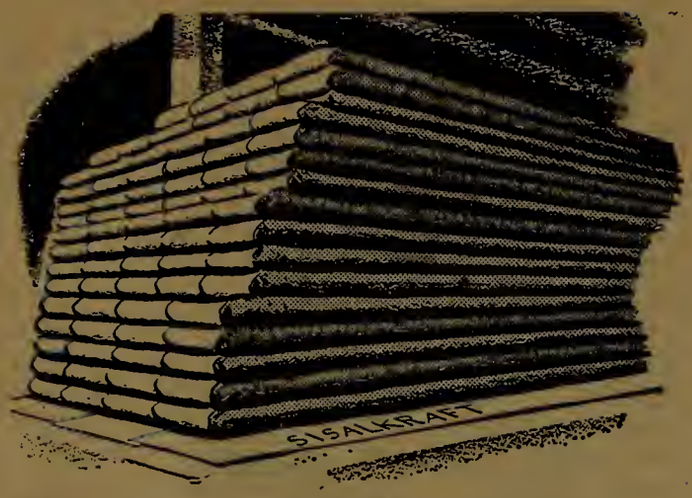
— O norte de Minas Gerais é como o interior do Leste do Brasil.

VITAMINAS PRESENTES NA CANA E NO CALDO

Nos últimos anos, os especialistas de nutrição vêm se preocupando com o problema de enriquecer os alimentos, tornando-os mais fortes. Nos Estados Unidos, as duas fontes mais baratas de alimentos produtores de energia são os cereais e o açúcar. Em vista da importância do açúcar na dieta, dicidiu-se estudar o teor de vitamina de cana e do caldo utilizando-se nas pesquizas variedades cultivadas na Luisiana e em Cuba, inclusive canas maduras e imaturas. A análise deu os seguintes resultados para cada libra de sacarose contida no colmo de uma cana cubana madura:

	CANA		CALDO	
	Médio Mg.	Máximo Mg.	Médio Mg.	Máximo Mg.
Tiamina . .	2,05	17,95	0,50	1,1
Riboflavina .	1,1	5,7	0,215	0,4
Ácido pantotémico . .	6,0	38,6	4,4	9,9
Niocina . . .	5,3	52,25	2,0	3,3
Biotin . . .	0,2	0,7	0,08	0,1

As cifras correspondentes para a cana da Luisiana eram mais baixas para tiamina, riboflavina e biotin, e mais altas para o ácido pantotémico e idêntico para a niacina. Estas notas foram tomadas de um resumo, publicado na revista "Sugar", de um trabalho apresentado pelo sr. William R. Jackson à "sociedade Americana de Química".



Elimine os problemas da umidade nos armazens!

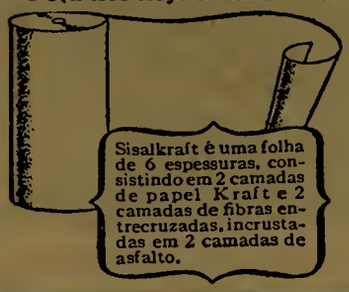
O que Afirma um dos nossos Clientes: "Primeiro, usei o Sisalkraft debaixo dos sacos. Os resultados foram ótimos. Depois passei a usá-lo tambem como cobertura dos lados dos montões de sacos, como medida de maior proteção. O ano passado dispuz o papel em sentido longitudinal, acomodando-o bem à volta das extremidades dos sacos, e usando entre 10 a 18 camadas para determinar até que altura seria preciso empregá-lo. (Veja-se a gravura supra).

Impede a Umidade e a Formação dos Bolores: "Experimentei usar lonas para proteger os sacos amontoados, mas os resultados não foram satisfatórios. Dentro de pouco os sacos estavam úmidos e bolorentos, coisa que nunca sucedeu quando usei o Sisalkraft.

O Açúcar a Salvo numa Umidade de 80%: "Nesta região costeira, as condições de armazenagem do açúcar são muito dificeis . . . O ar está carregado de umidade . . . a qual se mantem a cerca de 80%. Durante a noite, a temperatura cai abaixo do nivel do orvalho, e o ar deposita a umidade adicional no produto armazenado. Felizmente, Sisalkraft veio resolver-nos este problema!"

SISALKRAFT tem um baixo custo inicial e pode ser usado repetidas vezes. Reduz as despesas de mão de obra e materiais. Suas propriedades protetoras eliminam de vez os perigos da umidade superficial.

Peça-nos hoje mesmo informações completas.



Sisalkraft tomou o seu lugar no esforço de guerra das Nações Unidas, e talvez não seja obtido em toda ocasião. Isto se deve às dificuldades de transporte, etc.; mas estamos fazendo os maiores esforços para manter seu país devidamente abastecido.

THE SISALKRAFT CO.
205 WEST WACKER DRIVE · CHICAGO, E. U. A.
LONDRES, INGLATERRA · SYDNEY, AUSTRALIA

Distribuidor: CASA HILPERT S. A.
Rua General Câmara, 117 — Rio de Janeiro

A HABITAÇÃO NAS ZONAS CANAVIEIRAS DO BRASIL

Vasconcelos Torres

II

A casa é, segundo a definição da sociológia, "o elemento material do **lar**, que se completa com outro, social, a **família**. Há uma íntima correlação entre êsses dois elementos, visto que a família tem como **habitat** a casa".

Condições de ordem mesológica e econômica determinam a construção da casa — poderiamos ainda acrescentar um outro móvel: o instinto de defesa. A habitação brasileira é grandemente variável, indo desde as choças inteiramente construidas de palha até às vivendas modernas.

Vivenda do Engenho Barro Branco, em Muricí, Alagoas

Na Amazonia existem palafitas abrigando famílias sub-alimentadas.

Palhas e paus são os materiais de construção. Alfredo Ladislau (1) dá-nos uma perfeita imagem dessas habitações, descrevendo, em vigoroso estílo, os seus moradores: "Quando os **gaiolas** passam, resfolegantes, abarrotados de gêneros, o bando raquítico de cada família vem apinhar-se na pequena varanda aberta da decrépita e desmantelada choupana. E' infalível vermos, em cada moradia, êsses grupos de fantasmas infantís, completamente nús, aos magotes, uns de pé, outros acocorados, desde o rapazelho até o monstrozinho de tenra idade, semelhante a um crescido feto que se tornara inviável.

Outra vivenda canavieira daquele município alagoano, Engenho Boa Esperança

Do interior da delida barraca, por entre as frinchas da palha ralentada, fitam-nos as embaciadas pupilas das mulheres, que, não podem aparecer, por isso que se acham também quase desnudas". O autor, pintando o aspecto verdadeiramente triste dêsses moradores, diz que basta idealizarmos uma variada coleção de esqueletos humanos, vesti-los de uma pele amarela e baça, arredondar-lhes um ventre azulado, salientar-lhes os zigomas, correr-lhes pelos membros os ligeiros chumaços de uma carne mole, à guisa de músculos, e sôbre os crânios espetar-lhes os grossos fios de uma ressequida guedelha maltratada. Essa gente, que não tem redes e não tem camas, dorme amontoada, recebendo, como diz o escritor citado, os bafejos mortiferos da umidade.

Na Amazônia, o homem mora no rio e vive uma vida de coleta, trabalhando nos serin-

gais e na derrubada dos troncos para, de quando em vez, trocar a sua mesquinha produção por gêneros alimenticios. No extremo sul do Brasil, o peão não mora no rio, nem apresenta a fisionomia esquelética do caboclo amazonense; entretanto, sua casa é um barracão anti-higiênico, onde dormem muitas pessoas e onde, como disse um escritor gaucho, moram o fogo, a fumaça, o vento e a poeira.

Nas imensas regiões da terra brasileira, o homem do trabalho rude reside em casas desconfortáveis. Em Goiaz, por exemplo, mora na casa de capim; em outros lugares, é o barro sopapado no trançado de bambús. Sòmente em algumas fazendas de café, o problema parece ser devidamente encarado. Nas zonas açucareiras a questão é também estudada por usinas de recursos. Mas, a casa do trabalhador do engenho pobre será sempre uma casa humilde, sem os requisitos da higiene.

Os tipos usuais das habitações nacionais foram catalogados por João Soares Palmeira, Evaristo Leitão e Romolo Cavina (2). São os seguintes:

1 — palafita à margem dos grandes rios, lagos, e pântanos;
2 — choça de palha ou de sapê;
3 — casa de taipa coberta de palha;
4 — casa de taipa coberta de telha;
5 — casa de madeira coberta de palha;
6 — casa de madeira coberta de madeira;
7 — casa de pau a pique coberta de zinco, palha ou madeira.

"Nos sertões brasileiros, escreve Julio Abreu Filho (3), muitas décadas hão de passar antes que as cavalgadas, as **tropas** e as boiadas sejam um simples motivo das pinacotecas. Há uma imensa população que passa metade da vida em lombo de animais, varando matas e **caatingas**, tabuleiros e pantanais, em jornadas que, às vezes, vão a duzentas e mais léguas e que durante dias não encontram uma habitação".

A Diretoria de Organização e Defesa da Produção do Ministério da Agricultura, de uma feita levantou um quadro sôbre a habitação do trabalhador em relação à propriedade territorial. Pela sua oportunidade vamos transcrevê-lo:

A habitação do trabalhador em relação à propriedade territorial.	Extrativismo	Habitações pertencentes ao trabalhador	Palafitos Ranchos Choças Tendas	Obrigações do do morador	O trabalho de construir
		Habitações pertencentes ao proprietário das terras (terras particulares ou arrendadas)	Barracões Ranchos Choças Tendas	Obrigações do do morador	Gratuita. Habita enquanto convier ao proprietário
	Lavoura e criação	Habitação pertencente à propriedade agrícola	Choças de palha ou de sapé Choças de palha cobertas de madeira Casa de taipa coberta de palha Casa de taipa coberta de telha Casa de taipa coberta de zinco Casa de madeira coberta de palha Casa de maneira coberta de madeira	Obrigações do do morador	No Norte a habitação é gratuita enquanto convier ao proprietário Em alguns Estados do Centro do país adota-se a cobrança de aluguel da moradia com um dia de trabalho semanal, ou com parte da produção da sua roça

Roberto Simonsen descreve da seguinte maneira o processo que o **caboclo** utiliza na construção da sua moradia: "constrói sua casa de barro, cobrindo-a geralmente com palha de sapé. A estrutura de madeira roliça, de maior diâmetro nos cantos e nos apôios dos portais, leva nos intervalos uma trama de pau de menores diâmetros, e o veto é conseguido com barro amassado, barro de sopapo. A amarração do madeiramento é quase sempre obtida com fios de cipó ou outras fibras silvestres; o piso, terra socada; como mobiliário, esteiras, tarimbas e troncos de madeira. Habitação extremamente pobre, mas que dura geralmente o tempo necessário ao esgotamento das terras adjacentes que cultiva. Dentro de sua pobreza e dos materiais de que dispõe, é o melhor que pode fazer em nosso clima tropical". (4).

Um inquérito procedido pela D. E. I. C. de São Paulo, sôbre o problema das casas operárias, mostrou "pela análise dos dados referentes à habitação que, nos casos pesquisados, há impressionante insuficiência de área por adulto" (5). A comparação estabelecida entre a área por adulto, do padrão

ideal, segundo a dita pesquisa, com a área encontrada no inquérito, apresentou em resumo os seguintes resultados: acham-se acima do padrão ideal (18 mts²20 por adulto), 18 casos; abaixo do padrão ideal colocam-se 393 casos.

O Prof. Oscar Egidio de Araujo, no seu interessante estudo (6) sôbre o padrão de vida de um grupo de famílias operárias, mostra que predominam as habitações de más condições de higiene e conforto. O ilustre pesquisador, para facilitar a classificação, dividiu as moradias em cinco tipos: ótima, boa, regular, má e péssima. Ressaltando a influência do mobiliario na habitação, o Sr. Egidio de Araujo escreve (7): "residir não é ter um mero cômodo onde se possa abrigar das intempéries. Residência não é um simples lugar de alojamento. A moradia de paredes nuas e ambiente vazio pode abrigar uma família, mas nunca será um lar na boa acepção da palavra, nunca será um recanto agradável que o indivíduo procure com prazer e nele permaneça com alegria. O papel do mobiliário, dêste particular, é importantíssimo, como fator capaz de transformar o ambiente, dando-lhe conforto e bem estar. Não de um mobiliário qualquer, mas de um conjunto harmônico que, sem grandes despesas, possa tornar convidativa a habitação". O mobiliário, nas pesquisas que efetuamos nas zonas canavieiras, não constituiu propriamente objeto de uma investigação especializada, entretanto, nas nossas visitas às residências dos trabalhadores, nunca deixamos de observar o escasso mobiliário — às vezes velho e quebrado.

Conjunto de habitações operárias — Usina Monte Alegre

Habitações rurais — Usina Novo Horizonte

Nosso inquérito sôbre a habitação nas zonas canavieiras do Brasil abrangeu cinco Estados. Anotamos o título de dominio dos moradores, o tipo da casa, a cobertura, o piso e outros detalhes que, já da próxima vez, iremos examinar detalhadamente.

NOTAS BIBLIOGRAFICAS — (1) Alfredo Ladislau, Terra Imatura, Pg. 119. (2) Evaristo Leitão, Romolo Cavina e João Soares Palmeira, O trabalhador rural brasileiro — DEP do MTIC, Pg.24; (3) Julio Abreu Filho, Construções rurais, — Bol. MTIC n.º 94, Pg. 299; (4), Roberto Simonsen, Jornada de habitação econômica, Bol. MTIC n.º 85, Pg. 294; (5) Publicação oficial do DEIC da Secretaria de Agricultura de São Paulo; (6) Oscar Egidio de Araujo, Padrão de vida; (7) idem.

LES USINES DE MELLE S. A.

Uma organização dedicada ao aperfeiçoamento da indústria alcooleira

ALCOOL ANIDRO 4.ª Técnica

UNICO processo de fabricação DIRETA do álcool anidro

Mais de 45 instalações em funcionamento no Brasil

Fermentações (Processo de recuperação das leveduras)

açúcar - melado - caldo de cana, cereais etc.

Mais de 50 instalações em funcionamento no Brasil.

Aplicação do processo de recuperação das leveduras na "ONTARIO PAPER CO. LTD." (Canadá) — Fermentação das lixivas sulfiticas.

Instalação realizada em 1943

Representante geral no Brasil:

ROBERTO DE ARAUJO

Av. Presidente Vargas, 149-9.º andar - salas 17/18 - Tele. 23-0381 - Rio de Janeiro

RESOLUÇÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

RESOLUÇÃO — N.º 78/44 — De 8 de fevereiro de 1944

ASSUNTO — Dispõe sôbre a criação das Comissões de Conciliação

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 113 do Decreto-Lei 3.855, resolve :

Art. 1.º — Ficam criadas nove (9) Comissões de Conciliação, numeradas, respectivamente, de um (1) a nove (9), as quais serão instaladas logo após a nomeação dos respectivos membros.

Art. 2.º — As Comissões a que alude o artigo anterior, terão as respectivas áreas de ação fixadas da maneira seguinte :

a) a primeira Comissão de Conciliação terá sede em João Pessoa e área de ação no território dos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte ;

b) a segunda Comissão de Conciliação terá sede em Recife e área de ação em todo o território do Estado de Pernambuco ;

c) a terceira Comissão de Conciliação terá sede em Maceió e área de ação em todo o território do Estado de Alagoas ;

d) a quarta Comissão de Conciliação terá sede em Aracajú e área de ação em todo o território do Estado de Sergipe ;

e) a quinta Comissão de Conciliação terá sede em Salvador e área de ação em todo o território do Estado da Bahia ;

f) a sexta Comissão de Conciliação terá sede em Campos e área de ação em todo o território dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo ;

g) a sétima Comissão de Conciliação terá sede em Piracicaba e área de ação compreendendo os municípios de Biriguí, Brotas, Capivarí, Cosmópolis, Itapira, Limeira, Oriente, Piracicaba, Porto Feliz, Presidente Alves, Santa Bárbara e São Manuel, no Estado de São Paulo e os municípios de Boa Esperança, Campestre, Campos Gerais, Monte Belo, Nepomuceno, Passos, Pedra Branca e Três Pontas, situados na zona sul do Estado de Minas Gerais ;

h) a oitava Comissão de Conciliação terá sede em Ribeirão Preto e área de ação nos municípios de Araraquara, Bebedouro, Cravinhos, Igarapava, Pitangueiras, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rosa, São Simão, Sertãozinho, Tabatinga e Tapiratiba no Estado de São Paulo e nos municípios de Conquista e Uberlândia no Estado de Minas Gerais ;

i) a nona Comissão de Conciliação terá sede em Ponte Nova e área de ação em todos os municípios do Estado de Minas Gerais, não compreendidos nas áreas de ação da sétima (7.ª) e oitava (8.ª) Comissão de Conciliação.

Art. 3.º — O Presidente do I.A.A., sempre que se tornar necessário, poderá ampliar ou restringir a área de ação de qualquer Comissão de Conciliação.

Art. 4.º — Para os efeitos do disposto nesta Resolução, o Presidente do Instituto, baixará os atos e instruções necessários

afim de fazer coincidir a área de ação das Comissões de Conciliação com a das Procuradorias Regionais a que correspondam.

Art. 5.º — No caso de haver alteração na organização administrativa dos Estados compreendidos na área de ação das Comissões de Conciliação, o Presidente do I.A.A. promoverá o reajustamento das respectivas áreas, baixando, para êsse fim, os atos e instruções que se tornarem necessários.

Art. 6.º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no "Diário Oficial" da União, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e quarenta e quatro.

Barbosa Lima Sobrinho — Presidente.

RESOLUÇÃO — N.º 79/44 — De 12 de abril de 1944

ASSUNTO — Estabelece medidas de estímulo e defesa da produção de açúcar e álcool

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve:

DA PRODUÇÃO

Art. 1.º — Fica assegurada, no período de cinco safras, a

partir de 1944/45, a liberação, pelo I.A.A., de todo o açúcar de excesso necessário ao consumo nacional.

Parágrafo único — Essa liberação será feita em igualdade de condições com a produção intra-limite e considerada a situação dos preços legais.

Art. 2.º — No caso de excesso de produção sôbre as necessidades do consumo, o Instituto poderá determinar a fabricação de álcool com a matéria prima excedente, assegurando ao produtor um preço para o álcool, em paridade com o do açúcar, na base da cotação fixada para o tipo cristal, sôbre vagão, usina no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3.º — O Instituto promoverá a exportação da produção excedente sôbre as necessidades do consumo, dentro da quota fixada pelo Convênio Internacional do Açúcar, após verificar terem as usinas interessadas cumprido o programa de produção de álcool estabelecido nos planos de safra.

Art. 4.º — O açúcar produzido dentro das quotas fixadas pelo Instituto destina-se ao consumo interno do país. Sòmente serão autorizadas as vendas para o exterior se o exame estatístico revelar excessos de produção sôbre o consumo e sôbre as necessidades de uma massa normal de estoque, satisfeita a exigência do artigo 2.º.

Art. 5.º — Continua livre, na safra 1944/45, a produção de açúcar dos engenhos turbinadores e dos engenhos banguês.

Art. 6.º — Terá o tratamento de produção intra-limite todo o açúcar produzido no período que anteceder a 10 de junho de 1944 pelas usinas dos Estados do Sul.

Art. 7.º — As usinas estenderão aos seus fornecedores os benefícios decorrentes da antecipação de safra, da liberação do açúcar de excesso e da paridade do preço do álcool com o do açúcar, na medida dos volumes de cana recebidos para cada um dêstes fins.

DO AUMENTO DE LIMITE E SUA DISTRIBUIÇAO

Art. 8.º — São aumentados em 20% (vinte por cento) os limites estaduais efetivos de produção de açúcar de usina.

Art. 9.º — O aumento sôbre cada limite estadual fixado no artigo anterior será distribuido provisòriamente pelo critério da divisão proporcional às raizes quadradas dos limites individuais das usinas.

Art. 10.º — Na distribuição de que trata o artigo anterior serão consideradas, para o cálculo, as quotas das usinas resultantes da distribuição a que se refere a Resolução 74/43, acrescidas de possíveis incorporações ou conversões deferidas pelo Instituto.

Parágrafo único — Se, até 30 de abril, não estiverem homologados os limites resultantes da aplicação da Resolução 74/43, serão consideradas, para o cálculo da distribuição provisória referida no art. 9.º, as quotas vigorantes na safra de 1943/44, excluida a parte referente à quota complementar.

Art. 11.º — Os aumentos de que trata o artigo 8.º serão distribuidos, a título definitivo, entre as usinas, logo que estejam concluidos os trabalhos de distribuição de que trata a Resolução 74/43.

Parágrafo único — As quotas individuais de aumento resultantes das distribuição referida neste artigo serão incorporadas aos limites das usinas a partir da safra 1945/46.

Art. 12.º —As quotas para novas fábricas estabelecidas pela Portaria n.º 17/42, da Coordenação da Mobilização Econômica e pela Resolução de 4/11/43 da Comissão Executiva do I.A.A., e ainda não utilizadas, poderão ser aproveitadas pelas usinas existentes nos Estados respectivos, na safra 1944/45.

Parágrafo único -- O processo de distribuição destas quotas será o da proporcionalidade às raizes quadradas dos limites das usinas, considerados êstes após a distribuição de que trata o artigo 9.º

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos doze dias de abril do ano de mil novecentos e quarenta e quatro.

Barbosa Lima Sobrinho — Presidente.

RESOLUÇÃO — N.º 80/44 — De 12 de abril de 1944

ASSUNTO — Adota providências especiais durante a safra 1944/45, para as usinas sub-limitadas, que não foram até então incluidas nos rateios de aumento de produção

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve:

Artigo único — As usinas que, por fôrça do artigo 3.º da Resolução 45/42, não foram incluidas no rol das sub-limitadas e que estão em condições de serem reajustadas, segundo os dispositivos da Resolução 74/43, terão, na safra 1944/45, assegu-

rada a liberação da quota máxima de acréscimo que lhes deveria caber, na forma desta última Resolução.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos doze dias do mês de abril de mil novecentos e quarenta e quatro

Barbosa Lima Sobrinho — Presidente.

RESOLUÇÃO — N.º 81/44 — De 11 de abril de 1944

ASSUNTO — Estabelece normas para o tabelamento do açúcar nos centros produtores do Norte do país

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

Considerando que a decisão tomada em sessão de 8 de março próximo passado, relativamente ao comércio de açúcar do Norte para o Sul, necessita ser re-examinada para o fim de tornar mais explícita a sua redação ;

Considerando, outrossim, que os casos previstos na citada decisão omitiram modalidades usuais no comércio de açúcar, resolve :

Art. 1.º — Para as vendas de açúcar em quantidade inferior a 3.000 sacos, prevalece a base "CIF" já estabelecida pelo Instituto.

Art. 2.º — Para as compras de açúcar, a partir de 3.000 sacos, não poderá ser recusada pelo vendedor a base "FOB", desde que se trate de comprador habitual, com atividade comercial comprovadamente superior a 3.000 sacos mensais.

Art. 3.º — Será reconhecida ao produtor a margem do atacadista, nos seguintes casos :

a) nas vendas efetuadas diretamente aos varejistas ;

b) nas vendas efetuadas diretamente a industriais que não costumam adquirir o produto nas condições dos artigos anteriores.

Art. 4.º — Aos industriais não incluídos na letra "b" do artigo anterior, ficam asseguradas, expressamente, as vantagens constantes dos artigos 1.º e 2.º.

Art. 5.º — Quando se tratar de comerciante que seja, cumulativamente, atacadista e varejista, o produtor só poderá ter a margem do atacadista sôbre a parte destinada à venda a varejo, devendo, neste caso, o produtor fazer prova de que o comprador é varejista.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos onze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e quarenta e quatro.

Barbosa Lima Sobrinho — Presidente.

COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

Publicamos nesta secção resumos das atas da Comissão Executiva do I.A.A. Na secção "Diversas Notas" damos habitualmente extratos das atas da referida Comissão, contendo, às vezes, na íntegra, pareceres e debates sôbre os principais assuntos discutidos em suas sessões semanais.

14.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Otávio Milanez, Castro Azevedo, Álvaro Simões Lopes, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Belo Lisboa, Aderbal Novais e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Transporte — Foi lida uma carta da Cooperativa dos Usineiros de Sergipe, na qual se declara que as bonificações concedidas aos açúcares transportados pelos portos de Salvador e Inajaroba são insuficientes para cobrir as despesas realizadas. Sôbre o assunto o Gerente do I.A.A. fez uma exposição, resolvendo a C.E. que o caso não comporta a alteração pleiteada por aquele órgão de classe.

Liberação — Aprovou-se a proposta da Gerência, no sentido de ser liberado o excesso de produção da Usina Ilha Bela, no R. G. do Norte, mediante o pagamento de uma sôbre-taxa de 7 cruzeiros por saco.

— Aprovou-se ainda uma proposta da Gerência, autorizando-se a liberação dos excessos de produção das usinas da Paraíba, num total de 39.787 sacos, mediante o pagamento de uma sôbre-taxa de 7 cruzeiros por saco.

Produção de álcool — Aprovou-se o parecer da Secção de Fiscalização, para o fim de se permitir que a Usina Ressaca, de Mato Grosso, continue fabricando aguardente, até que consiga montar aparelhagem devida para a fabricação de álcool.

Montagem de novas fábricas — O Sr. J. Bezerra Filho relatou o caso da instalação da Distilaria de Morretes, no Paraná, de cujo relatório, apresentado pela Secção Técnico Industrial, lhe fôra dada vista. Em tôrno do caso se estabeleceu prolongado debate, resolvendo, afinal, a Comissão Executiva, cm face do relatório verbal apresentado pelo Sr. J. Bezerra Filho, o seguinte: 1) A propriedade da área de terreno necessária à instalação e funcionamento da distilaria deverá ser transferida ao Instituto; 2) — As moendas, balanças e o material, em geral, que se destinarem à Usina, poderão ser adquiridos pelo Instituto em conta especial, para pagamento pelo Estado do Paraná; 3) — Na ocasião do pagamento pelo Instituto, será estabelecido, em contrato, o plano de funcionamento e de coordenação da usina e da distilaria, em condições de garantir a melhor utilização e segurança das duas fábricas; 4) — Aceitar a proposta da CODIQ para a distilaria, bem como autorizar a aquisição da oficina mecânica e da balança; 5) — A Secção Técnico Industrial organizará o plano de tôda a fábrica, para determinação da contribuição pelo Instituto e do Estado do Paraná; 6) — Autorizar a construção pela mesma firma que construiu a Distilaria de Lençóis, desde que se mantenham os preços unitários.

Agricultores de Barreiros e Água Preta — Foi lido o relatório do Sr. Castro Azevedo sôbre o pedido de empréstimo feito pelos agricultores de Barreiros e Água Preta, em Pernambuco. A C.E. concedeu vista do mesmo ao Sr. João Soares Palmeira.

Incorporação de quota — Em face dos pareceres, resolveu-se indeferir o requerimento de incorporação da quota do engenho Santa Isabel ao limite da Usina Palma, Bahia.

Fornecimento de cana — Resolveu-se homologar o acôrdo entre a viuva do fornecedor — Francisco Gomes de Freitas e a Usina São João José S. A.

— Foi também homologado o acôrdo entre o fornecedor Amaro Domingues de Azevedo e a Usina Poço Gordo.

Processo fiscal — Considerou-se improcedente o auto lavrado contra a Usina Ouricurí, Alagoas.

Tributação — Mandou-se arquivar o processo de interesse de Leovegildo Ferreira da Silva, Estado do Rio.

Averbações — José de Oliveira Ruela — Minas Gerais. Aprovado o parecer da Secção Jurídica para o fim de ser feita a inscrição do engenho em nome de Justiniano de Oliveira Ruela, procedendo-se, em seguida, à averbação da transferência para o nome do requerente, com atribuição do limite de 50 cargas de rapadura.

Irmãos Araujo — Minas Gerais. Idem, idem em nome de Antônio Hilário da Costa, com averbação de transferência para Irmãos Araujo, fixada a quota em 50 sacos de açúcar.

Joaquim Moreira dos Santos Sebastião — Taubaté — São Paulo. Idem, idem em nome de herdeiros de Joaquim Moreira dos Santos Sebastião, em virtude do falecimento dêste, limitado o engenho em 50 cargas de rapadura.

José Gomes de Sousa — Ceará. Idem, idem em nome do requerente, com averbação de transferência para o nome do adquirente José Matias de Paula, fixada a quota em 50 cargas de rapadura.

José Barbosa dos Santos — Ceará. A Comissão Executiva, nos termos do parecer da Secção Jurídica, resolve:

1.º) — Deferir a pretensão constante da inicial, mandando inscrever o engenho com o limite de 136 cargas de rapadura, fazendo-se a averbação da transferência da inscrição para o nome de Maria Felipe da Conceição, viuva do requerente; 2.º) — Indeferir o pedido de aumento de limite

solicitado em requerimento protocolado sob n.º 194/42, anexo ao processo n.º 548/40, devolvendo-se à atual proprietária o depósito efetuado e fazendo-se as comunicações de praxe.

Manuel Avelino de Figueiredo (Herds.) — Minas Gerais. Aprovado o parecer da Secção Jurídica para o fim de ser feita a averbação de transferência de inscrição do engenho, sucessivamente para os nomes de Ana Clemente de Sousa, herdeiros de Ana Clemente de Sousa, Antônio da Araujo e, por fim para o nome do interessado Vicente Taciano de Figueiredo, atual proprietário.

Marcos Giardini — Ponte Nova — Minas Gerais. Idem, idem do engenho de Joaquim José Vieira e ainda inscrito no I.A.A. em nome de Antônio Luiz de Carvalho para o nome do atual proprietário Marcos Giardini. (Eng.º de aguardente e rapadura, limitado em 1.090 cargas de rapadura). O processo anexo n.º 2.058/36 deve ser desentranhado, por depender de julgamento.

Honorato José Vieira — Ceará. Deferida a pretensão constante da inicial para o fim de ser feita a averbação de transferência da inscrição do engenho do nome de Antônio Florência Monteiro para o nome do requerente, atual proprietário, e aumentada de 50 para 225 cargas de rapadura, a quota de produção da fábrica.

Inscrição de fábricas — Marcos Maluceli & Irmãos Ltda. — Morretes — Paraná. Indeferido, com fundamento no parecer da Secção Jurídica. Tiago de Oliveira Vargas — Itaperuna — Estado do Rio. Autorizado o registro da fábrica de açúcar, limitada a sua produção em 150 sacos anuais, nos termos do parecer da Secção Jurídica.

João Alves de Oliveira — Assis — São Paulo. Mandado arquivar o presente processo, em virtude de já se achar inscrito neste Instituto com o limite mínimo de 50 sacos, de acôrdo com o parecer da Secção Jurídica.

Guilherme Damasceno — Itaperuna — Estado do Rio. Aprovado o parecer da Secção Jurídica, propondo o arquivamento do processo, em virtude do falecimento do requerente e por não interessar à viuva a inscrição do referido engenho.

Fábrica de Doces Parque Limitada — Campos — Estado do Rio. Aprovado o parecer da Secção Jurídica mandando inscrever a fábrica para o fabríco de aguardente, de acôrdo com a Resolução n.º 38/42, devendo ser comunicado aos interessados que não é permitido fabricar açúcar ou rapadura.

José Mendes Diniz — Goiaz. A Comissão Executiva resolve negar provimento ao recurso, para o fim de manter a inscrição da fábrica em nome de Jerônimo Pereira Maia, arquivando-se o processo. nos termos do parecer da Secção Jurídica.

José Saimão de Aranha Falcão — Viçosa — Alagoas. Aprovado o parecer da Secção Jurídica no sentido de ser dado provimento ao recurso, para o fim de ser reformada a decisão que indeferiu o pedido de inscrição da fábrica, que deverá ser inscrita como engenho produtor de açúcar, com a quota anual de 100 sacos.

Aldino Consuli — Itaperuna — Estado do Rio. Aprovado o parecer da Secção Jurídica para o fim de reconsiderar o despacho de fls. 11 v., de conformidade com o art. 3.º da Resolução 32/42, inscrevendo o engenho como produtor de rapadura, fixada a quota em 50 cargas, devendo a Fiscalização providenciar o deslacramento do engenho em apreço.

Manuel Rui — Cachoeiro de Itapemirim — Espírito Santo. Idem, idem de fls. 5, idem, idem, inscrevendo o engenho como produtor de rapadura, com o limite mínimo de 50 cargas.

Aladim Gonçalves Faleiro — Minas Gerais. Idem, idem de fls. 5, para o efeito de ser o engenho inscrito com o limite de 50 cargas, providenciando a Fiiscalização o deslacramento da maquinaria.

Modificações de espécie — Agostinho Tadeu da Cruz — Minas Gerais. A Comissão Executiva resolveu deferir a petição constante da inicial, mandando averbar a transferência de espécie de fabríco em seu engenho, de açúcar bruto para rapadura, atribuindo-se ao mesmo o limite mínimo de 50 cargas, de acôrdo com o parecer da Secção Jurídica, anexo ao referido processo.

Modificação de espécie e averbação de transferência de proprietário — Antonio Pereira Rocha — Minas Gerais. — De acôrdo com o parecer da Secção Jurídica, foi deferida a averbação de transferência do nome do proprietário do engenho de José Domingues de Lisboa para o nome do requerente, atual proprietário, e indeferido o pedido ferência do nome do proprietário do engenho de José Domingues de Lisboa para o nome do requerente, atual proprietário, e indeferido o pedido de modificação de espécie de fabríco de açúcar bruto para rapadura, satisfeitas as exigências e feitas as comunicações constantes do citado parecer.

15.ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Otávio Milanez, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Arnaldo Pereira de Oliveira, Belo Lisboa, Moacir Soares Pereira e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Nesta sessão foi debatido o plano de defesa da safra 1944/45.

16.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Otávio Milanez, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Arnaldo Pereira de Oliveira, Belo Lisboa, Moacir Soares Pereira e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Por intermédio do Sr. João Soares Palmeira, comunicou o Sr. Aderbal Novais que, por moti-

vo de doença, faltou às sessões de ontem e de hoje, da Comissão Executiva.

Abono familiar — Aprovou-se o parecer do Sr. Otávio Milanez, referente ao pagamento do abono familiar aos funcionários do I.A.A.

Quota do Distrito Federal — Aprovou-se a proposta do Sindicato dos Usineiros da Bahia, no sentido de serem os industriais daquele Estado autorizados a produzir 100.000 sacos de açúcar extra-limite para atender à quota do Distrito Federal.

— Tendo os refinadores cariocas declarado que não podiam pagar, nesta safra, aos usineiros de Sergipe, a contribuição de 4 cruzeiros por saco de açúcar da quota do Distrito Federal, como fizeram na safra anterior, a Gerência propôs, sendo aprovado, que se comunique ao Sindicato dos Usineiros daquele Estado que não continue a embarcar açúcar da referida quota pelo pôrto da Bahia.

— Aprovou-se a exposição apresentada pelo Gerente e relativa ao reajustamento da quota do Distrito Federal entre as usinas do Estado do Rio.

Transporte de açúcar — De acôrdo com o parecer da Gerência, resolveu a C.E. que o Instituto assuma a responsabilidade do pagamento das contas apresentadas pelo Lloyd Brasileiro e referentes ao transporte de açúcar pelo vapor "Almirante Jaceguai".

— Foi aprovado o ato do Sr. Presidente, autorizando o pagamento do complemento de frete de um cruzeiro por saco de açúcar, transportado dos portos do norte para os mercados do sul.

Exportação de açúcar — Autorizou-se o pagamento, pelo Instituto, do imposto de consumo cobrado sôbre uma partida de 180 mil sacos de açúcar, exportados para o Uruguai, de acôrdo com o convênio firmado com êsse país.

Incorporações de quotas — Em face dos pareceres favoráveis da Gerência e da Secção de Assistência à Produção, a Comissão Executiva autorizou a moagem das canas excedentes da Usina D. João e dos seus fornecedores, na Usina Santa Elisa, por conta do saldo da quota de produção daquela, desde que seja constatada a existência de canas excedentes da mesma.

— A Comissão Executiva aprovou o parecer da Gerência, relativo à efetivação da incorporação da quota do engenho de José Valentim ao limite da Usina Ana Florência, cumpridas as exigências constantes do parecer da Secção Jurídica.

Requisição de aguardente — José Oséas da Silva, fabricante de aguardente em Cajurú, São Paulo, alegando ter vendido 80.000 litros de de aguardente, anteriormente a 28-8-43, data da Resolução que instituiu a requisição dêsse produto pelo Instituto, e tendo fornecido apenas 18.800 litros, requer a liberação do restante, para entrega ao comprador. A entrega não foi efetuada antes de 28-8-43, por falta de selos na Coletoria de Cajurú. A Secção Jurídica em parecer de 11-2-44, opina contrariamente ao pedido, em face da Resolução 65/43 e Circulares ns. 6 a 7/44. Em parecer de 2-2-44, o Procurador Regional de São Paulo opina pelo deferimento do pedido, com fundamento nas mesmas disposições legais que nortearam o parecer contrário da Secção Jurídica. Em face da divergência entre os dois pareceres, resolveu a Comissão Executiva dar vista do processo ao Sr. João Soares Palmeira, para um novo exame e resolução oportuna, à vista do parecer do relator.

— A Comissão Executiva resolveu indeferir a pretensão da S. A. Santa Helena, constante da inicial relativa ao pedido de liberação de 84.800 litros de aguardente, sob o fundamento de terem sido vendidos anteriormente a 28-8-43, data da Resolução 65/43, de acôrdo com o parecer da Secção Jurídica, aprovado pelo Relator, Sr. Castro Azevedo.

Fornecimento de cana — Foi lida uma carta de 22-6-43, da Usina Sapucaia, de Irmãos Sence & Cia. Ltda., comunicando ter concedido ao Sr. Henrique Barroso de Siqueira a quota de fornecimento de canas de 1.500 carros de 1.500 quilos cada um.

A Comissão Executiva homologou o acôrdo, nas condições propostas pelo relator, Sr. Castro Azevedo.

Reclamação do Fornecedor Manuel Rangel de Abreu contra a Usina Barcelos — Campos — Em memorial de 23-8-40, o Sr. Manuel Rangel de Abreu reclama, com fundamento na lei 178, a fixação da quota de fornecimento da canas junto à Usina Barcelos. A quota reclamada é de 123.160 quilos, quantidade fornecida em 1933. A Comissão Executiva, baseada nos despachos da Secção Jurídica e do Relator, Sr. Castro Azevedo, ambos concordando com as conclusões do parecer do Procurador, Dr. Togo de Barros, resolveu aprovar o mesmo parecer, para o fim de julgar improcedente a reclamação, mantida a ressalva indicada no mesmo parecer.

— Em requerimento de 22-5-43, o Sr. Antônio Ribeiro Vasconcelos vem reclamar contra a apuração da sua quota de fornecimento na Usina Poço Gordo, alegando que deve ser a mesma de 664.130 e não 601.000 quilos.

A Comissão Executiva, de acôrdo com os despachos da Secção Jurídica e do Relator, Sr. Castro Azevedo, resolveu aprovar, na íntegra, as conclusões do parecer do Procurador, Dr. Togo de Barros, no sentido de dar provimento à reclamação.

Modificação de espécie de fabrico — Luiz Gazabini — São Paulo — Em requerimento de 24-8-35, o Sr. Luiz Gazabini, com engenho de rapadura em Presidente Prudente, São Paulo, pede a modificação da espécie de fabrico do seu engenho, de rapadura para açúcar, visto como é êste último o produto que fabrica.

A Comissão Executiva, considerando que o assunto se prende ao caso geral de transformação de engenhos de rapadura em engenhos de açúcar, cujo exame e proposta de solução estão afetos ao Sr. Castro Azevedo, resolveu dar vista do processo em revista a S. S.ª

Cancelamento de inscrição — A Comissão Executiva, tomando conhecimento do voto do Relator, Sr. Castro Azevedo, resolveu mandar cancelar, neste Instituto, o registro do engenho Genipapo, sob n.º 1.880, em nome da interessada,

determinando ainda o arquivamento do processo, nos termos do parecer da Secção Jurídica.

Conversão de quota — O Sr. Manuel Neto Carneiro Campelo Junior solicita a conversão da quota do engenho Jardim, inscrito no Instituto sob n.º 1.177, em seu nome, com o limite de 2.400 sacos de açúcar, em quota de fornecimento de cana à Usina Santa Teresa, de propriedade da Cia. Agro Industrial de Goiana, ambos no Estado de Pernambuco. De acôrdo com o parecer da Secção Jurídica, aprovado pelo Relator, Sr. Castro Azevedo, foi deferido, o pedido de conversão de quota.

Inscrição e Transferência de Proprietário — Leandro Gomes — São Paulo. Aprovado o parecer da Secção Jurídica para o fim de ser feita a inscrição do engenho como produtor de açúcar, fixada a quota de 50 sacos de açúcar, em nome de Antônio Francisco Sampaio, processando-se, em seguida, a averbação de transferência da inscrição, primeiramente para o nome de Maria Sales Sampaio e depois para o nome do requerente, atual proprietário.

Desistência de cancelamento de inscrição — Juvêncio Ferreira de Moura — Bahia. Aprovado o parecer da Secção Jurídica mandando arquivar o processo. Plídes Mendes Lima — Bahia. Idem, idem.

Cancelamento de inscrição — João Batista Marinho — Paraiba. Aprovado o parecer da Secção Jurídica concedendo o cancelamento da inscrição do engenho do requerente, em caráter definitivo.

Modificação de espécie — Sebastião Pereira da Silveira — Minas Gerais. Aprovado o parecer da Secção Jurídica para o efeito de ser modificado o registro do engenho do requerente, para fabricante de rapadura, limitada a sua produção anual em 50 cargas de 60 quilos. José Henrique Moreira Casé —— Minas Gerais. Aprovado o parecer da Secção Jurídica para o fim de ser modificado o registro do requerente, de produtor de de açúcar para rapadura. Amantino Ferreira Maciel — Minas Gerais. Indeferida a pretensão constante da inicial, nos termos do parecer da Secção Jurídica.

Modificação de espécie e averbação de transferência de proprietário — Manuel Serafim Caetano — Minas Gerais. Aprovado o parecer da Secção Jurídica deferindo o pedido constante da inicial. João Teixeira Pinto — Goiaz. Deferir em parte a solicitação constante da inicial, mandando modificar a espécie de fabrico de açúcar para rapadura, com o limite mínimo de 50 cargas.

Modificação de espécie e isenção do pagamento de taxa — Sebastião Luiz Pinheiro — Estado do Rio. De acôrdo com o parecer da Secção Jurídica. Indeferir a solicitação constante da inicial, quanto à modificação de espécie de fabrico de açúcar bruto para rapadura, e considerar que nada há a deferir quanto à isenção de taxa.

Desistência de cancelamento de inscrição e isenção do pagamento de taxa — Heitor Soares Viana — Minas Gerais. Aprovado o parecer da Secção Jurídica para o fim de mandar arquivar o processo.

Aumento de limite — José Correia Lima — Ceará. Mandar arquivar o processo, fazendo-se a devolução do depósito de fls. 3 ao interessado, de acôrdo com o parecer da Secção Jurídica.

Aumento de limite e modificação de espécie — Carlos Bernardes Lobato — Minas Gerais. Indeferir a pretensão constante da inicial, cancelando-se o registro de fabricante de açúcar, e anotando-se em sua ficha a qualidade de fabricante exclusivo de aguardente, de acôrdo com o parecer da Secção Jurídica.

Inscrição de fábricas — Jonas de Farias Melo — Alagoas. Aprovado o parecer da Secção Jurídica para o fim de ser arquivado o processo.

Francisco Nunes de Barros — Estado do Rio. Aprovado o parecer da Secção Jurídica para o fim de ser arquivado o processo.

Antônio de Sousa Oliveira — Minas Gerais. Aprovado o parecer da Secção Jurídica, para o fim de ser deferido, em parte, o pedido constante da inicial, averbada a inscrição do engenho "Barra das Canoas", atribuindo o limite mínimo legal de 50 cargas de rapadura.

Ovídio Cesar de Araujo — Minas Gerais. Conceder a inscrição do requerente como produtor de aguardente, de acôrdo com o parecer da Secção Jurídica.

Alteração de maquinaria — Joaquim Pereira de Melo — Minas Gerais. Deferido o pedido constante da inicial para substituição de um engenho de pau imprestável por um de ferro, de tração animal.

17.ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Otávio Milanez, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Arnaldo Pereira de Oliveira, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Cassiano Pinheiro Macial e João Soares Palmeira.

Compareceram, ainda, os Srs. João Bravo Caldeira, por São Paulo, e Gustavo Fernandes Lima, por Paraiba, para continuarem a tomar parte nos trabalhos relativos à defesa da safra 1944/45.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Fornecimento de cana — Depois de longamente debatido o caso do dissídio entre as Usinas Junqueira e seus fornecedores, a C.E. resolveu:

a) — O I.A.A. se dirigirá ao Prefeito de Igarapava, solicitando a desapropriação da área necessária à passagem da estrada de ferro destinada ao transporte de cana dos fornecedores da balança de Nova Java.

b) dirigir-se-á também às Usinas Junqueira e aos fornecedores da balança de Nova Java, para que secundem, junto à Prefeitura de Igarapava, o pedido de desapropriação formulado pelo Instituto.

c) Intimar as Usinas Junqueira, de acôrdo com o art. 34 do Estatuto da Lavoura Canavieira, para restabelecer a balança de Nova Java.

— Nesta sessão, prosseguiu o debate em tôrno do plano de defesa da safra 1944/45.

18.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 1944.

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Otávio Milanez, Castro Azevedo, Álvaro Simões Lopes, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Arnaldo Pereira de Oliveira, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Cassiano Pinheiro Maciel e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Fornecimento de cana — Presente à reunião, a convite do Sr. Presidente, o Sr. Camilo de Matos, advogado das Usinas Junqueira, fez longa exposição sôbre o dissídio entre aquela emprêsa e os seus fornecedores. O caso voltou a ser objeto de debates entre os membros da C.E., resumindo o Sr. Presidente os pontos de vista dominantes nos seguintes itens: O Instituto, secundado pela usina e pelos fornecedores, se entenderá com a Prefeitura de Igarapava sôbre a desapropriação da faixa de terra necessária ao restabelecimento da estrada de ferro, pedindo ainda os bons ofícios do Sr. Interventor Federal; a usina reporá a balança Nova Java na situação anterior; enquanto não fôr reconstruida a estrada de ferro, usina e fornecedores dividirão entre sí o acréscimo das despesas do transporte, devendo os fornecedores que o possam, entregar a matéria prima na balança Japonesa.

Sugeriu, ainda, que o Instituto concorra com as despesas da desapropriação e da reposição dos trilhos da estrada de ferro.

Tabelamento de cana — Por proposta do Sr. Cassiano Maciel, foi debatido o caso do tabelamento de cana nas Usinas Junqueira. Sôbre o assunto, falaram os Srs. Camilo de Matos, advogado da referida emprêsa, e o Sr. Nelson Coutinho, chefe da Secção de Assistência à Produção.

Aumento de limite e incorporação de quota — De acôrdo com o parecer da Secção Jurídica, a C.E. resolveu indeferir a pretensão constante do processo de interêsse de Onofre Luciano Ribeiro, conservando-se o engenho do mesmo como rapadureiro e ainda indeferir o pedido de incorporação da quota da fábrica ao limite da usina Monte Alegre, em Minas Gerais.

Inscrição de fábricas — A Comissão Executiva, com fundamento nos pareceres da Secção Jurídica, autorizou o registro das fábricas dos interessados abaixo relacionados:

Fábricas de rapadura — de Antônio Luís de Abreu, Augusto Leite de Araújo Lima, João Almeida Figueiredo, Jorge Rodrigues Pereira de Freitas, José Francisco dos Santos, Antônio Pereira Sobreira, João Marcílio de Oliveira, José Rodrigues Leal, Manuel Augusto Nante, Mário Mariotini, Lourenço Gomes dos Santos, Maria Mendonça do Carmo, Tito Antônio Ferreira, Mário de Assis Alves, Juvenal Gonçalves, Pedro Santos, Julio Augusto Teixeira, João Francisco da Silva. Benedito Marcelino de Carmo, José Zucoloto, Ana Joaquina de Jesus, Joaquim Moreira de Almeida, Anterino Alves Ribeiro, João Brigido dos Santos, Joaquim Salvador do Prado, Corinta Gonçalves dos Santos, Joaquim Pereira Goulart Junior, Francisca Fernandes França, João Batista Gonçalves, João Basilio Mafra, Antônio Vicente Ribeiro, Francisco Rodrigues de Sant'Ana, Francisco Atanásio dos Santos, José Ronquini & Irmão, José Batista Gualberto, José Ramos Rocha, José Carlos de Melo, Raldoino Dias Pereira, Bertolino Moreira Barbosa, João Rodrigues dos Santos, José Ribeiro de Assis, Cirilo Alves Rabelo, José Olimpio Moreira, Benedito de Leite Morais.

Fábricas de açúcar — de Orestes de Sousa Barreto, José Augusto Alves, Ana Bernardes de Todos os Santos.

Fábrica de mel — de Alexandrino Dalia da Silveira, Pedro Campos Neto.

A Comissão Executiva, tendo em vista o que dispõe a Resolução 38/42, de 5-8-42, resolve autorizar o registro das fábricas de aguardente e álcool dos interessados abaixo relacionados:

Fábricas de aguardente — de Joaquim Moreira Carneiro, Alfredo de Matos Pinho, Antônio Custódio Neto, Raul Ribeiro de Lima, Honorato Pires de Miranda, Galileu Vilaça & Cia., João Claudino da Silva, Antônio Amelia Padilha de Sousa, Armindo Coelho de Ornelas, Miguel de Oliveira Preto, Francisco Bertoli, Pedro Castelhano, Irmãos Bergamo, Estela Braum da Silva de Vogelaere, João Dí Kotzias.

Fábrica de álcool — de Santos, Morais & Cia.

Fábrica de aguardente e álcool — de Altamiro Lessa Garcia.

Apreensão, desmontagem e lacramento do engenho — Reconsideraçao de despacho — Vicente Gonçalves de Mélo — São Benedito — Ceará — A Comissão Executiva, tomando conhecimento do processo, resolve reconsiderar o seu despacho de 6-8-41, mandando cancelar a ordem de apreensão, desmontagem e lacramento do engenho e indeferir o pedido de aumento de limite, devolvendo, assim, o depósito referido a fls. 4 do processo, fazendo-se as devidas comunicações, de acôrdo com o parecer da Secção Jurídica, aprovado.

Averbação de transferência de proprietário e aumento de limite — Francisco de Andrade Bastos — Leopoldina — Minas Gerais. De acôrdo com o parecer da Secção Jurídica, para o fim de deferir, em parte, a pretensão contida na inicial. mandando averbar a transferência da inscrição do nome de Bastos & Filhos para o nome do requerente, atual proprietário do engenho, e indeferir o pedido de aumento de limite, fazendo-se as comunicações propostas no mesmo.

Remoção de engenho turbinador, instalação de distilarias e pedido de aumento de quota — João Rincon — Pires do Rio — Goiaz. De acôrdo com o parecer da Secção Jurídica, para o fim de deferir o pedido de remoção do engenho do requerente para a Fazenda Maratá, no mesmo município, autorizando a montagem de uma distilaria e indeferir o pedido de aumento de quota, fazendo-se as diligências e comunicações constantes do parecer da Secção Jurídica, aprovado.

Modificação de espécie e aumento de limite — Juvenal Monteiro — Borda da Mata — Minas Gerais — Manter o registro do engenho como fábrica de rapadura e aguardente, bem como indeferir o pedido de aumento de limite, solicitado no

recurso de fls. 5 do processo, de acôrdo com o parecer da Secção Jurídica.

Aumento de limite — Salustiano da Costa Cardoso — Ceará. De acôrdo com o parecer da Secção Jurídica, arquivar o processo por não haver o que deferir, cumprida a formalidade proposta na conclusão do mesmo.

Tributação — Joaquim Damasceno Neto — Leopoldina — Minas Gerais. Arquivar o processo, por estar prejudicada a pretensão constante da inicial, de acôrdo com o parecer da Secção Jurídica.

Cancelamento de inscrição — Pedro Manuel de Sousa — Bahia. Arquivar o processo, de acôrdo com o parecer da Secção Jurídica.

Comércio de Álcool Motor — Haroldo Roquim — Campanha — Minas Gerais. De acôrdo com o parecer da Secção Jurídica, arquivar o processo, tendo em vista a desistência do requerido pelo interessado.

19.ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Otávio Milanez, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, José Carlos Pereira Pinto, Arnaldo Pereira de Oliveira, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Expediente — Relativamente ao expediente da sessão, foram lidos os seguintes assuntos: carta do Sr. Fernando de Melo Viana, presidente do Comité de Socorro às Vítimas da Guerra na Polônia, agradecendo o donativo feito pelo Instituto, de 100 sacos de açúcar, para as vítimas da guerra na Polônia. Ofício do Sr. Interventor Federal do Estado do Espírito Santo, acusando o recebimento do ofício do Instituto, relativo ao tabelamento dos preços do açúcar naquele Estado.

Tributação — De acôrdo com o parecer da Gerência, resolveu-se extinguir a sôbre-taxa de 3 cruzeiros, por saco de açúcar, criada pela Resolução 71/43, no seu art. 3.º, para todos os Estados produtores do norte.

Distilaria de Morretes — Com as modificações introduzidas pela Secção Técnico Industrial, aprovou-se a minuta de contrato, apresentada pela Codiq, para fornecimento e instalação de uma distilaria de álcool anidro em Morretes, Paraná.

Auxílios e Donativos — Depois de aprovada pela Secção Técnica, resolveu-se encaminhar à Secção Legal a minuta de contrato apresentada pelo Instituto de Química de Sergipe.

Financiamento — Depois de examinar a prestação de contas da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil, referente ao adiantamento de 10 mil cruzeiros que lhe fez o Instituto, a C.E. resolveu conceder o adiantamento de 20 mil cruzeiros solicitado pela mesma Federação, por conta da arrecadação de 1944.

Álcool — O Sr. Moacir Pereira apreesntou longa exposição sôbre a situação do álcool em Alagoas, resolvendo a C.E., em face da mesma, tomar as seguintes deliberações: 1) autorizar a exportação do álcool para a Bahia e Sergipe, subordinando-se a distribuição do mesmo às Comissões de Abastecimento dos Estados; 2) recomendar urgência na conclusão da montagem do tanque em Jaraguá, destinando-o ao recebimento de álcool hidratado; 3) consultar à Delegacia Regional do Recife sôbre a possibilidade de encarregar a Great Western do tráfego dos vagões-tanques do Instituto.

Fornecimento de cana — Aprovou-se o parecer do Sr. João Soares Pereira, a propósito da exposição da Secção de Estudos Econômicos, sugerindo medidas para conseguir-se o estabelecimento de uma medida exata das áreas plantadas com canas.

Quota do Distrito Federal — Aprovaram-se os quadros, apresentados pela Gerência e referentes ao reajustamento da quota do Distrito Federal das usinas de Alagoas, na safra 1942-43.

Incorporação de quotas — Aprovado o parecer do Sr. Castro Azevedo, manda-se arquivar o recurso do Sr. Antônio Augusto de Vasconcelos reclamando contra o despacho da C.E. que indeferiu o pedido de incorporação das quotas dos engenhos de Joaquim Procópio Bueno Junior, Sílvio Massa, José Froger, Alfredo Bisçáro, Manuel Joaquim da Silva e Manuel de Oliveira Junior, ao limite da Usina Monte Alegre, em Minas Gerais.

— De acôrdo com o parecer da Secção Jurídica, resolveu-se manter a decisão contrária ao pedido de revisão do limite do engenho de propriedade de José Lourenço Coutinho.

— Resolveu-se autorizar na safra em curso a incorporação provisória da quota da Usina Patí à Usina Fortuna, em Sergipe.

Requisições — De acôrdo com o parecer da Secção Jurídica, resolveu-se indeferir o requerimento dos herdeiros de Marco Aurélio Monteiro de Barros, solicitando liberação de 4.066 litros de aguardente, requisitados pelo I.A.A.

— Indeferiu-se o requerimento do Sindicato da Indústria de Bebidas, solicitando a liberação de 41.750 litros de aguardente, adquiridos pela firma Ramiro Tavares & Cia., desta capital, no Estado do Rio.

— O fiscal tributário do Instituto, Sr. Manuel Inácio Cardoso, tendo lavrado um auto de apreensão contra a Usina Quissaman, por ter encontrado uma partida de 6.000 litros de álcool, de procedência daquela Usina, sem qualquer documentação do I.A.A. e sem a guia de pagamento da respectiva tributação federal, comunicou que a Usina, posteriormente, recolheu à Coletoria Federal de Macaé, Estado do Rio, a importância referente ao imposto e à multa arbitrada, requerendo a entrega do álcool ao seu destinatário.

A Coletoria de Macaé, apesar da reclamação do fiscal do Instituto, por se tratar de álcool requisitado, de acôrdo com a Resolução 62/43, do I.A.A., autorizou a sua entrega, nas condições do requerimento do vendedor.

De acôrdo com o parecer da Secção Jurídica, aprovado pelo voto do Relator, Sr. Castro Aze-

ATOS DO PRESIDENTE DO I. A. A.

O sr. Barbosa Lima Sobrinho, presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, despachou os seguintes processos.

ESTADO DE ALAGOAS:

13/43 — Aristeu Arnaldo Bezerra Cansanção. — Passo de Camaragibe — Transf. para João Coimbra Neto — Deferido, em 17-3-44.

2.805/43 — Paulo dos Santos — Camaragibe — Transferência para Manuel Hora de Mendonça — Deferido, em 17-3-44.

5.611/41 — Francisco Quintela Cavalcanti — Pilar — Certidão da petição inicial, parecer e termo de encerramento de fabricação, constante do processo 3.394/39 — Aprovado, em 17-3-44.

ESTADO DA BAHIA:

710/36 — Leonídia Francisca de Jesus — Paramirim — Baixa de engenho — Anexo n.º 1.666/36, da mesma — Arquive-se, em 28-3-44.

5.946/41 — Tomaz Alves de Macedo — Itapicurú — Baixa de inscrição de engenho rapadureiro — Deferido, em 28-3-44.

ESTADO DO CEARA':

2.194/42 — Francisco de Assis Pita — Padre — Santanópole — Transferência para José Homem de Sousa Filho — Deferido, em 20-3-44.

2.688/40 — Francisco Carvalho Pereira — Jaraní — Montagem de eng. rapadureiro — Anexo 2.692/40, do mesmo —Arquive-se, em 28-3-44.

122/36 — Manuel Alexandre Gomes de Sá — Santana do Cariri — Inscrição de engenho — Arquive-se, em 28-3-44.

3.835/41 — Maria Olinda Pereira — Ubajara — Transferência do engenho de José Agapito Pereira — Deferido, em 28-3-44.

ESTADO DE GOIAZ:

2.232/35 — Francisco Antônio da Silva — Morrinhos — Montagem de engenho — Arquive-se, em 28-3-44.

2.065/35 — Gabriel Bernardes da Cunha — Morrinhos — Montagem de engenho — Arquive-se, em 28-3-44.

ESTADO DO MARANHÃO:

3/43 — Raimundo Nonato Campelo — Viana — Consulta sôbre a transferência do engenho de João Cruz Cerqueira — Aprovado, em 20-3-44.

3.167/43 — Francisco Ludgero Frazão — Morros — Montagem de eng. de aguardente de Mandioca — Deferido, em 28-3-44.

---

vedo, a Comissão Executiva resolveu que a Usina Quissaman perderá direito a qualquer bonificação a que tenha feito jús, por estar incursa na sanção do art. 11 e seus §§ 1.º e 2.º, da Resolução 62/43.

Quanto à atitude do Coletor Federal de Macaé, o Instituto oficiará ao Sr. Ministro da Fazenda comunicando o fato, afim de que sejam tomadas as providências cabíveis no caso.

Transferência provisória — De acôrdo com a proposta do Sr. Castro Azevedo, resolveu-se encaminhar à Secção Jurídica, o processo referente ao pedido da Usina Esmeril no sentido de lhe ser permitido aproveitar o saldo de 700 sacos de açúcar da Usina Bonfim.

Fabricação de álcool-motor — Em carta dirigida ao Instituto, a firma J. Rabelo S.A., de Divinópolis, Minas Gerais, pediu autorização para fabricar álcool-motor, destinado aos caminhões de sua propriedade. A C.E., examinando o pedido, resolveu que sôbre o mesmo deve ser ouvido preliminarmente o chefe da Secção de Álcool-Motor, Sr. Pedro Loureiro Bernardes.

Fornecimento de cana — Foi indeferida a reclamação de João Segundo contra a Usina Schmidt.

— Igual despacho foi proferido na reclamação de Fioravante Pignata contra a mesma usina.

— Mandou-se arquivar o processo relativo à reclamação de Henrique Barroso Siqueira contra a Usina Santo Antônio.

— Resolveu-se dar provimento à reclamação do fornecedor Lendor Dias da Silva contra a Usina do Outeiro, fixando-se a quota do mesmo em 3.175.500 quilos de cana.

— Deu-se provimento à reclamação do fornecedor Manuel Gomes Miranda, contra a Usina Mineiros, fixando-se a quota do mesmo em 115.800 quilos de cana.

— Deu-se provimento à reclamação da fornecedora Ermínia Gomes de Freitas contra a Usina Mineiros, fixando-se a quota da mesma em 20.380 quilos de cana.

Alterações de maquinaria — De acôrdo com o parecer do Sr. Castro Azevedo, resolveu-se autorizar a firma proprietária da Usina Bititinga, Alagoas, a instalar um pequeno vácuo na referida fábrica.

— Resolveu-se autorizar a proprietária da Usina Perí-Perí, de Sergipe, a vender às usinas Salobra e Rio Branco, no mesmo Estado, uma turbina e um vácuo.

Tributação — Resolveu-se indeferir o requerimento de Pascoal de Sousa Ávila, Sergipe, solicitando dispensa do pagamento da taxa de defesa da safra 1940/41, e permissão para realizar, parceladamente, o pagamento da referida taxa nas safras 1941/42 e 1942/43. A C.E. autorizou, porém, o pagamento parcelado da dívida do requerente.

ESTADO DE MINAS GERAIS:

1.261/42 — José Pereira da Silva — Botelhos — Transferência para Antônio Duarte — Deferido, em 17-3-44.

2.257/42 — José Evangelista Ferreira — Conceição — Transferência para a Sociedade Agrícola Irmãos Azevedo — Aprovado, em 17-3-44.

2.629/42 — João Paranhos da Fonseca — Itamarandiba — Montagem de engenho — Arquive-se, em 17-3-44.

3.074/42 — Procídio Nogueira de Ataíde — Carangola — Transferência para Caetano Sireli — Deferido, em 17-3-44.

4.317/42 — Carlos Ferreira Soares — Abaeté — Transferência para Firmiano Cardos Ferreira — Deferido, em 17-3-44.

4.557/42 — João Fernandes da Silva — Campanha — Transferência para Idalina Maria Ferreira Borges — Deferido, em 17-3-44.

4.679/42 — João Ferreira de Castro — Uberaba — Transferência para João Júlio de Sousa Deferido, em 17-3-44.

5.296/42 — Josafá Macedo — Belo Horizonte — Consulta — Aprovado, em 17-3-44.

219/43 — Aniceto Antônio de Araujo — Sto. Antônio do Monte — Transferência para Antônio Tomaz da Silva — Deferido, em 17-3-44.

731/43 — Eduardo Weiss — Juiz de Fora — Consulta sobre fabricação de aguardente desdobrada de álcool — Aprovado, em 17-3-44.

1.199/43 — Isaac Bueno da Silva — Muzambinho — Transferência para Antônio Magalhães de Oliveira — Deferido, em 17-3-44.

516/36 — Altivo Valentim Leite — Carangola — Baixa de engenho — Anexo 721/39 do mesmo — Indeferido, em 28-3-44.

70/37 — Alvaro Correia de Faria — Caratinga — Montagem de engenho rapadureiro — Arquive-se, em 28-3-44.

293/37 — Antônio Latorre — Carangola — Transferência de engenho — Arquive-se, em 28-3-44.

6.642/41 — Carlos Zinato e Irmãos — Ponte Nova — Transferência para Carlos Zinato — Deferido, em 28-3-44.

2.973/41 — Durval de Barros — Rio Piracicaba — Transferência para José Figueiredo Mota e José Antônio Caldeira — Deferido, em 28-3-44.

704/42 — Ernesto Lopes Soares ou Salvador Franco — Herval — Transferência para Braz Cupertino Teixeira — Deferido, em 28-3-44.

2.543/38 — Galdino Luis de Souza — Paraopeba — Inscrição de engenho — Arquive-se em 28-3-44.

496/38 — João Anastácio Ribeiro — Campo Belo — Registro de engenho rapadureiro — Arquive-se, em 28-3-44.

1.706/39 — João Batista da Silva — Rio Espera — Inscrição de fábrica de rapadura e anexo L.R. 7.128/40, do mesmo — Arquive-se, em 28-3-44.

1.129/43 — João Evaristo de Lima — Passos — Transferência para José Bernardes da Silveira — Deferido, em 28-3-44.

6.621/40 — João Francisco do Rego — Leopoldina — Montagem de engenho de açúcar — Aprovado, em 28-3-44.

5.253/41 — João Jacinto da Silva — Santa Quitéria — Inscrição de engenho de açúcar — Arquive-se, em 28-3-44.

964/39 — Joaquim Francisco Pinto Junior — Delfinópolis — Inscrição de engenho rapadureiro — Anexo: — 2.306/40, do mesmo — Arquive-se, em 28-3-44.

1.909/38 — José Alexandre de Aguiar — Leopoldina — Transferência do eng. de Teresa Neves de Almeida Fontes — Deferido, em 28-3-44.

2.103/41 — José Alves de Deus — Divisa Nova — Transferência para Américo Amaral Teixeira — Deferido, em 28-3-44.

3.874/39 — José Antonio de Melo Sobrinho — Araguarí — Cancelamento de inscrição — Arquive-se, em 28-3-44.

4.263/39 — José Barbosa de Morais — Leopoldina — Remessa de talão de imposto — Arquive-se, em 28-3-44.

2.382/40 — José Inácio da Silva — Luz — Montagem de engenho rapadureiro — Arquive-se, em 28-3-44.

4.487/41 — José Tertuliano Moreira — Cachoeiras — Cancelamento de inscrição — Arquive-se, em 28-3-44.

6.780/40 — Justino Eugênio Frossard — Carangola — Transferência de engenho para Alvaro Gomes Frossard — Deferido, em 28-3-44.

4.442/35 — Olímpio Alves dos Reis — Campos Gerais — Baixa de inscrição de engenho rapadureiro — Arquive-se, em 28-3-44.

5.727/41 — Otaviano Rodrigues Coelho — Virginópolis — Transferência para Horácio Nunes Coelho — Deferido, em 28-3-44.

2.566/38 — Pascoalin Giovani, Vva. — Matias Barbosa — Isenção de Taxa — Arquive-se, em 28-3-44.

4.370/41 — Pedro Ribeiro da Silva — Mar de Espanha — Transferência para Maria Teresa Soares — Deferido, em 28-3-44.

7.181/35 — Zacarias Leite da Cunha — Piumhi — Baixa de engenho — Anexo LR 587/40 — de Antônio Palmerio — Aprovado, em 28-3-44.

6.567/41 — João Bento Carvalho Filho — Machado — Transferência para Soc. Agr. Fazenda Bôa Vista Ltda. — Deferido, em 30-3-44.

ESTADO DA PARAÍBA:

5.201/40 — Firmino Rodrigues de Sousa — Espírito Santo — Transferência do engenho de José Augusto Pinto Ribeiro — Deferido, em 28-3-44.

2.777/36 — João Trajano Alves Pequeno — Areia — Permissão para montar uma fábrica de aguardente no engenho Boa Vista — Arquive-se, em 28-3-44.

ESTADO DE PERNAMBUCO:

5.636/41 — Anibal Cantareli & Filho — Belem — Modificação da firma para Cantareli & Irmão — Deferido, em 28-3-44.

562/37 — Eliseu Lins de Andrade — Recife

Transferência do engenho de José Jorge Bezerra de Carvalho — 28-3-44.

3.366/35 — Luiz Dionísio de Barros Cavalcanti — Agua Preta — Inscrição de engenho de açúcar — Anexo: 222/35 do mesmo — Arquive-se, em 28-3-44.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO:

2.786/42 — Lavradores Campistas — Campos — Reclamação — Aprovado, em 17-3-44.

5.167/42 — Antônio Jorge Manhães Correia — Campos — Comunica que não poderá completar sua quota na Usina Queimados, por motivo de sêca — Aprovado, em 17-3-44.

3.179/43 — Química Mercúrio Limitada — Distrito Federal — Fornecimento de álcool — Aprovado, em 17-3-44.

1.325/44 — Ministério do Trabalho Indústria e Comércio — Está na Presidência para ser respondido, em 17-3-44.

3.404/35 — Francisco Ferreira de Sousa — Carmo — Instalação de engenho — Arquive-se, em 28-3-44.

1.872/36 — Leão Ribeiro França — Carmo — Isenção de taxa — Arquive-se, em 28-3-44.

2.780/35 — Luiz Triani — Cambuci — Pedindo a inscrição de sua fábrica de rapadura — Arquive-se, em 28-3-44.

ESTADO DE SANTA CATARINA:

4.279/39 — José Dagostine — Cresciuma — Cancelamento de inscrição feita em duplicata em nome de Simão Dagostine — Aprovado, em 28-3-44.

2.670/40 — Luis Giacomossi — Tijucas — Transferência de engenho para José Stell — Deferido em 28-3-44.

ESTADO DE SÃO PAULO:

2.218/42 — Alzira de Oliveira — Parnaíba — Transferência para Alvaro Macedo Guimarães — Aprovado, em 20-3-44.

4.070/39 — Artur Shmidt e Ernesto Schmidt — Sertãosinho — Modificação de firma — Deferido, em 28-3-44.

1.267/40 — Braz Vaz Coelho — São Roque — Inscrição de fábrica de aguardente — Deferido, em 28-3-44.

932/42 — Dionísio Dias Paião — Palmital — Montagem de engenho de açúcar — Arquive-se, em 28-3-44.

2.810/36 — Eloy Machado de Morais — Sto. Antonio da Alegria — Transferência do engenho de Genuina Maria de Jesus — Deferido, em 28-3-44.

4.842/41 — Jokei Onuma — Iguape — Inscrição de engenho de aguardente — Arquive-se, em 28-3-44.

449/38 — José Pereira de Araujo — São Bernardo — Montagem de engenho — Arquive-se, em 28-3-44.

6.770/40 — Kiyomori Onishi — Sto Anastácio — Inscrição de engenho de aguardente — Deferido, em 28-3-44.

2.693/36 — Olivério Ferreira Coelho — Pedreguho — Transferência de engenho — Deferido, em 28-3-44.

5.047/42 — Mario Salem — Penápolis — Devolução de Cr$ 5.950,00, depositados referentes a auto de infração — Aprovado, em 28-3-44.

ESTADO DE SERGIPE:

4.676/43 — Pedro Leal Bastos — S. Cristovão — Aumento de limite de usina — Arquive-se, em 17-3-44.

O AÇUCAR NA BAHIA, HA' UM SECULO

De um artigo publicado em "O Observador Econômico e Financeiro", edição de fevereiro último, pelo Sr. Hélio Viana, sôbre um "Jornal de Agricultura", no qual o autor procura provar pertencer a primazia da publicação da primeira revista técnica, no país, à Bahia, extraimos alguns trechos de interêsse para os estudiosos da história do açúcar brasileiro.

A publicação do "Jornal de Agricultura" foi iniciada sob os auspícios da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia, fundada num dos salões do convento de São Francisco, a 10 de março de 1822, por mais de cinquenta senhores de engenho e fazendeiros da região.

Sôbre o número 15, de 15 de novembro de 1833, diz o Sr. Helio Viana: "Os melhoramentos a serem introduzidos na lavoura da cana de açúcar — uma das principais preocupações da sociedade — aparecem no segundo artigo, intitulado — "Descoberta de uma máquina em vaso aberto, que transforma o sumo da cana de açúcar a 70 até 80 graus do termômetro centígrado, sem que haja produção de melaço." Trata-se de uma invenção de Antônio de S. Valério Sheult, sócio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, do Rio de Janeiro, um dos criadores da Fábrica Nacional de Rapé Areia Preta, da Bahia."

"Leu-se, também, o relatório sôbre as tachas quadradas para a fabricação de açúcar empregadas no engenho São Filipe, de Manuel de Vasconcelos Sousa Baiana, para vê-las e examiná-las especialmente visitado por uma comissão composta do Barão de São Francisco, de Joaquim Inácio de Aragão Bulcão e José Neto da Silva."

N.º 24 de 15 de agosto de 1834: "Do fabrico do açúcar e dos obstáculos que põe o govêrno inglês ao aperfeiçoamento desta indústria", extrato da "Revista Britânica', de dezembro de 1833, foi devidamente comentado pelo tradutor."

N.º 36, de 5 de agosto dc 1835: "Encerram-no interessantes "estatísticas da Bahia", contendo dados sôbre a produção dè açúcar entre julho de 1834 e julho de 1835, e do fumo, assinadas por Miguel Calmon."

DECISÕES ADMINISTRATIVAS

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMERCIO

Serviço de Comunicações

N.º 177.187 (P. 84) (A.012) (D.25-3) — Requer a Associação Profissional da Indústria de Açúcar de Engenho, do Estado de Pernambuco, seu reconhecimento por êste Ministério, como sindicato representativo da respectiva categoria econômica, a base territorial do Estado de Pernambuco. Tendo sido cumpridas tôdas as exigências legais e regulamentares, nos têrmos do parecer do Departamento Nacional do Trabalho, de acôrdo com o art. 558, da Consolidação das Leis do Trabalho e instruções contidas na Portaria Ministerial número SCm-337, de 31-7-40, reconheço a requerente sob a denominação de "Sindicato da Indústria do Açúcar de Engenho, no Estado de Pernambuco", como representativo da correspondênte categoria econômica, compreendida no Primeiro Grupo — Indústria de Alimentação do plano da Confederação Nacional da Indústria, aprovado pela aludida Consolidação, na base territorial do Estado de Pernambuco, aprovados os respectivos estatutos com as emendas propostas pelo Departamento Nacional do Trabalho, devendo ser submetida à minha assinatura a competente carta de reconhecimento, depois de pago o devido sêlo. Transmita-se.

(São do teor seguinte as emendas a que alude o despacho supra: "a) na alínea e do artigo 2.º, onde se lê: "art. 545", leia-se: "alínea e do art. 513; b) a alínea e do artigo 2.º, a alínea d do art. 33 e o inciso VI do artigo 34 devem ser adaptados à Portaria Ministerial n.º 884, de 5 de dezembro de 1942; c) dever-se-á acrescentar ao art. 27 um parágrafo com a redação prescrita por êste Departamento". (A. M. F.)

("D. O.", Rio, 1-4-44.)

RACIONAMENTO DO AÇUCAR, EM SÃO PAULO

Pela portaria n.º 28, de 28-3-44, o superintendente da Comissão de Abastecimento do Estado de São Paulo determinou, para o período de 1.º a 15 de abril do corrente ano, que voltasse a vigorar a quota de um quilo por pessoa, cada quinzena, para a população da capital paulista.

Em virtude da escassez de transportes, o racionamento do açúcar, alí, sofrera uma redução de 250 gramas quinzenais "per capita". Com a entrada, em março último, de regulares quantidades de açúcar do norte, ficou decidido, pelo aludido órgão de controle, prevalecesse a ração inicialmente prefixada.

MITEC

MICROTECNICA LTDA.

SÃO PAULO — RUA ROMA, 383 CAIXA 4503. Tel. 5-0173

LUBRIFICADOR AUTOMATICO "MITEC"

Os lubrificadores "MITEC" são equivalentes aos das melhores marcas até agora importadas.
Fornecemos os aparêlhos em diversos tamanhos, de 1 até 6 ramais.

VANTAGENS:

Lubrificação independente
Lubrificação forçada
Regulação independente
Economia.

ACIONAMENTO: com polia ou a catraca

CLASSIFICAÇÃO DE AÇÚCAR E ÁLCOOL

Moacir Soares Pereira

Em meu entender, (1) a classificação ora proposta, a ser remetida ao Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, deve ter caráter provisório, conforme lembra o Prof. Gomes de Faria em sua informação, e, ainda, que esta circunstância seja declarada. Sugiro, entretanto, modificações: pois há pontos no trabalho do assistente Walter de Oliveira merecedores de reparos, os quais passo a examinar.

Açúcar — Agrupa os tipos de açúcar produzidos no país em duas categorias: açúcar de produção direta agrícola-industrial e açúcar re-trabalhado ou refinado — da seguinte maneira :

1.ª Categoria	**2.ª Categoria**
a) — Cristal	f) — Refinado
b) — Demerara	
c) — 3.º Jato	g) — Granfina
d) — Bruto	
e) — Somenos	h) — Candi

A objeção inicial é referente à designação conferida ao açúcar de engenho na letra d): açúcar "bruto". Impossível concordar com a mesma por varias razões, cada qual mais relevante. Para começar, "açúcar bruto" é expressão consagrada na classificação internacional açucareira, entendendo-se por ela o produto crú, não refinado; e abrangeria por conseguinte tôdas as variedades da 1.ª categoria acima, ou melhor, se identificaria com esta. Ressalta a inconveniência de se adotar critério diverso daquele universalmente aceito na matéria. Por tôda parte "bruto" é o açúcar que não foi ainda beneficiado, enquanto "refinado" é o que já sofreu o tratamento adequado para ser dado a consumo: Constituem ambos as duas amplas categorias, nas quais se integram as numerosas qualidades do produto. Evidentemente, o açúcar de engenho se enquadraria entre os "brutos" ou nos "refinados", de vez que também se refina êste açúcar, como prevêem-no a legislação açucareira e a fiscal. E' bem verdade que se costuma dar classificação à parte ao açúcar de engenho nas estatísticas internacionais, destacando-o dos tipos de usina. Aquele da India Inglesa é denominado "gur", enquanto em varios paises hispano-americanos é conhecido por "panela", "piloncillo" ou "chancaca". De qualquer forma, o termo "bruto" é que não lhe poderia ser atribuido, por já possuir significação específica. Chama-se assim em zonas restritas, sem a generalidade nem a exclusividade que porventura justificassem sua adoção, como seria de imaginar. Concomitantemente com a expressão "açúcar bruto", naquelas mesmas zonas emprega-se a castiça "açúcar mascavo". No comércio, então, só esta existe; quer nas vendas para o exterior, quer nas realizadas entre os Estados exportadores do nordeste e o sul do país, o termo "mascavo" é o único a figurar nos documentos — "mascavo bom", "mascavo superior", "mascavinho". Nunca "açúcar bruto". As classificações oficiais dos Estados de Pernambuco e Alagoas, os dois grandes exportadores do gênero, também consignam aquelas formulas e não a última. Por infelicidade, a denominação arbtirária tomou ares de legítima ao aparecer em diploma legal, no texto do Decreto-Lei 1.831, em fins de 1939. E' caso, porém, de oportuna correção. Também, desde há muito, nas publicações estatísticas do Instituto liam-se as expressões "bruto" e "mascavo", cabendo a primeira ao açúcar de engenho e a segunda a uma variedade de açúcar de usina... A anomalia decorre, assim penso, de um equívoco. Eis a explicação. Algumas usinas produziam um tipo inferior, por necessidades de fabricação no melhor aproveitamento da matéria prima ou por razões comerciais: tipo êsse que se assemelhava ao açúcar dos engenhos. Daí apelidarem-no de "mascavo", e às vezes, "redondo". Não é fácil realmente, distinguir certos "3.º jato", do açúcar fabricado pelos engenhos. Para sanar a confusão, acolheu-se com as duas mãos, o têrmo espúrio para o produto dos banguês, passando o vocábulo

(1) — Este trabalho foi apresentado à Comissão Executiva do I.A.A., tendo sido aprovado em sessão desta, realizada em 11 de abril último.

"mascavo" a designar o tipo inferior das usinas, na coluna correspondente dos quadros estatísticos.

Interessaria aqui uma digressão histórica, afim de fixar a linha percorrida pelo têrmo representativo da qualidade de açúcar de que se trata, desde sua origem até nossos dias. Antes do aparecimento das usinas, há um século atrás, com seus processos modernos de trabalho, o açúcar existente, todo êle produzido pelos engenhos, apresentava-se no comércio sob três qualidades distintas principais, sub-divididas em numerosas variedades, algumas destas conhecidas apenas por características locais. Havia o Branco, o Somenos e o Mascavado. Os três tipos fundamentais derivavam do processo de purgação então seguido nas fábricas. Após a cristalização nas fôrmas, o açúcar recebia lavagens sucessivas, descendo a água lentamente por infiltração, de que resultava o branqueamento da parte superior do pão, permanecendo escura a porção de baixo formando-se entre ambas uma faixa intermediária. Obtinham-se dessa maneira o branco, o mascavado e o somenos. Ocasionalmente misturavam-se as qualidades, dando lugar à redução a uma só — somenos — que também se conseguia diretamente, limitando-se o processo a uma única lavagem. Atualmente, a purgação caiu em desuso, não se lavando mais o açúcar: tira-se das fôrmas apenas o tipo mascavado, mais ou menos claro (mascavinho ou superior e o mascavo bom). Deu-se a simplicação da palavra "mascavado" que passou a "mascavo", esta de origem brasileira. Primitivamente significava açúcar não refinado, particípio de "mascavar", alteração de "mascabar", por sua vez corrutela de "menoscabar" na acepção de deixar incompleto. Do ponto de vista etimológico há, portanto, completa coerência na aplicação do vocábulo. — Apoiando-se na investigação histórica chega-se também, como acabamos de vêr, ao mesmo resultado. Assim, é inteiramente justificável chamar-se "mascavo" ao açúcar de engenho.

O tipo "instantâneo" a que se refere o ofício do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, é produzido geralmente em engenhocas do sul. Diz-se "instantâneo" porque é feito imediatamente após a retirada da meladura do fogo, ao esfriar; não se perdendo tempo na demorada cristalização nas fôrmas. A meladura é batida constantemente até transformar-se em massa amarelo-clara, sem cristais sensíveis ao tato, predisposta a formar grânulos, e por isso também conhecido tal açúcar por "farofa". E' denominado ainda "batido" e "mascavinho". No norte "mascavinho" é o mascavo mais claro, de melhor qualidade.

Na parte do parecer da Secção Técnico Industrial relativa a açúcar, é de notar na caracterização do "somenos" um ligeiro senão, quando alí se diz haver sempre **"predominância"** do açúcar de engenho na mistura com o demerara ou cristal triturado. Sucede o contrário, e mesmo há casos de ser fabricado **exclusivamente** com demerara passado em moinho. Proporia que a definição sofresse alteração nesse sentido.

O Serviço do Ministério da Fazenda solicita também esclarecimentos sôbre como enquadrar as qualidades "usina" e "branco". Nestes pontos, entretanto, o parecer silencia. Quanto ao primeiro, trata-se de cristal muito fino, de preparo especial, fabricado diretamente do xarope em certas usinas. E' incluido geralmente na categoria do "granfina", fazendo porém alguns a seguinte distinção — "usina" seria o granfina de fabricação direta, reservando-se a expressão "granfina" para o açúcar dêste gênero retrabalhado, devendo ser classificado entre os refinados. E' matéria ainda não bem elucidada. A respeito do "branco", todavia, depara-se com dificuldade ainda maior. Existe "branco" refinado e o "branco" bruto, oriundo da trituração do cristal, de engenhos turbinadores e também de engenhos banguês que ainda purgam seu açúcar. Mais das vezes faz parte do segundo grupo e deveria alí figurar. Em se tratando de refinado, seria incluido na variedade prevista.

Em conclusão, é de propor a classificação básica seguinte para açúcar :

I — Açúcar em rama
II — Açúcar refinado

I — a) — Usina	II — h) — Refinado
— b) — Cristal	
— c) — Demerara	
— d) — 3.º Jato	— i) — Granfina
— e) — Branco	
— f) — Somenos	
— g) — Mascavo	— j) — Cândi

Álcool

Em seu trabalho o assistente da Secção

Técnico Industrial apresenta o quadro abaixo para o alcool:

a) — Álcool
b) — Álcool anidro
c) — Álcool-motor

Possivelmente houve omissão da palavra **hidratado** na primeira alínea, pois não se admitiria a colocação do geral e do particular numa mesma ordem de classificação.

Álcool, nos têrmos simples do art. 1.º do Decreto n.º 23.664, é o produto de distilação com graduação acima de 74º G. L. a 15º centigrados. O álcool hidratado é aquele cuja graduação está compreendida entre 74º e 99,5º G. L..; o álcool anidro possui graduação mínima de 99, 5º G. L. (art. 70 do Decreto 22.981). Tanto um como o outro podem se transformar em álcool desnaturado pela adição de uma substância desnaturante, conforme esclarece o parecer da Secção Técnico Industrial. Sôbre isto cumpre lembrar que as exigências de desnaturamento do álcool destinado a carburante foram revogadas pelo Decreto-Lei n.º 4.878, de 27/10/942. Atualmente, do ponto de vista do erário público, desapareceu a necessidade de desnaturar o álcool carburante, já que imposto único incide sôbre tôda a produção de álcool, seja destinado à industria, seja reservado para combustivel — 90 centavos por litro.

Não percebo qual a vantagem do emprêgo da classificação sugerida. Bem ao contrário, julgo carecer das mais elementares qualidades exigíveis em sistemas dessa ordem. Vejamos um caso, dos mais comuns aliás, para exemplificar. Suponha-se uma partida de álcool absoluto que vai ser usado como combustivel. Onde colocar êste alcool no quadro sugerido? Simplesmente: no quadro todo. E' álcool (a) E' anidro (b). E é álcool-motor (c). Qual a utilidade de semelhante classificação?

A situação do álcool modificou-se bastante, últimamente. O álcool-motor, por exemplo. A suspensão da obrigatoriedade do desnaturamento implicou na extinção do único elemento de diferenciação originária. Agora, sòmente seu destino poderá caracterizá-lo, desde que apresente graduação superior a 92º G. L., única exigência expressa da Lei. Parece-me que para atender à atual posição do álcool, há conveniência em se aplicar duplo critério na solução do caso. Assim, proporiamos para substituir a classificação anteriormente transcrita, que já modificara aquela do Oficio n.º 39 da Presidência, de 23/3/42 (a) álcool potavel, (b) álcool para carburante, (c) mistura carburante (álcool-motor) — duas classificações **paralelas** para o álcool.

A primeira, conforme as características físico-químicas do produto:

a) — Álcool hidratado
b) — Álcool anidro

Os tipos acima já foram definidos.

A segunda, baseada na espécie de consumo a que se destinar o álcool:

c) — Álcool-motor
d) — Álcool industrial

Não haveria maior dificuldade em caracterizá-los. E' álcool-motor aquele destinado à carburação nos motores de explosão, aplicado só ou associado a diferentes substâncias, como gasolina, éter, benzol, etc...; quer seja hidratado (gradutação mínima de 92º G. L. a 15º C.), quer anidro. E' álcool industrial o que se reserva para usos industriais, inclusive o potável (bebidas); quer seja hidratado (graduação superior a 74º G. L. a 15º C.), quer anidro.

E' o meu parecer.

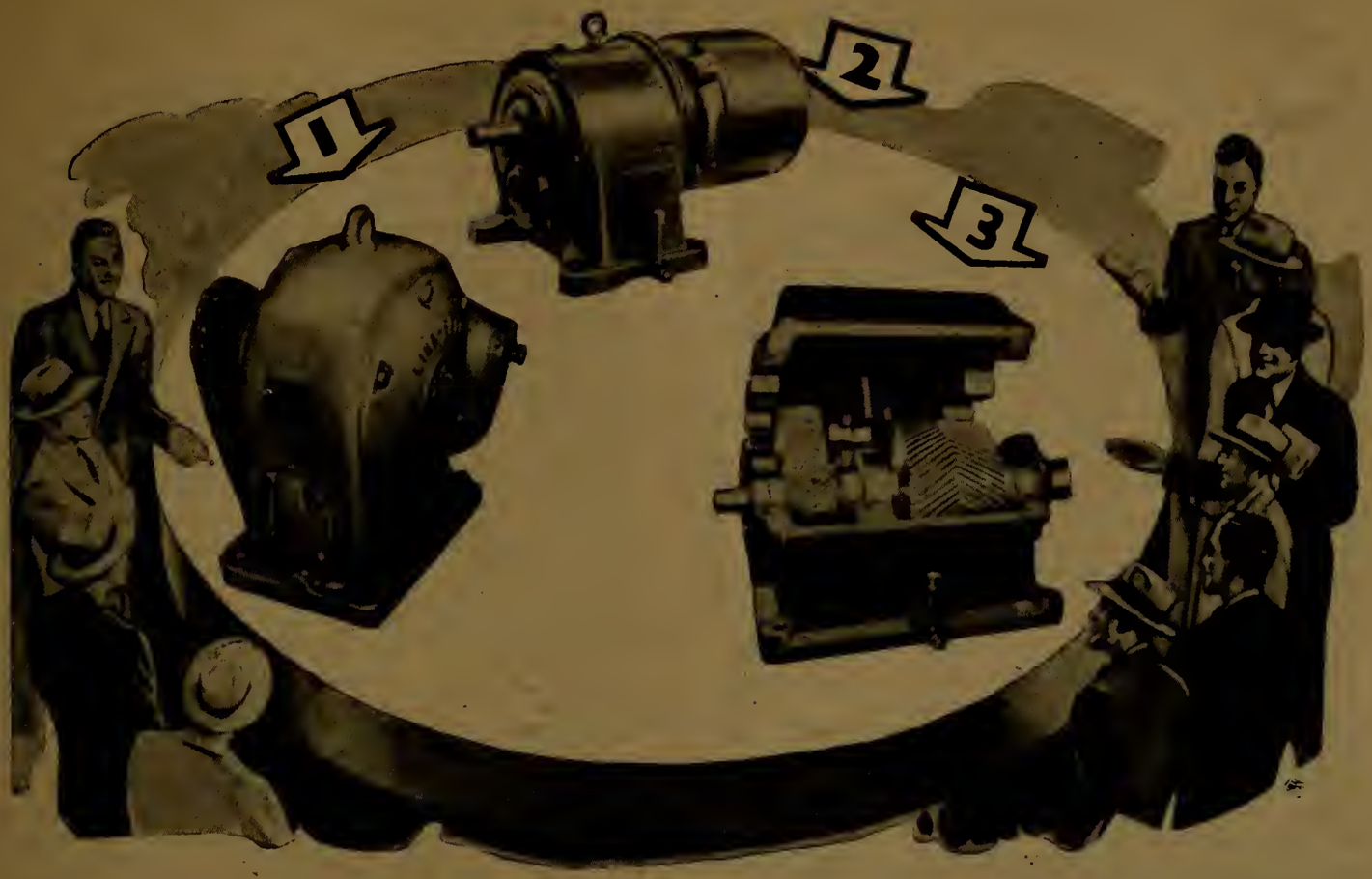
"Tecnologia da fabricação do açucar de cana"

Dr. Baeta Neves

PREÇO. . . . . Cr$ 50,00
PELO CORREIO. . . . . Cr$ 51,00

No Instituto do Açucar e do Alcool

QUAL DELES SATISFAZ AS NECESSIDADES DE V.S.ª?



Veja o nosso estoque de redutores de velocidade e escolha o de tamanho e tipo, que mais lhe interessa!

1 REDUTORES DE ENGRENAGEM SEMFIM

Para grandes proporções e onde é necessária elasticidade no arranjo das máquinas. Para transmissões em ângulo reto e outras combinações de eixo, exigindo reduções simples ou duplas. Dispomos de tipos horizontais e verticais.

2 REDUTORES MOTORIZADOS HELICOIDAIS

Associa a solidez de construção, a simplicidade e a economia, com a alta eficiência e durabilidade. Dispomos de 8 formatos estandardizados, tipos para redução dupla ou tríplice.

3 REDUTORES EM ESPINHA DE PEIXE

Garante a eficiência de operações a alta velocidade e à prova das trepidações. Assegura um trabalho silencioso e é completamente protegido contra a poeira, as incrustrações e a fumaça.

O sortimento de Link-Belt dispõe de redutores em espinha de peixe, de semfim, helicoidal motorizado, tudo isso nas proporções e formato, que lhe convierem. Reflita na vantagem que lhe trará uma recomendação imparcial de uma organização, que fabrica todos os tipos de redutores! Consulte-se à vontade com Link-Beut sôbre seus problemas particulares; receberá orientação e ajuda, que lhe assegurarão um alto rendimento, dentro das reais possibilidades de V. S.ª

LINK-BELT COMPANY

Engenheiros — Fabricantes — Exportadores — Estabelecidos em 1875
233 Broadway, Nova York (7), N. Y., E. U. A.
Endereço telegráfico: "LINKBELT"
Representantes:
Cia. Importadora de Máquinas, Rua Visconde de Inhaúma, 65 - 3.º, Rio de Janeiro
Lion & Cia. Ltda., Rua Brigadeiro Tobias, 475, São Paulo

9281 — H

LINK-BELT

SÍMBOLO DA QUALIDADE · LB · LINK-BELT COMPANY

REDUTORES DE VELOCIDADE

LUISIANA E A LAVOURA CANAVIEIRA

Paulo Parísio

— VII —

Acabo de ler uma interessante publicação em tôrno da história da lavoura e indústria canavieira em Luisiana. Por ela se têm uma real impressão de quanto tem sido pesada a luta do agricultor local para manter as suas plantações num índice econômico de produtividade e, consequentemente, a do usineiro, cuja fábrica é função das plantações. Isso tem acontecido, devido, principalmente, às condições ambientes que não são satisfatórias, requerendo a lavoura uma série de medidas artificiais para sua sobrevivência. Por isso, toda vez que um surto de moléstia tem lugar, os seus efeitos são desastrosos. O caso do "mosaico", por exemplo, assumiu uma feição de catástrofe e, naquela época, não só Luisiana foi vítima de suas consequências desanimadoras.

A República Argentina, cujas condições naturais de sua zona canavieira são mais ou menos idênticas às de Luisiana, teve no período dessa doença a ruina de sua indústria açucareira. Graças à introdução de canas javanesas (P. O. J.), resistentes ao mal, pôde a República platina controlar a situação e, cedo, restabeleceu o ritmo de sua antiga produção.

Encontrando-se em condições semelhantes, Luisiana apelou também para as variedades resistentes, cuja importação da Argentina foi feita paulatinamente.

De 1912 a 1920, anos da introdução das novas variedades, a doença do "mosaico" causou prejuizos tais às plantações que grande número de usinas, no Estado, parou, à falta de matéria prima para trabalhar.

Quando os plantadores, pelo uso das novas variedades, recuperaram as suas antigas áreas de produção, as usinas remanescentes não tinham suficiente capacidade para dar vencimento às safras então produzidas. A reabertura das antigas usinas seria a solução racional. Contudo, faltavam aos seus proprietários os elementos pelos quais isso seria viável. Faltava o dinheiro necessário para a devida reforma de aparelhagem.

Os bancos locais, já experimentados por anteriores insucessos, não queriam fazer qualquer transação. Essa situação anormal permaneceu por algum tempo, até quando o govêrno federal organizou o crédito agrícola (Farm Credit Administration), do qual o Banco das Cooperativas é um dos seus ramos.

A solução, dêsse modo, foi a organização de usinas cooperativas, que, de acôrdo com a lei de crédito nacional, teriam tôda assistência financeira do referido Banco. Os seus sócios fundadores foram os próprios plantadores de cana, cada qual entrando com uma quota proporcional à sua capacidade de produção.

Ao chegar aqui em Luisiana, tive o meu primeiro contacto com a indústria açucareira local, por intermédio de uma usina cooperativa. Por desconhecer os fatos, isso foi para mim uma surprêsa e devo dizer, uma agradavel surprêsa, porque vi que, proporcionalmente, um grande número de usinas cooperativas já se estabeleceu no Estado, depois da crise do "mosaico". Quantas vezes em Pernambuco temos nós pensado em usinas cooperativas! Solução que, para muitos, seria ideal e que o reajustamento econômico veio, provisoriamente, adiar. Como sou um dos **fans** do movimento cooperativista, quís conhecer de perto a reação do meio à nova fórmula encontrada para atender uma dificil situação econômica. Conversei com vários sócios de usinas cooperativas (antigos forneecdores de cana). Escrevi cartas a tôdas elas dizendo que estava interessado em saber as principais razões que determinaram a sua organização. No mesmo sentido escrevi ao "New-Orleans Bank for Cooperatives." A resposta que me enviou Mr. E. F. Chavanes, secretário do referido Banco, vale a pena ser transcrita, pelo menos alguns de seus trechos nesta:

"Das 65 usinas do Estado, 8 trabalham em forma cooperativista. Essas cooperativas têm operado com consideravel sucesso. A mais velha tem 11 anos de atividade e a mais nova está, agora, no seu terceiro ano. Falando de um modo geral, a razão maior para a organização das cooperativas foi a falta de facilidade de moagem para a produção de inúmeros plantadores, onde serviço adequado não existia, através de usinas particulares". Continua o missivista: "Como o senhor provavelmente está ao par, a indústria de açúcar em Luisiana quase desapareceu em 1920, como resultado da ação do "mosaico."

"Diversas usinas, então, foram abandonadas, muitas das quais se desorganizaram a tal ponto que nunca mais voltarão a funcionar. Desse modo quando a produção canavieira começou a se recuperar, graças às novas variedades de cana, capital não existia com o qual se levantassem novas usinas, em qualquer base. Os Bancos para as cooperativas foram estabelecidos depois, em 1933, e fizeram grande número de empréstimos às organizações cooperativistas recem-fundadas, em 1934. Velhas usinas foram remodeladas e postas em atividade em forma cooperativista, único tipo de organização que podia receber financiamento naqueles dias de depressão, e esta condição ainda persiste, por causa do pesado empate de capital requerido a longo prazo nessa operação de financiamento. Em 1937 e 1938 novas usinas cooperativas foram levantadas em zonas onde não existiam usinas anteriormente e em localidades onde a produção tem crescido substancialmente".

A transcrição de trechos de outras respostas, a mim encaminhadas pelas próprias usinas, seria tornar longa essa reportagem. Já é tempo de encerrá-la, o que vou fazer relatando uma passagem da conversa que tive com um dos sócios da usina

AS TORTAS DAS USINAS DE AÇÚCAR

Prof. Jaime Rocha de Almeida

I

Qualquer que seja o processo adotado nas usinas de açúcar para a clarificação do caldo, há sempre formação de **bôrras, cachaça** ou **lodo.** Estas **bôrras** são constituidas pelas impurezas que foram precipitadas ou insolubilizadas durante o tratamento do caldo e, também, pelas substâncias insolúveis incorporadas ao caldo junto com os agentes clarificantes usados para promover a sua purificação. As **tortas** que constituem um sub-produto de real valor, resultam da passagem destas **bôrras** pelos filtros-prensas ou pelos filtros rotativos a vácuo.

PROPORÇÃO DE TORTA PRODUZIDA NAS USINAS

As tortas são produzidas ordinariamente na proporção de 1 a 4 % do pêso da cana moida. Esta proporção, não obstante, varia grandemente com elevado número de fatores, tais como a variedade e a natureza da cana moida, o tipo de coador de caldo usado, o método de clarificação adotado, a quantidade e a qualidade da cal empregada na clarificação o tipo de filtro empregado, a eficiência da filtração, a lavagem das tortas nos filtros, o período de safra e, em cada safra, a eficiência das moendas e ainda com a região açucareira.

A VARIEDADE DE CANA parece influir mais indiretamente que de modo direto. Por via de regra, as variedades ricas de cera e de goma e pobres de fibra, como a POJ 2878 e a Co 290, produzem maior quantidade de torta % de cana que outras variedades pobres de cera, de goma e ricas de fibra como a POJ 213 e a Co 281. A Co 213 também produz alta proporção de torta, pois as **bôrras** provenientes da clarificação do caldo são de difícil filtração, dando tortas moles, muito aquosas e ricas de açúcar. Êsse fato é confirmado por AGRAWALA e VENKATRAMAN. E' devido justamente à própria natureza do lodo produzido por aquelas diferentes variedades de cana que a filtração se torna mais difícil. Como consequência, a torta é mais úmida e mais mole, acusando assim maior pêso por 100 de cana.

A mesma variedade de cana, em condições diferentes de sanidade cultural, de tempo decorrido após o corte, do grau de maturação, etc., pode dar resultados muito diversos em relação ao pêso da torta % de cana moida, uma vez que aqueles fatores alteram profundamente a composição e a distribuição dos constituintes da cana. Essa variação da maior ou menor proporção de torta devido à NATUREZA DA CANA MOÍDA está diretamente ligada às condições de boa ou má filtração, de fácil ou difícil decantação, apresentadas pelo caldo resultante destas canas.

---

cooperativa, no município de Lafayette, La. Tinhamos acabado de andar pelas plantações que me foram por êle mostradas com o maior interesse. 40 por cento das quotas de cooperativa pertenciam a êle e a um irmão, o que significa que mais de 40.000 toneladas são provenientes de suas plantações. Os restantes 60 por cento são recebidos das plantações dos outros 12 sócios e de grande número de fornecedores não sócios. Disse-me êle que a cooperativa havia se formado com 11 sócios, um dos quais havia se retirado e quatro outros se incorporaram posteriormente, na qualidade de antigos fornecedores. Como portador de quotas equivalentes a 1.000, 3.000, 10.000 ou 40.000 toneladas, cada um tem o mesmo direito representado por um voto. Desde a sua fundação a cooperativa vem trabalhando dentro de um ambiente de harmonia e confiança, digno dos melhores elogios. Daí os resultados mais promissores que temos consignado — adiantou-nos o amigo. E' verdade que existem alguns desgostosos com êsse estado de coisas. — Será, então, isso possivel — retruquei, se tudo corre tão bem? "Sim, os desgostosos são os nossos colegas, proprietários das usinas não cooperativas que acham que os segredos de uma indústria tão remuneradora, estão se tornando conhecidos de muitos..."

("Folha da Manhã", Recife, 5-12-43.)

O uso dos TIPOS DE COADORES que separam o máximo do bagacilho existente no caldo bruto das moendas, coopera para diminuir a proporção de torta, isso, porém, apenas teòricamente. De fato, na ausência completa do bagacilho a filtração do lodo é mais difícil, a torta fica mais mole, mais rica de umidade e, consequentemente, pesa mais. Não obstante estas considerações, pode-se considerar que esta questão ainda se mantém aberta à discussão. Várias usinas substituindo os coadores antigos por outros modernos de perfurações mais finas com o fim de reter o máximo de bagacilho do caldo, não obtiveram nenhuma dificuldade no trabalho dos prensas. Outras, usando coadores Peck encontraram dificuldades na filtração das **bôrras**, pela impossibilidade de obtenção de uma perfeita camada filtrante sôbre as lonas dos filtros prensas. Nestas usinas notava-se uma obstrução rápida dos interstícios das lonas, impossibilitando êste fato a formação de tortas duras, esgotadas e trazendo, como consequência direta, a diminuição material da capacidade dos filtros prensas, que produziam tortas em muito maior proporção. Outras ainda assinalam que após a instalação de desfibrador Searby obtiveram um considerável aumento no pêso da torta % de cana, sem qualquer melhoramento evidente na qualidade da torta, na facilidade da filtração nos prensas ou na lavagem das tortas. Por outro lado, a ação benéfica da presença do bagacilho em pó na filtração das **bôrras** tem sido demonstrada por vários autores em diferentes partes do mundo.

Como se vê, é difícil conciliar as opiniões uma vez que elas são antagônicas. Só podemos concluir por considerar que a evidência da vantagem de coadores finos ou seja a remoção total do bagacilho resta ainda contraditória. Em alguns casos há um resultado benéfico marcante; em outros não há vantagem material alguma, enquanto que outras vezes é distintamente prejudicial. Porque a coisa assim se nos apresenta não o sabemos dizer.

Êste é um fator muito difícil de ser posto em destaque no Brasil porque tôdas as nossas grandes usinas usam o tipo de coador fixo, de tela fina perfurada, com raspador de corrente sem fim. Nunca encontramos outro tipo de coador. As usinas que não usam êste sistema são geralmente pequenas, modestamente instaladas e não possuem contrôle químico de qualquer espécie. Entretanto, a ação benéfica do bagacilho, como agente auxiliar da filtração se evidencia quando se usa o filtro Oliver ou outro tipo rotativo, contínuo, a vácuo.

O MÉTODO DE CLARIFICAÇÃO ADOTADO influi de maneira decisiva sôbre a proporção de torta. Assim, o processo de carbonatação, não usado no Brasil, produz uma proporção de torta % de cana muito maior que o processo de defecação ou de sulfo-defecação. O método de clarificação composta segundo Petree, ao contrário, não produz torta, pois que as **bôrras** retornam ao bagaço que passa entre as moendas. Êsse processo, hoje em desuso, exige, segundo TROMP, um aumento de capacidade da secção de clarificação de 33% devido à re-circulação excessiva de impurezas. Comparando-se o método de clarificação simples com o de clarificação composta, adotando-se o mesmo sistema de sulfo-defecação que é o processo clássico no Brasil, nota-se como é decisiva a influência do método de clarificação na proporção de torta produzida.

Os números abaixo evidenciam a influência do método de clarificação adotado:

Método de clarificação	Torta % de cana
Defecação.	1,74
Sulfo-defecação.	1,82
Defeco-sulfitação.	2,02
Carbonatação.	5,98
Clarificação simples.	1,92
Clarificação composta.	2,50

A QUANTIDADE E A QUALIDADE DA CAL empregada na clarificação do caldo exercem notável efeito sôbre a quantidade de torta produzida. A influência da maior calagem se reflete praticamente numa maior proporção de torta. E' por isso que no processo de carbonatação, em que se emprega um excesso de leite de cal, se obtém maior pêso de torta que nos outros processos em que a quantidade de cal empregada é bem menor, e onde se procura manter a reação do caldo próximo da neutralidade.

Os dados seguintes obtidos pelo autor, na usina Vassununga, mostram que aumentando-se a quantidade de cal, por via de regra se verifica um aumento na proporção de torta produzida :

Cal % de cana	Torta % de cana
0,090	1,41
0,099	1,72
0,100	2,30
0,103	1,93
0,105	1,64
0,114	2,01
0,124	1,17
0,127	1,93
0,131	1,98
0,137	2,20

Na usina Tamoio observamos as seguintes variações, compulsando os boletins técnicos da referida usina durante vários anos:

Empregando-se clarificação simples:

Cal % de cana	Torta % de cana
0,139	2,213
0,152	2,417
0,155	2,403
0,173	2,970

Empregando-se clarificação composta:

Cal % de cana	Torta % de cana
0,116	1,860
0,133	3,023
0,143	2,680
0,145	2,852
0,149	2,340
0,164	2,375

E' do conhecimento de todos que trabalham em usinas de açúcar de cana que a cal de má qualidade e a cal mal extinta determinam, com muita frequência, a produção de tortas moles, muito aquosas, ricas de açúcar, trazendo como consequência direta maior pêso dêsse produto.

O TIPO DE FILTRO USADO faz variar a proporção de torta devido ao diferente grau de umidade com que esta deixa o mesmo. Assim, as tortas obtidas dos filtros prensas sendo quase sempre menos ricas de umidade que as obtidas nos filtros rotativos, a sua proporção ponderal é também menor. DAVIES pensa justamente o contrário. Além disso, os filtros como o Oliver, que retêm até 88 % das **bôrras** em trabalho normal, aumentam o pêso da torta devido ao bagaço peneirado, sêco e fino, adicionado ao lodo para facilitar a formação da camada filtrante sôbre a tela do filtro. Acredita-se que o aumento de torta neste caso pode atingir até 56,4%. Embora mais úmidas, são de mais fácil transporte que a dos filtros prensas.

Na safra passada (1943) obtivemos os seguintes resultados comparativos entre as 2 grandes usinas paulistas, Tamoio e Monte Alegre:

Umidade %	Tamoio Filtro Oliver	Monte Alegre Filtros prensas
Mínimo	68,59	54,28
Máximo	73,46	68,70
Média	70,56	62,48

Em relação à EFICIÊNCIA DA FILTRAÇÃO é sabido que tôdas as vezes que o período de filtração ou ciclo é muito rápido, a torta resultante dos filtros prensas é mole, rica de açúcar e de umidade, sendo, por isso, produzida em maior proporção. A dupla-filtração produz, em casos normais, menor proporção de torta por tonelada de cana que no sistema de filtração simples. Tudo dependerá do grau de umidade com que sair a torta num e noutro caso, conforme se vê nos exemplos citados por SPENCER:

Casos	Filtração	Açúcar %	Umidade %	Torta % de cana	Perda na torta % de cana
A	Simples	3,925	55,15	1,14	0,049
	Dupla	1,233	59,03	1,23	0,017
B	Simples	5,080	—	1,51	—
	Dupla	1,900	—	1,26	—

A LAVAGEM DAS TORTAS nos filtros prensas e a vácuo diminui o seu pêso, posto que esta operação extrai açúcar e também impurezas solúveis contidas nas tortas. No nosso país, raras são as usinas que usam lavar as tortas dos filtros prensas e isso porque essa operação não diminui as perdas de açúcar na torta, de modo sensível como se poderia supor à primeira vista. De fato, dada a natureza da própria torta, a circulação da água de lavagem ou mesmo do vapor não é regular por tôda a superfície da torta formada nos prensas. Lavando-se essas tortas com abundante quantidade de água, obtém-se, no final da operação, um filtrado com 2 a 3° Brix, porém a polarização da torta lavada pode permanecer alta. Essa aparente anormalidade encontra explicação no seguinte fato: a circulação da água através da massa de torta pelos diferentes quadros não foi perfeita, mas houve acanalamento. Pela dissolução de não-açúcares solúveis existentes na torta o seu pêso diminui, mas a perda de açúcar % de torta permanece alta e incorpora-se ao caldo filtrado não só aquelas impurezas dissolvidas que vão incrustar os evaporadores, como ainda uma grande quantidade de água que vai exigir um consumo grande de combustível para sua evaporação. A quantidade de açúcar extraída a mais não compensa, portanto, de um modo geral, os gastos de vapor e os trabalhos de limpeza do evaporador. Observações feitas por FOSTER, em Natal, demonstram que a lavagem pelos meios usuais dá resultados indiferentes e o tempo gasto torna essa operação economicamente impraticável.

PUCKETT menciona uma experiência realizada durante 10 semanas em uma usina de Havaí, onde as tortas eram lavadas durante 5 horas, obtendo-se uma polarização média de 0,78 e de 0,83, quando lavadas durante 4 horas. Essa lavagem prolongada, entretanto, redissolvia uma considerável quantidade de não-açúcares, como se pode ver abaixo :

Observações	Períodos de lavagem					
	Minutos	Horas				
	3 a 4	1	2	3	4	5
Brix	9,60	2,70	1,60	1,20	0,90	0,70
Polarização	8,00	2,11	1,21	0,86	0,59	0,43
Pureza aparente	83,30	78,10	75,60	71,70	65,50	61,40
% de não-açúcares	1,60	0,59	0,39	0,34	0,31	0,27

Tem-se verificado, geralmente, que, mesmo adicionando-se auxiliares de filtração às **bôrras**, a lavagem das tortas dos filtros prensas é uma operação de resultados duvidosos. Não obstante, SALVADOR expondo os resultados das experiências que fez com o uso de bagacilho sêco e peneirado, chama a atenção não só pela facilidade obtida na filtração das **bôrras**, como também pela viabilidade de uma lavagem perfeita e a obtenção de resultados positivos conseguidos na lavagem posterior das tortas.

EM CADA PERÍODO DE SAFRA E EM CADA SAFRA a quantidade de torta por tonelada de cana varia grandemente, porém, quase sempre, se pode observar que a sua proporção cresce à medida que progride a moagem, atingindo o máximo no fim da safra. Na usina Vassununga, o autor observou as seguintes variações de torta % de cana em duas safras consecutivas :

Período de safra	1938	1939
Maio - Junho.	—	1,17
Junho - Julho.	1,41	1,64
Julho - Agosto.	1,98	1,72
Agosto - Setembro.	1,93	1,93
Setembro - Outubro.	2,30	2,20
Qutubro - Novembro.	2,01	2,37
Média geral da safra.	1,92	1,83

A LOCALIDADE OU REGIÃO AÇUCAREIRA onde se acha instalada a usina é um outro fator que faz variar a proporção e a composição das tortas, provavelmente devido às condições diversas de fabricação e à maior ou menor variação da % de cera, de goma e de matérias nitrogenadas da cana, fatores êsses que flutuam com as condições climáticas e mesológicas, tratos culturais, tipos de adubos empregados, queima antes do corte, etc.

Os dados seguintes nos revelam isso com bastante evidência :

Região açucareira	Torta % de cana
Antigua.	1,19
Filipinas.	0,99 — 2,03
Formosa.	1,40 — 2,32
Havaí.	1,72 — 5,27
Índias.	3,11
Maurício.	1,25 — 2,90
Natal.	4,33 — 5,41
Porto Rico.	2,08
Queensland.	2,99

No Estado de São Paulo podemos assinalar as seguintes variações :

	1939	1938
Vassununga.	1,83	1,92
Tamoio.	3,02	1,86

Finalmente, o PREPARO DA CANA para a moagem e a EFICIÊNCIA DAS MOENDAS contribuem, também, para fazer variar a proporção de tortas. Quanto melhor preparada fôr a cana para a moagem e mais enérgica esta se processar, mais fino será o bagaço resultante e maior a proporção de torta % de cana, embora neste caso as perdas de sacarose na torta sejam menores. E' o caso de Havaí.

(Continua).

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE PRODUTORES DE RAPADURA

Comunicando ao Presidente da República a instalação na capital paraibana da Associação Profisional dos Produtores de Rapadura, o seu presidente dr. Antonio d'Avila Lins enviou a S. Exa. o seguinte despacho telegráfico :

"JOÃO PESSOA, 6-4-44 — Tenho o máximo prazer de comunicar a V. Ex.ª, a instalação nesta capital da Associação Profissional dos Produtores de Rapadura deste Estado e expressar ao mesmo tempo sinceros e vivos agradecimentos ao benemérito govêrno de V.Ex.ª pelo favor constante do decreto-lei que extinguiu a limitação da rapadura e isentou-a do pagamento da taxa de estatística. As nossas atividades agrícolas e industriais encontrarão nessa salutar e justa medida uma significação de elevado alcance econômico, repercutindo na riqueza pública do Estado e na particular de uma classe laboriosa e sofredora. Respeitosas saudações. — ANTONIO D'AVILA LINS, presidente da Associação Profissional dos Produtores de Rapadura."

"A defesa da produção açucareira"

(2.ª edição)

Leonardo Truda

Preço. . . . . Cr$ 12,00
Pelo Correio. . . . . Cr$ 14,00

EFICIÊNCIA COMERCIAL DAS PEQUENAS FÁBRICAS DE AÇÚCAR

Ernst W. Kopke

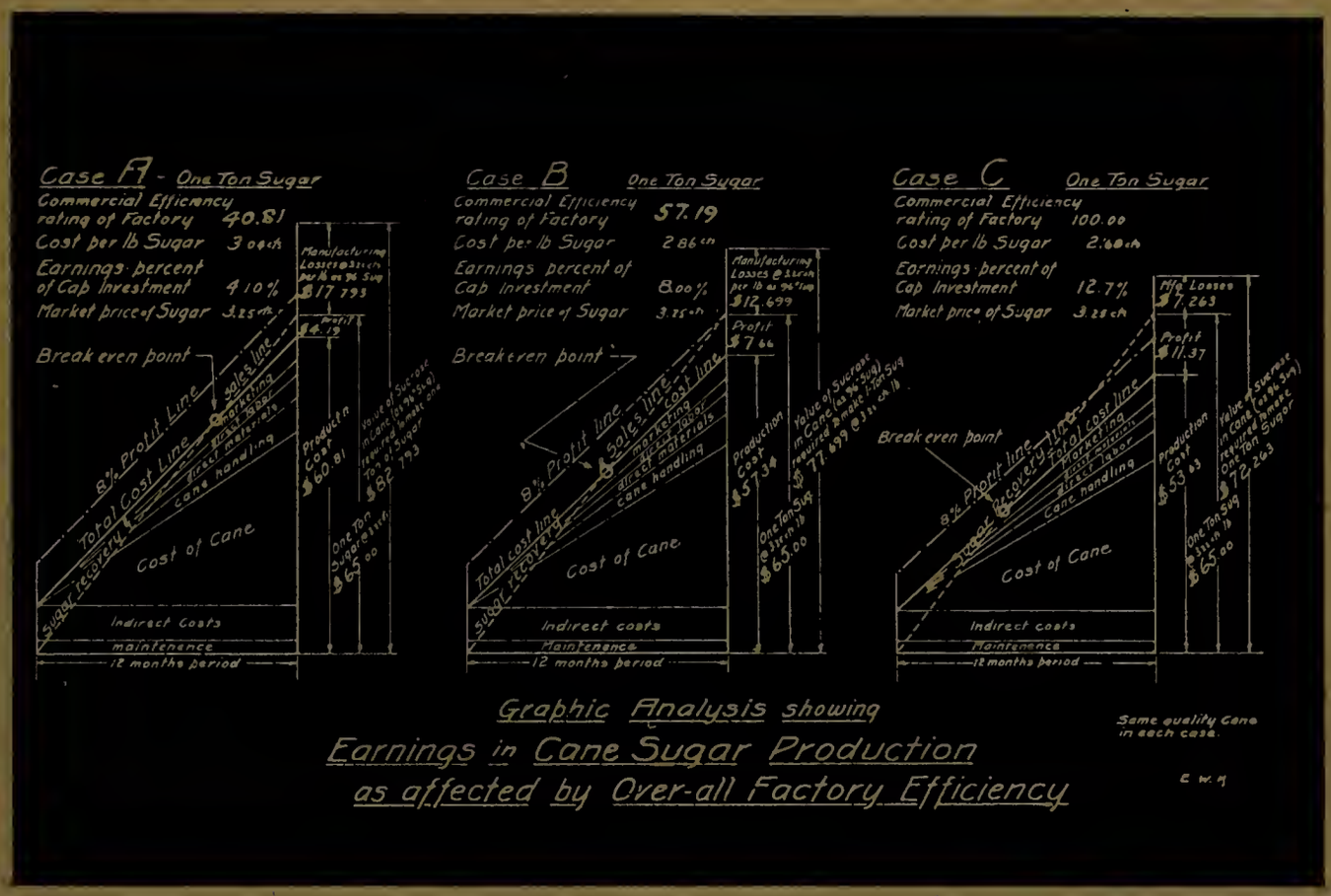
Os produtores de açúcar de cana que suprem o mercado dos Estados Unidos sofrem, anualmente, um prejuizo nunca inferior a 20.500.000 dólares, em consequência de excessivas perdas de fabricação. Êsse total (baseado no valor líquido de 2,5 cents por libra para o açúcar) representa a diferença entre a recuperação de açúcar conseguida nas condições médias atuais de trabalho e a recuperação sôbre quantidade igual de cana da mesma qualidade que se pode obter com o emprêgo de métodos de trabalho, processos e equipamentos mais eficientes. Em outras palavras, essa perda representa o custo da utilização de processos e equipamentos que vão caindo em desuso. Em fábricas que moem 2 mil toneladas de cana por dia, não é raro que se vejam privadas de lucros líquidos num total de 800 dólares por dia de trabalho. E mesmo uma fábrica pequena, com capacidade para 500 toneladas diárias, pode perder, por dia de trabalho, 300 dólares e mais, em consequência de baixa eficiência da sua aparelhagem. O exame das operações comerciais de mais de 200 fábricas, em seis paises, acusou uma surpreendente complacência na aceitação de perdas de fabricação, as quais, em muitos casos, poderiam ser reduzidas a tal ponto que os lucros seriam duplicados. A principal razão para explicar essa anomalia parece estar numa imperfeita coordenação das fases técnica e comercial do processo de produção. Frequentemente ao pessoal administrativo dessas fábricas — aparentemente de uma grande eficiência no que respeita à direção dos serviços e ao manejo da rotina comercial — falta uma visão prática dos valores técnicos que se lhe torna impossível

(AÇÚCAR BRUTO DE CANA)

	A	B	C
1 — Toneladas de canas moídas, por safra. . . .	75.000	75.000	75.000
2 — Libras de açúcar de 96 por ton. de cana. .	196,27	$209,12	224,86
3 — Toneladas de açúcar produzidas por safra	7.360,1	7.842,0	8.432,25
4 — Toneladas de cana por ton. de açúcar. . . .	10,19	9,563	8,894
5 — Custo total da ton. de açúcar.	$60,81	$57,34	$53,63
6 — Custo da ton. de cana moída.	$5,967	$5,996	$6,029
7 — Produto da venda do açúcar a 3,25 cents. a libra.	$478.406,50	$509.730,00	$548.096,25
8 — Custo total da produção por safra.	$447.634,00	$449.730,00	$452.296,00
9 — Lucro sôbre os trabalhos da safra.	$30.772,40	$60.000,00	$95.800,25
10 — Lucro por ton. de açúcar.	$4,19	$7,66	$11,37
11 — Lucro, % do capital invertido.	4,102	8,00	12,70
12 — Custo de produção da libra de açúcar — cents.	3,04	2,86	2,68
13 — Valor da sacarose necessária à fabricação de uma ton. de açúcar de 96, a 3,25 cents. por libra.	$82,793	$77,699	$72,263
14 — Valor da sacarose perdida na fabricação, açúcar de 96 a 3,25 cents. a libra.	$17,793	$12,699	$7,263
15 — Eficiência comercial relativa.	40,81	57,19	100,00

encarar efetivamente o problema das perdas excessivas. Em geral, quanto menor a fábrica tanto maior o número relativo de perdas de fabricação que podem ser evitadas. E como as pequenas fábricas têm um papel importante na indústria e muitas vezes desfrutam vantagens especiais, êste artigo trata particularmente delas. Os princípios que interessam, bem como a maneira de apresentar e avaliar alguns fatores mais importantes, são aplicaveis a fábricas de qualquer capacidade. Frequentemente, os aspectos técnicos do trabalho de uma usina de açúcar

zido, inclusive os impostos diretos e indiretos se eleva a 304 cents. Considerando as condições do mercado nos últimos dez anos e desprezando as atuais anormalidades, êsse plano não é satisfatório do ponto de vista dos acionistas. O equipamento é antiquado e nada se pode fazer para reduzir as despesas de trabalho da fábrica. A menos que se encontre uma nova base financeira, o projeto dessa usina terá de ser abandonado. Negociações preliminares indicaram a possibilidade de obter capital para rehabilitação da fábrica, contanto que se garanta um lucro de



prevalecem sôbre os valores comerciais e o resultado disso é que passam desapercebidas ou não são devidamente aproveitadas oportunidades de se obter lucros substanciais. E' evidente a necessidade de uma articulação mais prática dos interêsses econômicos que são afetados pelas condições técnicas.

Tomemos uma aplicação concreta dêsse método de análise, no caso de uma fábrica com capacidade de 500 toneladas por dia e uma produção de 7.360 toneladas de açúcar por safra para uma moagem de 75 mil toneladas de cana (coluna A do quadro anexo). O custo total da libra de açúcar bruto produ-

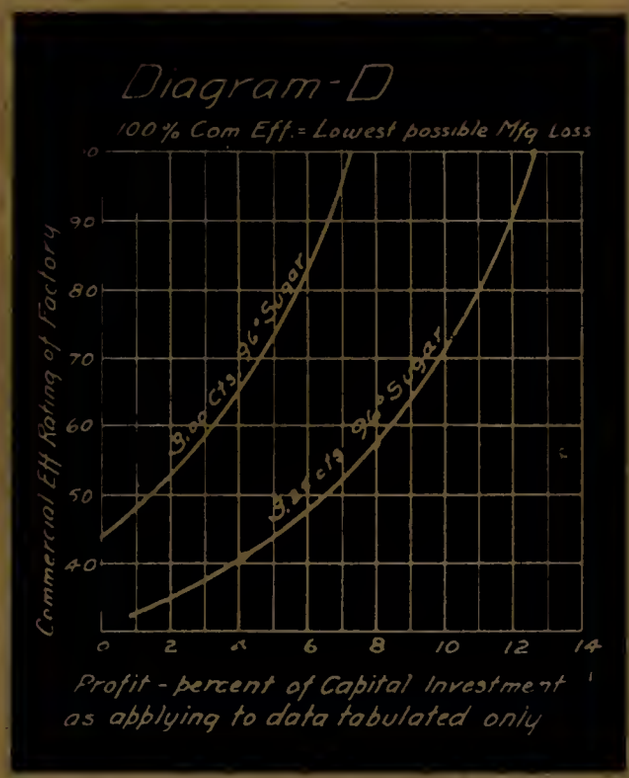
oito por cento sôbre o capital invertido para um preço corrente de 3,25 cents por libra. A estrutura do capital será modificada, se a rehabilitação for empreendida e, para fins de comparação, presume-se que, depois de feitos os descontos e o reajustamento do capital, o total básico permanecerá o mesmo. Em ordem a determinar os possíveis aumentos nos lucros, em consequência da melhoria ou eficiência da fábrica, é necessário analisar as funções e processos que afetam diretamente a recuperação do açúcar. No diagrama A, pode-se ver que a linha de 8 por cento (acima e paralela à linha do custo total), não

pode ser alcançada, ao preço de 3,25 cents a libra de açúcar de 96, nas condições em que trabalhavam as fábricas antes das anormalidades da situação atual. No caso figurado na coluna B, diagrama B, os ajustamentos da usina foram levados a um ponto que permitiu um aumento de 12,85 libras de açúcar para cada tonelada de cana esmagada. Êsse aumento resultou de novos equipamentos introduzidos, dentro de um programa de gastos mínimos, ao mesmo tempo que se utiliza grande parte da antiga aparelhagem. O plano B, portanto, permite obter o lucro desejado, nas condições de vendas estipuladas.

Nesse ponto surge a pergunta: Não será possível introduzir novos melhoramentos, de modo que se tenha uma base de trabalho mais favorável, para futuros lucros e uma melhor compensação para os capitais ?

Apresenta-se, então, um terceiro plano de organização, no qual se consideram apenas os mais altos padrões de equipamento e de eficiência. Podem, assim, os administradores, acionistas e possíveis financiadores ter uma idéia do ponto máximo dos lucros que podem obter (diagrama C, coluna C). Temos, assim, uma visão inteiramente nova do problema e ao mesmo tempo verificamos que os fatores primários que determínam o valor comercial ou os lucros de uma fábrica de açúcar são, na sua maior parte, fatores técnicos. As análises diagramáticas são uteis em problemas dessa natureza, por isso que ilustram e permitem controlar aspectos importantes, tais como o do ponto de equilíbrio ("break-even point"), a quantidade de matéria necessária em função da melhoria da recuperação e as possibilidades de aumento dos lucros decorrentes da maior eficiência da fábrica.

Sendo os lucros de uma usina de açúcar fundamentalmente afetados pelas perdas de fabricação, é evidente que a sua prosperidade pode ser aumentada desde que se reduzam essas perdas. Convém, pois, apresentar as cifras que representam as perdas de fabricação e respectivos valores de maneira a indicar as possibilidades de melhoria. Para ordenar assas cifras, é necessário exprimir os valores técnicos ou os resultados em termos comerciais. O produtor de açúcar, como qualquer outro industrial, entrega-se a essa atividade com o objetivo de ganhar dinheiro e por isso convém que as fases tecnológicas do seu trabalho sejam ajustadas e expressas da maneira que melhor convenha a êsse objetivo primário. A expressão "eficiência comercial" é aqui empregada para exprimir o grau em que os trabalhos da fábrica se aproximam dos lucros máximos, no que isso se relaciona com a redução das perdas de fabricação ao mais baixo ponto possível. No caso que tratamos, a eficiência comercial (C. R.) estabelece-se da seguinte maneira :



$$\frac{\textbf{Mínimo de perdas de fabricação} \times 100}{\textbf{Perdas de fabricação atuais}} = \textbf{C.R.}$$

Surge, assim, o problema de saber-se o que propriamente se pode admitir como mínimo de perdas de fabricação. Parece lógico basear essa cifra na mais alta extração e no máximo de cristalização. As cifras que representam o mínimo de perdas de fabricação pressupõem o emprego de tôdas as facilidades necessárias — equipamentos, processos, métodos, controle, etc. — indispensáveis à sua consecução. Fixado dessa maneira o mínimo de perdas, o produtor pode, com maior segurança, conhecer o quanto perde com o uso continuado de padrões obsoletos; pode pre-

OS PROCESSOS CONTINUOS NA CLARIFICAÇÃO DOS CALDOS E NA FILTRAÇÃO DA CACHAÇA

Paul Madon

Os processos em aprêço trazem sempre, quando aplicados cuidadosamente, lucros importantíssimos aos usineiros. Em comparação com os métodos descontínuos, êsses processos reduzem consideravelmente a mão de obra, as despesas de conservação de material e as perdas de açúcar.

O presente trabalho, fruto da experiência, indica os meios próprios a empregar, para obter, dos aludidos processos, os melhores resultados técnicos e financeiros.

À saida das moendas, o caldo deve ser peneirado por passagem numa tela metálica muito fina, operação essa que evita, além de outros inconvenientes, a sedimentação preguiçosa das impurezas nos clarificadores.

O caldo peneirado sofre em seguida um preaquecimento capaz de levar sua temperatura até mais ou menos 50.º, conforme o método javanês e é sulfitado.

E' inútil sulfitar abaixo de pH 4,00, não para evitar a inversão do açúcar, mas sim para reduzir a importância das incrustações.

Calagem como de costume a pH 7,00 e aquecimento complementar até 102/105.º.

A clarificação pode ser simples ou composta. Esta, para os caldos de baixa densidade, como por exemplo os produzidos no início da safra e com o emprêgo de embebição simples; aquela, se os caldos são de alta densidade, obtidos em embebição composta e mais ou menos refratários à clarificação. A clarificação simples reduz de cêrca de 1.000 litros por tonelada de cana o movimento dos líquidos nos clarificadores.

As dificuldades de clarificação dos caldos podem ser atribuidas às seguintes causas:

a) Viscosidade excessiva do caldo.

b) Brix demasiado alto do caldo e densidade insuficiente da cachaça.

A viscosidade é geralmente devida à alteração das canas antes da moagem; pode ela ser ate-

---

determinar, com uma boa aproximação, os benefícios que terá abandonando velhos padrões por novos. Convém ter presente, nesta altura a oposição que despertam as modificações de equipamentos e de processos. Todavia, a nossa maior preocupação neste trabalho é considerar o ponto de vista do capitalista, do acionista ou daqueles que dependem dos lucros e que muito se beneficiariam com um trabalho mais seguro e com a certeza de que haverá sempre lucros, mesmo a níveis de preço mais baixos. Se uma fábrica de açúcar funciona com 65 por cento do mínimo de perdas, valeria a pena melhorar essa percentagem ? Como conseguir isso e qual seria a despesa a fazer ? Por que não discutir êsses problemas amplamente e tratá-los à base de uma perfeita articulação dos fatores de ordem técnica e econômica ?

Relacionando os valores que exprimem a eficiência comercial, o diagrama D aplica os dados tabulados nas colunas A, B e C e nos diagramas correspondentes. Nele se compreende tanto o preço de 3 cents por libra de açúcar bruto como o de 3,25 cents. Não é preciso dizer que os valores e relações acima apresentariam divergências em outros casos e largas variações entre si. Isso, porém, não anula as vantagens de considerar as cifras que exprimem a eficiência comercial como um processo analítico de rotina. O industrial que se obstina no uso de maquinaria de reduzida eficiência e de processos e métodos antiquados, paga por isso um elevado preço; e geralmente priva os acionistas, financiadores e outras partes interessadas da grande parte dos seus lucros potenciais. O objetivo dêste artigo é mostrar aos administradores das empresas açucareiras quais os meios que permitem determinar os melhoramentos a serem introduzidos nas fábricas. Assim o fazemos, reconhecendo as necessidades do momento atual. Embora não se possa prever a extensão e a natureza das repercussões desta guerra, nenhuma dúvida se tem quanto à necessidade de futuros ajustamentos na indústria açucareira. E êsses ajustamentos serão mais vantajosamente aplicados, se forem devidamente articulados com os fatores tecnológicos que diretamente influem nos aspectos comerciais da produção de açúcar.

(Traduzido de "Sugar".)

O AÇÚCAR E OS DENTES

Em seu número de 2 de maio de 1936, a revista "Centralblatt für die Zuckerindustrie" publicou um artigo do dr. G. Bruhns, a propósito de um "conselho médico" do "Lokal-Anzeiger", de Berlim. O "conselho" batia na velha tecla de que o açúcar é nocivo aos dentes, convindo todo cuidado em não deixar ficar entre os mesmos qualquer partícula do doce produto. Além disso, argumentava-se que o açúcar também exerce ação nefasta sôbre a dentadura, por ação indireta, quer dizer, através da digestão.

O doutor Bruhns refutava tais assertivas nos seguintes termos:

"E' muito fácil, como se sabe, refutar a primeira dessas acusações contra o açúcar. Tôdas as espécies de açúcar, que podem ser levadas em conta aqui, — sacarose, dextrose, levoluse, maltose e lactose — dissolvem-se facilmente na água e portanto na saliva. Como esta última está sempre presente na boca, o açúcar que eventualmente ficar entre os dentes, com restos de comida, é dissolvido e engulido. Não é possível, assim, falar-se de uma ação prolongada do açúcar sôbre a dentadura. Mal poder-se-ia considerar o açúcar como fator de desenvolvimento de bactérias: primeiro. porque a saliva o arrasta com certa rapidez e, depois, porque o açúcar está longe de possuir, para o desenvolvimento e multiplicação bacterianos, a importância das matérias albuminosas. (A lactose constitui uma exceção e assim mesmo só em relação à alimentação das bactérias lácticas; o médico em questão não se refere, porém, a elas, pois doutro modo teria que fazer uma advertência contra o consumo do leite...) E essas matérias são junstamente as que, pela sua permanência na dentadura, sob a forma de restos de carne, ovos, tortas e pão, e por serem insolúveis na saliva mais prejudicaram os dentes, porque representam o melhor alimento para as bactérias. Conseqüentemente, é de boa prática, antes de dormir, fazer desaparecer não só dos dentes como de tôda boca os restos de comida, que encerrem matérias albuminosas. Precisamente por isso é ilógico aconselhar que se coma "outra coisa" depois de uma comida rica em açúcar para livrar a dentadura dêsse alimento, que a ela adere. O açúcar não adere aos dentes, como tal, pois doutro modo seu sabor doce persistiria na boca, muito depois da comida, e em lugar de "limpeza" da dentadura por meio de uma comida posterior, alcançar-se-ia exatamente o contrário: reter as matérias prejudiciais, isto é, as que contêm albumina.

Além das albuminas de tôda a classe, devem ser tidos como resíduo entre os dentes os filamentos de certos alimentos, especialmente de frutas e vegetais ,que são comidos crus, e também as gomas. Filamentos e gomas (amidos) entram em contacto, simultâneamente, com a dentadura, os amidos na forma de grudes, (os outros mal são engulidos), formam uma massa espessa que penetra nas fendas e interstícios inter-dentais, aderindo-lhes. Essa massa transforma-se, graças à pitialina, fermento contido na saliva, em dextrose e maltose, mas isso a pouco e pouco, de modo que vem a constituir-se num permanente caldo de cultura para as bactérias, como se verifica na albumina, por exemplo, o pão e especialmente as tortas. A saliva, contudo, arrasta com rapidez o açúcar, que se vai formando na referida massa, como se se tratasse de açúcar comum. Vê-se então que as co-

---

nuada tanto por meio de sulfitação maior que por uma diluição conveniente do caldo.

Se a clarificação preguiçosa é devida à diferença insuficiente entre a densidade do caldo e a da cachaça, pode-se lançar mão dos seguintes meios.

1.º) — Diluir o caldo para abaixar a densidade.

2.º) — Aumentar a densidade da cachaça, quer eliminando prèviamente os corpos mais leves, cera bagacinho; quer aumentando a proporção de matérias minerais cuja densidade é muito superior à cachaça, usando sulfitação mais enérgica ou fosfatação complementar.

A filtração da cachaça com filtro Oliver, empregando bagacinho como matéria filtrada, dó ótimos resultados sob condição de dispor de uma quantidade suficiente de bagacinho finamente peneirado. A quantidade a empregar deve ser de cêrca de 8 quilos por tonelada de cana e a grossura das partículas não deve ultrapassar a do bagacinho produzido pelas peneiras fornecidas pelo construtor do filtro.

A matéria filtrante sendo misturada com o produto a filtrar, a retenção das impurezas não pode ser total como nos casos dos filtros prensas; é pois de suma importância determinar cada dia a quantidade de impurezas detidas pelo filtro % das mesmas trazidas pela cachaça. E' essa percentagem que chamaremos "Eficiência de filtração". Maior é essa eficiência, menor é a quantidade de impurezas que deve voltar novamente ao filtro. A eficiência de filtração aumenta sempre com a diminuição da velocidade de rotação do filtro.

O caldo turvo, mais ou menos carregado de impurezas, deve abandonar estas antes de voltar aos clarificadores; basta para isso um tratamento pelo ácido fosfórico seguido de uma decantação separada num pequeno decantador especial. Os resultados são perfeitos.

O controle químico da filtração deve ser feito diàriamente e abrange os seguintes produtos: bagacinho, cachaça, caldos turvos e claro, torta.

(Resumo do trabalho apresentado ao 3.º Congresso da Associação Química do Brasil.)

PRÊMIOS "INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL" NA ASSOCIAÇÃO QUIMICA DO BRASIL

REGULAMENTO

Art. 1.º — A Associação Química do Brasil, de acôrdo com o Instituto do Açúcar e do Álcool, amplia, no 3.º Congresso Nacional de Química, o programa da Divisão de Açúcar e Álcool, o qual passará a abranger tôdas as atividades legitimamente ligadas a essas indústrias.

Art. 2.º — Serão recebidas teses e comunicações sôbre quaisquer ramos de ciência pura e aplicada que se relacionem com:

a) produção de matéria prima para açúcar e álcool;
b) fabricação do açúcar;
c) fermentação e seus produtos, especialmente álcool etílico.

Dentro dessa divisão geral serão criadas, na Divisão de Açúcar e Álcool, em face dos trabalhos recebidos, as secções e sub-secções que se tornarem necessárias para melhor apreciação, discussão e julgamento dos mesmos.

Art. 3.º — Ficam instituidos, pelo Instituto do Açúcar e do Álcool, os seguintes prêmios em dinheiro:

a) ao melhor trabalho sôbre pesquisa científica será concedido um prêmio de Cr$ 5.000,00.
b) ao melhor trabalho de caráter tecnológico será concedido um prêmio de Cr$ 5.000,00.

§ único — Os prêmios terão as seguintes denominações:

a) Prêmio INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOL — Caráter científico;
b) Prêmio INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL — Caráter tecnológico.

Art. 4.º — Os membros inscritos no Congresso que desejarem se candidatar a êsses prêmios, deverão enviar um resumo dos seus trabalhos à Secretaria da Associação Química do Brasil, Rua Senador Dantas, 19, salas 105 a 109, até o dia 20 de dezembro e o trabalho final deverá ser entregue antes de 16 de janeiro.

Art. 5.º — O candidato, ao lado do título do trabalho, indicará se concorre ao assunto de pesquisa científica ou de caráter tecnológico.

Art. 6.º — O julgamento do concurso para cada prêmio será feito pelos Diretores da Associação assistidos pelos dirigentes da Divisão Científica de Açúcar e Álcool, bem como um representante do Instituto e de tantos assistentes quantos forem julgados necessários.

§ 1.º — Não poderá tomar parte no julgamento qualquer membro do Congresso que tenha apresentado trabalho para concorrer aos prêmios.

§ 2.º — A Comissão Julgadora constituida por esse artigo terá plena autonomia e deliberará sôbre a forma pela qual se processará o exame dos trabalhos, o julgamento e o reconhecimento dos autores.

§ 3.º — A Comissão de Julgamento apresentará a sua decisão antes do encerramento do Congresso e os prêmios serão entregues por ocasião do jantar ou almoço de confraternização em que se dará por encerrado o Congresso.

Art. 7.º — Não haverá recurso da decisão da Comissão de Julgamento, que emitirá sua opinião por maioria.

Art. 8.º — Todos os trabalhos premiados serão de propriedade do Instituto do Açúcar e do Álcool que os publicará e distribuirá, gratuitamente, quando julgar conveniente, entre os produtores, escolas, bibliotecas, jornais e revistas técnicas do Brasil e dos paises da América do Sul, para sua maior divulgação, bem como aos sócios da Associação. Fica assegurado ao autor o direito a cinquenta exemplares.

§ 1.º — Os trabalhos não premiados, mas que tenham obtido recomendação especial da Comissão Julgadora, poderão ser publicados na mesma forma acima estabelecida para os premiados.

§ 2.º — Os trabalhos não premiados, inclusive os de que trata o § 1.º, se não forem publicados na forma aí estabelecida, serão divulgados na revista Brasil Açucareiro, nas publicações da Associação ou em outras publicações da forma que a Associação e o Instituto deliberaram.

Art. 9.º — Todos os trabalhos que concorrerem a êsses prêmios, inclusive os premiados, serão apresentados e discutidos nas reuniões da Divisão de Açúcar e Álcool.

("Revista Brasileira de Química", n.º 99, março de 1944.)

---

midas farinhentas, os restos de pão e outros alimentos semelhantes põem a perder também a dentadura, quando nela permanecem longo tempo, por falta de limpeza.

Acrescentava o dr. Bruhns que quanto à influência prejudicial exercida pelo açúcar por via indireta, isto é pela digestão, é certo que o consumo exagerado de açúcar determina moléstias em certas pessoas, pela secreção de ácido sálico; mas tal só acontece quando o indivíduo consome, ao mesmo tempo, alimentos vegetais, que se transformam em ácidos ou que contenham gorduras. Mas, nesses casos, a culpa não poderá recair sôbre o açúcar.

Noutro artigo do dr. Bruhns, que o "Centralblatt" publicou no número seguinte — de 9 de maio — o autor dizia que o queijo é um dos piores inimigos da dentadura porque as bactérias que contém não são esterilizadas antes do consumo, como se verifica com os alimentos que são cozinhados ou assados.

O articulista concluia lamentado que a imprensa diária não despertasse a atenção do público para os pontos expostos."

(De "La Indústria Azucarera", fev. 1944.)

PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, CONSUMO E ESTOQUES

(AÇÚCAR)

1941/42 — 1943/44

POSIÇÃO EM 31 DE MARÇO

Unidade: saco de 60 quilos

PERIODO	Estoque inicial	Produção	Importação	Exportação	Transformado em álcool	Consumo	Estoque final
TODOS OS TIPOS (USINAS E ENGENHOS)							
Março de 1944	4.543.103	1.083.530	—	240.800	—	448.870	4.936.963
Março de 1943	5.163.795	1.108.613	—	—	—	1.038.825	5.233.583
Março de 1942	5.448.764	702.055	—	71.083	—	1.540.070	4.539.666
JUNHO/MARÇO							
1943/44	3.651.464	20.457.907	—	740.400	38.554	18.393.454	4.936.963
1942/43	2.538.324	20.877.847	—	327.741	37.669	17.817.178	5.233.583
1941/42	3.036.451	20.667.772	—	636.779	—	18.527.778	4.539.666
TIPOS DE USINA							
Março de 1944	4.259.636	1.033.530	—	240.800	—	420.105	4.632.261
Março de 1943	4.909.668	832.813	—	—	—	767.509	4.974.972
Março de 1942	5.177.482	401.061	—	69.783	—	1.210.882	4.297.878
JUNHO/MARÇO							
1943/44	3.408.514	14.248.607	—	740.400	38.554	12.245.906	4.632.261
1942/43	2.381.046	14.277.047	—	327.741	37.669	11.317.711	4.974.972
1941/42	2.839.268	13.750.120	—	631.779	—	11.659.731	4.297.878

PRODUÇÃO TOTAL DE AÇÚCAR

(Usinas e Engenhos)
MOVIMENTO DA SAFRA DE 1943/44
(POSIÇÃO EM 31 DE MARÇO DE 1944)

ESTADOS	AÇÚCAR (saco 60 quilos)				ÁLCOOL (Litros)
	Produção Autorizada	Estimativa	Total das Usinas	Total das Usinas e Engenhos	
Acre	8.985	12.000	—	11.000	—
Amazonas	5.699	7.000	—	6.300	—
Pará	27.126	65.000	3.215	53.215	6.308
Maranhão	48.670	90.000	7.927	87.927	—
Piauí	96.849	62.500	1.500	61.500	—
Ceará	384.738	767.000	16.325	766.325	65.900
Rio Grande do Norte	164.778	200.000	54.499	159.499	16.640
Paraíba	594.592	720.000	430.158	750.158	928.950
Pernambuco	6.522.969	5.800.000	4.881.842	5.376.842	31.821.597
Alagoas	2.332.982	1.850.000	1.477.251	1.762.251	6.347.519
Sergipe	968.779	835.000	810.399	839.399	798.287
Bahia	1.102.167	1.500.000	777.865	1.307.865	412.488
Espírito Santo	86.292	220.000	35.168	195.168	144.110
Rio de Janeiro	2.745.070	2.900.000	2.304.142	2.484.142	18.048.240
Distrito Federal	—	—	—	—	—
São Paulo	2.807.852	3.600.00	2.959.533	3.359.533	38.461.632
Paraná	3.230	20.000	—	20.000	—
Santa Catarina	419.427	465.000	40.294	440.294	279.678
Rio Grande do Sul	24.805	70.000	—	70.000	—
Minas Gerais	2.747.655	3.100.000	418.051	2.518.051	3.869.722
Goiaz	176 577	150.000	—	150.000	—
Mato Grosso	41.318	38.000	30.438	38.438	219.742
TOTAIS	21.310.560	22.471.500	14.248.607	20.457.907	101.420.813

ESTOQUE DE AÇÚCAR

DISCRIMINAÇÃO POR TIPO E LOCALIDADE — 1944
POSIÇÃO EM 31 DE MARÇO
Unidade : saco de 60 quilos

ESTADOS	Granfina	Cristal	Demerara	Somenos	Mascavo	Bruto	TOTAL	RESUMO POR LOCALIDADE			
								PRAÇA		Nas Usinas	Nas Dist. do I.A.A.
								Capitais	Interior		
Rio G. do Norte .	—	17.580	—	—	—	3.011	20.591	11.775	—	8.816	—
Paraíba	—	177.248	—	—	—	6.375	183.623	126.969	33.092	23.562	—
Pernambuco . . .	176.645	1.916.994	4.756	—	6.655	220.075	2.325.125	2.009.434	200.000	115.691	—
Alagoas	30.830	427.640	278.170	—	—	65.211	801.851	726.351	—	75.500	—
Sergipe	—	601.862	12.318	—	13.904	—	628.084	422.754	127.424	77.906	—
Bahia	—	213.682	—	—	—	—	213.682	127.876	—	85.806	—
Rio de Janeiro . .	—	205.569	11.512	—	—	—	217.081	21.410	—	195.671	—
D. Federal . . .	—	207.474	—	—	—	10.030	217.504	217.504	—	—	—
São Paulo	—	272.906	13.282	22.266	—	—	308.454	102.049	—	206.405	—
Minas Gerais . .	—	11.332	229	—	973	—	12.534	6.047	—	6.487	—
Demais Estados .	—	8.434	—	—	—	—	8.434	—	—	8.434	—
BRASIL	207.475	4.060.721	320.267	22.266	21.532	304.702	4.936.963	3.772.169	360.516	804.278	—

ESTOQUE DE AÇÚCAR

1942 - 1944
POSIÇÃO EM 31 DE MARÇO
Unidade : saco de 60 quilos

ESTADOS	TODOS OS TIPOS			TIPOS DE USINA		
	1942	1943	1944	1942	1943	1944
Rio Grande do Norte..	3.647	15.924	20.591	3.647	15.924	17.580
Paraíba	74.396	46.233	183.623	70.592	45.305	177.248
Pernambuco	2.006.636	2.739.617	2.325.125	1.904.106	2.565.264	2.105.050
Alagoas	409.958	702.382	801.851	323.467	626.613	736.640
Sergipe	372.659	645.699	628.084	372.659	645.699	628.084
Bahia	187.148	327.177	213.682	186.965	327.177	213.682
Rio de Janeiro	654.146	241.601	217.081	654.146	241.601	217.081
D. Federal	24.225	101.656	217.504	17.025	98.856	207.474
São Paulo	651.191	295.362	308.454	609.611	290.601	308.454
Minas Gerais	132.553	97.496	12.534	132.553	97.496	12.534
Demais Estados	23.107	20.436	8.434	23.107	20.436	8.434
BRASIL	4.539.666	5.233.583	4.936.963	4.297.878	4.974.972	4.632.261

COTAÇÃO DE AÇÚCAR

(POR SACO DE 60 QUILOS)

1942 - 1944

Valor em Cruzeiros

MARÇO

1. TIPO DE USINAS

PRAÇAS	CRISTAL									DEMERARA								
	MAXIMA			MINIMA			MEDIA			MAXIMA			MINIMA			MEDIA		
	1942	1943	1944	1942	1943	1944	1942	1943	1944	1942	1943	1944	1942	1943	1944	1942	1943	1944
João Pessoa	60,0	73,0	82,0	60,0	73,0	82,0	60,0	73,0	82,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Recife	61,0	68,0	82,0	60,0	68,0	82,0	60,5	68,0	82,0	41,2	—	—	41,2	—	—	41,2	—	—
Maceió	54,0	67,6	79,0	54,0	67,6	79,0	54,0	67,6	79,0	46,0	56,6	69,0	46,0	56,6	69,0	46,0	56,6	69,0
Aracajú	62,0	67,0	82,6	60,0	65,0	82,6	60,8	66,0	82,6	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Salvador	65,0	68,6	82,6	60,0	65,0	82,6	62,3	67,3	82,6	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Campos	65,0	83,0	92,2	62,0	82,0	88,0	64,0	82,3	90,5	—	—	—	—	—	—	—	—	—
D. Federal	70,0	70,0	70,0	67,0	67,0	68,0	68,5	68,5	69,0	60,0	60,0	60,0	58,0	58,0	58,0	59,0	59,0	59,0
São Paulo	76,0	93,0	N/	72,0	93,0	N/	73,8	93,0	N/	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Belo Horizonte	76,0	98,0	129,0	73,0	96,6	120,0	73,9	97,6	122,7	—	—	—	—	—	—	—	—	—

2. TIPO DE ENGENHO

PRAÇAS	BRUTO								
	MAXIMA			MEDIA			MINIMA		
	1942	1943	1944	1942	1943	1944	1942	1943	1944
João Pessoa	45,0	58,0	69,0	45,0	58,0	69,0	45,0	58,0	69,0
Recife	27,2	66,4	79,0	26,0	62,4	77,0	26,6	64,4	78,0
Maceió	24,0	—	—	18,0	—	—	21,0	—	—
Aracajú	39,5	39,5	78,6	39,5	39,5	78,6	39,5	39,5	78,6
Salvador	34,0	50,0	50,0	32,0	50,0	50,0	33,1	50,0	50,0
Campos	—	—	—	—	—	—	—	—	—
D. Federal	54,0	54,0	54,0	52,0	52,0	52,0	53,0	53,0	53,0
São Paulo	58,0	N/	N/	54,0	N/	N/	56,5	N/	N/
B. Horizonte	—	—	—	—	—	—	—	—	—

ANTONIO GUIA DE CERQUEIRA
Chefe da Secção de Estatística

"HISTÓRIA DO AÇÚCAR"

O número de "Cuba Económica y Financiera", de janeiro último publica o seguinte :

"História do Açúcar — Tomo II — (português) — (Desde a época mais remota até o começo da fabricação do açúcar de beterraba). Por Edmund O. von Lippmann. Obra publicada originalmente pelo seu autor, em alemão, em 1890, editada pela segunda vez, corrigida e aumentada em 1929, quando aquele tinha já 73 anos de idade, depois de cinquenta anos dedicados ao estudo da matéria.

A edição em português, de que ora nos ocupamos, foi traduzida por Rodolfo Coutinho e publicada pelo Instituto do Açúcar e do Álcool do Brasil. O primeiro tomo dessa obra veio à luz em 1941, e dele já tratamos nesta Secção Bibliográfica, edição de maio de 1942 de "Cuba Económica y Financiera".

A obra original compreendia um só volume, mas a tradução em português, a que nos referimos, foi dividida em dois tomos, o segundo dos quais foi publicado em 1943.

Trata-se do mais completo trabalho jamais escrito sôbre o açúcar. Von Lippmann começou seus estudos sôbre a matéria em 1879 e durante dez anos andou reunindo documentação até publicar o livro em 1890. Contém a obra mais de 3.500 referências de outros tantos autores consultados e citados dos idiomas alemão, alto alemão, francês, inglês, italiano, espanhol, português, holandês, latim, grego, provençal e catalão, além de fontes do oriente em idiomas desconhecidos do autor mas vertidas com o auxílio de numerosos sábios e professores que as traduziram especialmente do sânscrito, dos dialetos hindús, árabes, persas e outros.

Edmund O. Von Lippmann faleceu em setembro de 1940, com a idade de 83 anos, depois de estalar a guerra mundial, deixando escritos dois trabalhos anexos à sua obra, os quais o Instituto do Açúcar e do Álcool do Brasil não pôde mandar traduzir e editar, para completar a edição portuguesa, descrita nestas linhas, em virtude de não ter recebido os mesmos, dadas as dificuldades da guerra, não obstante terem sido enviados àquele órgão pelo filho do sábio autor da "História do Açúcar".

"Cuba Económica y Financiera" é de opinião que uma tal obra não deve faltar nas bibliotecas das instituições açucareiras cubanas nem nas das corporações culturais básicas nacionais, pelo caudal de erudição que encerra sôbre o produto fundamental da vida de Cuba.

Fez o Instituto do Açúcar e do Álcool do Brasil, com a edição em português dessa obra, uma das maiores contribuições à divulgação da cultura açucareira, que se poderia levar a termo, sendo merecedor, por isso, do reconhecimento dos países açucareiros de língua espanhola e portuguesa."

*
* *

Ainda sôbre a "História do Açúcar", de E. O. von Lippmann, edição em português do I.A.A., "El libro americano", da União Panamericana, em Washington, n.º 2, tomo VII, fevereiro de 1944, faz uma referência sôbre os pontos marcantes do monumental trabalho, dizendo, a propósito do tomo II, que "tem a mesma exuberância bibliográfica do primeiro". Completa a referência a transcrição do sumário do referido 2.º volume.

Léxico Açucareiro Inglês-Português

Por TEODORO CABRAL, autor do "Dicionario Comercial Inglês-Português".

O "Léxico Açucareiro" compreende termos técnicos ingleses, usualmente empregados na lavoura da cana e na indústria do açucar com os seus equivalentes em português. Volume em formato portatil, ilustrado, com 170 páginas.

Preço do exemplar cart.... Cr$ 12,00
Pelo Correio. . ..... Cr$ 14,00

—:—

A' VENDA NA SECÇÃO DE PUBLICIDADE DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42
(9.º pav.)

Caixa Postal 420 RIO

Bombas de Vácuo para Usinas de Açúcar

Alto rendimento e comprovada eficiência. Próprias para serviço contínuo. Vedação perfeita, Cilindros de ferro especial. Acionamento a vapor ou por correia. Estas bombas são do tipo que mais eficiência tem demonstrado pelo alto grau de vácuo que proporcionam.

Fabricação de moendas modernas, motores horizontais a vapor, esteiras para cana, bagaço e bagacinhos, lubrificadores automáticos, facas rotativas para esteira de cana, etc.

●

CONSULTEM

SERAFIM BLASI & CIA.

CAIXA POSTAL 2 - FONE 431

BOTUCATÚ — EST. SÃO PAULO

"OS FUNDAMENTOS NACIONAIS DA POLITICA DO AÇÚCAR"

O presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, Sr. Barbosa Lima Sobrinho, acaba de enfeixar num pequeno opúsculo as duas interessantes exposições feitas perante a Comissão Executiva do citado Instituto a respeito dos "fundamentos nacionais da política do açúcar".

Na primeira exposição S. Exa. aborda, com abundância de pormenores, o tema "suprimento do açúcar e a questão do transporte". Afirma o presidente do I.A.A. que "a crise mais grave não é esta que estamos vendo nos mercados consumidores, mas a que se observa nos mercados produtores do norte, com as dificuldades existentes para a retirada do açúcar fabricado". Tanto assim que atualmente cêrca de 5.000.000 de sacos de açúcar formam o estoque forçado do norte. Enquanto isso acontece aqui, no sul a escassez do produto obrigou as autoridades a recorrerem ao racionamento dêsse artigo de consumo forçado. Daí por que o Sr. Barbosa Lima Sobrinho chega à conclusão de que "não há, pois, falta de açúcar mas, sim, falta de transporte".

Na segunda exposição, o autor do opúsculo citado trata da limitação da produção do açúcar como condição fundamental do equilíbrio estatístico entre a producão e o consumo. Mostra como procedeu o govêrno nacional para salvar o açúcar — base da economia de alguns estados nordestinos — cuja produção, por volta de 1932, alcançou um limite sem precedente na história, resultando daí a queda brusca do preço do produto. A defesa da produção açucareira teve como ponto de partida a limitação da produção com o estabelecimento de quotas, e a proibição da instalação de novas usinas.

A política do açúcar — esclarece o Sr. Barbosa Lima Sobrinho — defende interesses do País, a unidade da economia nacional. Consubstanciando um pouco de sentimento profundamente brasileiro que inspira a ação do presidente Vargas, ela não pretende mais, com o zoneamento da produção, que o fortalecimento do mercado interno, pela intensificação do comércio.

O que se vê é São Paulo comprando açúcar no norte enquanto o norte adquire em São Paulo produtos manufaturados. E' o Rio Grande do Sul aumentando as suas vendas de charque no nordeste enquanto o nordeste aumenta a sua exportação. "E cada permuta de mercadorias, entre as unidades da Federação, é um vínculo a mais para o fortalecimento da comunhão".

O opúsculo que o presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool acaba de publicar merece ser lido por aqueles que se interessam pelos problemas da economia nacional.

("O Nordeste", Fortaleza, 22-12-43.)

*
* *

"Cuba Económica y Financiera", número de janeiro último, fez o seguinte registro do opúsculo publicado sob o título acima, do Sr. Barbosa Lima Sobrinho:

"Os fundamentos nacionais da política do açúcar" — (português) — Por Barbosa Lima Sobrinho, presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool do Brasil. Exposição apresentada à Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool do Brasil pelo seu presidente, a 10 de maio de 1943, sôbre a situação da indústria do açúcar no Brasil. Contém também uma análise da questão do transporte do referido produto."

"Os Holandeses no Brasil"

Jan Andries Moerbeeck — Motivos porque a Companhia das Indias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei da Espanha a terra do Brasil. Amsterdam. 1624.

Lista de tudo que o Brasil pode produzir anualmente. 1625.

Tradução do Rev. P.e Fr. Agostinho Keijzers e José Honorio Rodrigues. Prefácio, notas e bibliografia de José Honorio Rodrigues .

À venda nas Livrarias ..... Cr$ 5.00

"GEOGRAFIA DO AÇÚCAR"

Do dr. Francisco de Aguiar, técnico em açudagem e irrigação da Inspetoria de Obras contra as Sêcas, atualmente na chefia do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio, recebeu o professor Afonso Várzea a carta abaixo, a propósito do seu livro "Geografia do açúcar, no Leste do Brasil":

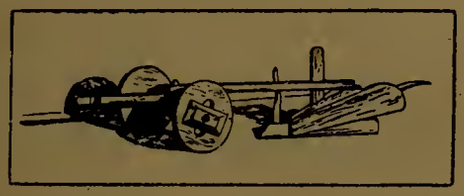
"Rio de Janeiro, 10 de maio de 1943.

Prezado e ilustre amigo Afonso Varzea:

Li com subido interesse a tua Geografia do Açúcar. É' um trabalho de fôlego, e ponto de partida de um estudo de grande valor e amplos horizontes.

A história do desenvolvimento da indústria açucareira do "saliente brasileiro", ali relatada de permeio com a fisiografia dessa interessante região do Brasil, foi admiravelmente respigada de citações geomorfológicas sempre oportunas.

Dilatando-se a orla das culturas canavieiras, em determinadas regiões até os limites da "silva horrida", estudou o autor da "Geografia do Açúcar", com muita propriedade, a história dêsse movimento de desbravamento para o oeste. Igualmente, as conversações mantidas com os proprietários de fábricas e banguês, nas suas próprias instalações,



O Arado de madeira chamado Pai Adão, de secular tradição no Recôncavo, pois foi introduzido pelos lavradores lusos, iniciadores da cultura da cana no século Dezesseis. Pai Adão continúa prestando serviços aos canaviais baianos. (Cliché da "Geografia do Açúcar")

valem por um estudo social das mutações operadas no velho ambiente dos senhores de engenho, pela nova legislação açucareira que sistematizou, garantindo e melhorando a produção do açúcar no Brasil.

Tendo palmilhado durante anos a fio, na qualidade de engenheiro das Obras contra as Sêcas, os interiores de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará posso atestar a procedência das análises de geofísica e de antropogeografia na massa de fatos geográficos que ressalta do teu livro.

Ao apreciado autor, os cumprimentos do amigo e admirador — **Francisco Aguiar.**"

* * *

Registrando o aparecimento da obra em apreço, o "Correio da Manhã", desta capital, edição de 20 de fevereiro último, publicou a seguinte nota:

"Acaba de surgir "Geografia do Açúcar no leste do Brasil". Trata-se de mais um valioso trabalho do professor Afonso Várzea. São 450 páginas que desafiam para a sua leitura os especialistas no assunto e, mais que isso, levam o leitor leigo a compulsá-lo com interesse. O volume está escrito de tal forma, que nem por se tratar de um tema científico se poderá deixar de sentir em sua elaboração acentuado característico literário; com simplicidade e elegância, o autor nos leva a viajar pelo leste brasileiro. E é percorrendo vastas regiões, desde o Recôncavo à fronteira do Ceará com o Piauí, que Afonso Varzea nos vai mostrando com o máximo de espontaneidade a paisagem açucareira, o formidavel labor das populações canavieiras daquela região do país.

Afonso Várzea tem método próprio de manifestar suas conclusões científicas, claro e natural. Não fez esquemas, não se subordinou a uma ordenação clássica. A viagem o inspirou. E a obra foi aparecendo. E é assim que se a lê, desprovida de processos rígidos de exposições, à maneira de uma reportagem de tomo. E, simutaneamente, sente-se que essa leveza e essa maneira toda pessoal de tratar um assunto tão palpitante para a nossa vida econômica, longe de afastar-lhe a seriedade científica, muito pelo contrário tornam "Geográfia do Açúcar no leste Brasileiro" uma obra para estudiosos. Em mais de cinquenta capítulos e com farta ilustração, Várzea aborda o meio geográfico em todas as suas faces. O trabalho é, pode-se afirmar, completo. Nele se podem estudar e ler a geografia, a botânica e a geologia do leste; os problemas econômicos do solo, dos rios temporários; analisadas culturas, etc.

O trabalho revela, sobretudo, que o autor é um conhecedor seguro do assunto."

Índice alfabético e remissivo
de
"Brasil Açucareiro"
Do I ao XIII volume
Preço . . . . . Cr$ 5,00

BIBLIOGRAFIA

Mantendo o Instituto do Açúcar e do Álcool uma Biblioteca, anexa a esta Revista, para consulta dos seus funcionários e de quaisquer interessados, acolheremos com prazer os livros gentilmente enviados. Embora especializada em assuntos concernentes à indústria do açúcar e do álcool, desde a produção agrícola até os processos técnicos, essa Biblioteca contém ainda obras sôbre economia geral, legislação do país, etc. O recebimento de todos os trabalhos que lhe forem remetidos será registrado nesta secção

POST-WAR EMPLOYMENT — Edward. S. Conway

Trata-se de substancioso estudo sôbre as condições de post-guerra em relação às jovens gerações. O autor baseou a primeira parte do trabalho na tese com que se candidatou ao doutorado de Ciência Social na Universidade de Liverpool e na qual procurava estudar a origem de fatores condicionantes das normas educacionais para os "chomêurs" jovens, durante o período 1919/39. Na segunda parte, o autor dá conta dos resultados de amplos inquéritos a que procedeu, no exército, sobretudo entre elementos dos dois sexos dos serviços de defesa militar e civil, na Grã-Bretanha. D. Caradog Jones, catedrático de Estatistica Social da Universidade de Liverpool, prefaciando o livro, comenta as sugestões propostas pelo autor nessa segunda parte do livro, fazendo ver que muitas das medidas compulsórias ali preconizadas colidem com a índole britânica. O autor entende, todavia, que as referidas medidas encontrariam acolhida geral, caso aplicadas com clarividência e retidão e salienta que tal convicção emana das conclusões a que chegou após os exaustivos inquéritos entre várias classes sociais. Observa que não será às vésperas da desmobilização que planos apressados e inexequíveis poderão trazer algo de util e duradouro para a comunidade. De acôrdo com a tradição britânica, o sr. Conway manteve calorosos debates durante os inquéritos, que foram apoiados pela Associação Educacional de Trabalhadores e pelo Comité Regional de Liverpool para Educação de Adultos. E' o seguinte o sumário do livro em apreço: **Primeira parte** — O futuro dos jovens — I — Introdução ao problema. II — Reações da opinião pública antes da grande guerra. III — Reações da opinião pública após a grande guerra. IV — Organizações voluntárias e movimento da juventude. **Segunda parte** — Homens desmobilizados e outros homens — I — Uma revisão do problema. — II — Uma síntese do plano. Quadros estatísticos.

O representante do Conselho Britânico, no Brasil, teve a gentileza de ofertar um exemplar à Biblioteca do I.A.A.

REAJUSTAMENTO DOS VENCIMENTOS E SALÁRIOS DO PESSOAL CIVIL E DO PESSOAL MILITAR — DASP.

Recebemos um exemplar do trabalho, com o título acima, com os estudos, exposições de motivos e tabelas de vencimentos, que antecederam a promulgação do decreto-lei 5.976, de 10-11-43, melhorando os salários do serviço público federal e das classes militares, instituindo também o salário-família.

DIVERSOS

BRASIL: — Anais do Museu Paulista, vol. XI; Boletim da Associação Comercial do Rio de Janeiro, ns. 410 a 412; Bol. do Ministério das Relações Exteriores, n. 12; Boletim Semanal da Associação Comercial de São Paulo, ns. 48 a 51; Boletim Estatístico do Instituto Nacional do Sal, n. 44/18; Banco Nacional de Descontos, relatório; Boletim da Superintendência dos Serviços do Café, n. 202; Boletim do Serviço de Eoconomia Rural. n. 2; Bolettim do Conselho Federal de Comércio Exterior, n. 3; Boletim da Câmara de Reajustamento Econômico, n. 41; O Campo, n. 170; Ciência Poltíica, ns. 7 e 8; O Economista, n. 288; Economia, n. 58; Indústria e Técnica, n. 1; Ilustração Fluminense, n. 31; Indústrias Luiz Dubeux S. A. (relatório 1942 e 1943); Imposto de Consumo, n. 59; I.B.M., n. 2; Imprensa Médica, ns. 361 e 362; Mundo Automobilístico, n. 2; Ministério da Fazenda (Proposta Orçamentária para 1944 — Relatório — 2 volumes); O observador Econômico e Financeiro, n. 98; O Problema do Salário na Atualidade e no Após-Guerra, de Ruy de Azevedo Sodré; Revista do D.N.C., n. 128; Revista do I.R.B., n. 24; Revista Bancária Brasileira, n. 135; Revista Brasileira de Química, n. 98; A Rodovia, n. 50; Revista de Química Industrial, n. 142; Revista do Serviço Público, n. 1; Vitória, ns. 539 a 542.

ESTRANGEIRO: — Bol. Mensual del Departamento de Agricultura Y Comercio, n. 11; Bol. Mensual del Escritório Comercial do Brasil, Buenos Aires, ns. 1 e 2; Bol. del Consórcio de Centros Agrícolas de Manabí, n. 36; Bol. Mensual de Estadistica Agropecuária, n. 12; Boletin de la Cooperativa Industrial de Caña Y Alcohol, n. 3; Boletin Informativo de la Direccion de Ganaderia, n. 11; Boletin Agrícola, ns. 10 a 12; Boletin Mensual de Estadistica del Ministério de Agricultura, Argentina, n.º 559; Camara de Comércio Argentino-Brasileña, n. 34; Cuba Económica Y Financiera. n. 214; Em Guarda, n. 4; Fortnightly Review, ns. 189, 3, 4 e 6; Guia de Importadores de Indústrias Americanas, n. 1; Gaceta Algodonera, n. 241; Informe Anual do Diretor, Instituto de Agricultura Tropital, Puerto Rico, 1942-43; La Indústria Azucarera, n. 604; Instituto de America, ns. 4 e 5; Informaciones Estadística Agropecuária, n. 4, Lamborn Sugar-Market Report, ns. 5 a 7; El Libro Americano, n. 2; El Mundo Azucarero, n. 1; Noticioso, ns. 197 a 199; Planificación Económica, n. 12 e Índice dos ns. 1 a 10; Revista del Comércio Exterior, n. 11; Revista de Estadistica, n. 12; El Rotariano Argentino, n. 204; Revista Interamericana, n. 1; Sugar, n. 2; El Trimestre Econômico, n. 4; Weekly Statstical Sugar Trade Journal, ns. 5 a 7;

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

BALANCETE EM 31 DE MARÇO DE 1944

ATIVO

	Cr$	Cr$
Ativo Fixo		
Biblioteca do Instituto	111.364,50	
Imóveis ("Edifício Taquara")	4.711.679,90	
Laboratórios — Recife — Aparelhos e Utensilios	91.972,10	
Móveis e Utensílios	2.340.467,30	
Títulos e Ações	10.707.000,00	17.962.483,80
Empréstimos		
Adiantamentos sôbre Açúcur de Engenhos	3.860.000,00	
Caixa de Empréstimos a Funcionários	196.726,20	
Custeio de Refinarias	13.564.299,90	
Empréstimos a Banguezeiros e Fornecedores de Cana	6.627.791,40	
Empréstimos a Produtores de Açúcar	13.048,10	
Financiamento a Distilarias	21.326.026,07	
Financiamento a Fornecedores de Cana	10.587.156,40	56.175.048,07
Despesas		
Diversos	3.484.046,30	
Defesa do Açúcar	2.712.619,80	6.216.666,10
Contas de Resultado		
Anuário Açucareiro	5.280,00	
Compras de Açúcar C/Retrovenda	86.770.997,10	
Livros e Boletins Estatísticos	1.662.309,90	
Revista "Brasil Açucareiro"	36.905,90	88.475.492,90
Devedores Diversos		
Contas Correntes — Saldos Devedores	62.382.330,48	
Instituto de Técnologia c/Subvenção	57.588,13	
Letras a Receber	296.613,00	62.736.531,61
Caixas e Bancos		
Caixa — Sede do Instituto	87.620,50	
Fundos no Banco do Brasil	80.433.116,00	
Delegacias Regionais C/Suprimentos	57.615.288,50	138.136.025,00
CONTAS DE COMPENSAÇÃO E CAUÇÃO		121.672.249,30
DISTILARIAS CENTRAIS — Soma do Ativo		85.358.567,56
SECÇÃO DO ALCOOL-MOTOR — Soma do Ativo		7.759.632,07
		584.492.696,41

PASSIVO

Fundos Acumulados		
Arrecadações de Taxas de Defesa	254.965.767,92	
Arrecadações Diversas	12.036.346,50	
Taxa S/Aguardente	794.532,90	
Taxa S/Alcool	27.826.529,70	
Taxa S/Fornecimento de Cana	1.908.955,10	297.532.132,12
Reservas		
Juros Suspensos	698.629,60	
Locação de Vagões-Tanques	200.000,00	
Reserva para Depreciações	1.644.755,00	2.543.384,60
Contas de Resultado		
Juros	402.024,40	
Multas	53.592,20	
Rendas do "Edificio Taquara"	970.847,80	
Vendas de Açúcar	665.050,40	2.091.514,80
Despesas		
Açúcar c/Despesas — Safra 1943/44		79.682,60
Obrigações:		
Banco do Brasil c/Financiamento	70.132.542,60	
Contas Correntes — Saldos Credores	33.321.881,67	
Depósitos Diversos	5.963.696,25	
Ordens de Pagamento	36.789.556,70	146.207.677,22
CONTAS DE COMPENSAÇÃO E CAUÇÃO		121.672.249,30
DISTILARIAS CENTRAIS — Soma do Passivo		939.308,80
SECÇÃO DO ALCOOL-MOTOR — Soma do Passivo		13.426.746,97
		584.492.696,41

Rio, 31-3-1944.

LUCIDIO LEITE
Contador

"Geografia do açúcar, no Leste do Brasil"
Prof. Afonso Várzea
À venda nas Livrarias

Alcoometria, estereometria e análise do álcool
Dr. Anibal R. de Matos
Preço . . . . . **Cr$ 15,00**
Pelo Correio. . . . . . **Cr$ 17,00**
Na Secção de Publicidade do
Instituto do Açúcar e do Álcool

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

ORÇAMENTO PARA 1944 — POSIÇÃO EM 31 DE MARÇO DE 1944

Nos.	VERBAS	Duodécimo	Saldo anterior	Quota mensal	Despesas Mês: Março	Total Despesas	Média mensal	Crédito anual	Saldo do créd. anual
	PESSOAL :	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$
1	Comissão Executiva.	31.900,00	21.300,00	53.200,00	36.600,00	79.100,00	26.366,66	382.800,00	303.700,00
2	Sede do Instituto.	268.710,00	43.259,60	311.969,60	249.779,60	743.940,00	247.980,00	3.224.520,00	2.480.580,00
3	Fiscalização Tributária.	161.250,00	211.250,00	372.500,00	109.958,60	221.208,60	73.736,20	1.935.000,00	1.713.791,40
4	Delegacias Regionais.	140.060,00	227.834,00	367.894,00	72.294,30	124.580,30	41.526,76	1.680.720,00	1.556.139,70
5	Verba para Substituição.	10.000,00	20.000,00	30.000,00	930,00	930,00	310,00	120.000,00	119.070,00
6	Despesas de Viagem.	103.500,00	207.000,00	310.500,00	76.055,00	170.565,80	56.855,26	1.242.000,00	1.071.434,20
7	Diárias.	92.066,00	119.917,00	211.983,00	62.932,00	127.147,00	42.382,33	1.104.792,00	977.645,00
8	Gratificações :								
	Pró-Labore.	102.583,33	195.976,46	298.559,79	—,—	9.190,20	3.063,40	1.231.000,00	1.221.809,80
	Gratificações Diversas.	58.183,33	57.498,36	115.681,69	37.500,00	96.368,30	32.122,76	698.200,00	601.831,70
	MATERIAL :								
1	Material de Consumo.	47.500,00	36.444,40	83.944,40	80.761,80	139.317,40	46.439,13	570.000,00	430.682,60
2	Material Permanente.	34.166,65	22.126,30	56.292,95	64.277,80	110.484,80	36.828,26	410.000,00	299.515,20
3	Diversas Despesas.	184.425,00	100.089,60	284.514,60	174.004,90	442.765,30	147.588,43	2.213.100,00	1.770.334,70
		1.234.344,31	1.262.695,72	2.497.040,03	965.094,00	2.265.597,70	755.199,19	14.812.132,00	12.546.534,30

Rio, 31-3-1944

LUCIDIO LEITE, Contador.

PRODUÇÃO DE AÇUCAR EM GOIAZ

A Companhia Industrial e Agrícola, recentemente constituida, em Goiaz, com elementos dos meios financeiros goianos, tem diante de si um grande programa de trabalho, o qual, uma vez efetivado, virá trazer considerável beneficios a tôda a região compreendida pelo município de Goiânia e pelas unidades municipais circunvizinhas. Essa emprêsa está montando, em zona fertilíssima do distrito de Itaim, neste município, uma grande usina para produção de açúcar e álcool, com capacidade para lançar ao mercado de 50 a 60 mil sacos do primeiro dêsses produtos, por ano, e cêrca de 10 mil litros de álcool-motor. Já chegaram ao Estado, por via ferro-viária, nada menos de 80 toneladas do material necessário à instalação da usina em aprêço, que está sendo imediatamente assentado. A inauguração dêsse melhoramento deverá efetuar-se de outubro a dezembro do corrente ano, quando a sua efetiva produção terá início. Como se vê, é a instalação dessa usina mais um atestado do progresso econômico do município da novel capital de Goiaz, cuja população irá ter desafôgo após a inauguração no tocante ao consumo dos produtos que serão produzidos alí, màrmente do açúcar. ("A Manhã", Rio, 28-4-1944.)

DE SÃO PAULO PARA OS DEMAIS ESTADOS

Segundo elementos que coligiu, certamente em fonte autorizada, o Boletim da Associação Comercial de São Paulo demonstra que mais da metade da exportação paulista se destinou o outros Estados da União, em 1942, ao contrário do que acontecia em 1939.

Nesse ano, quando teve início a atual guerra, São Paulo exportou, para o mercado nacional, 952 milhões de toneladas, no valor de 2.337 milhões de cruzeiros, ao passo que as remessas para o exterior pesaram 1.739 milhões de toneladas, cujo valor ascendeu a 3.044 milhões de cruzeiros. Representava, assim, a exportação interestadual, 45,8% da tonelagem e 43,4% do valor, contra 64,2% da tonelagem e 56,6% da importância total, referentes às remessas para o exterior.

Em 1942, os papéis estão invertidos. Os mercados importadores nacionais absorvem 61,5 da tonelagem exportada, ou sejam 1.194 milhões de toneladas, significando, em dinheiro, 59,6% do valor total das exportações, enquanto que as vendas para o estrangeiro somaram, apenas, 746 milhões de toneladas, portanto 38,5%, cujo preço foi de 3.145 milhões de cruzeiros, por conseguinte não mais de 40,4%.

Vê-se que a capacidade de absorção demonstrada pelos mercados nacionais foi notavel, elevando 25% na tonelagem e 98% no valor.

A constatação que êsses dados oferecem, conquanto nada tenham de surpreendente, confirmando, apenas, uma suposição lógica, encerra, todavia, um motivo de regozijo e incitamento, mas tambem uma lição.

Encarregaram-se os fatos de acentuar a profunda interdependencia da economia paulista e das demais economias regionais. Foi o desenvolvimento da produção nos outros Estados que lhes permitiu fazer as elevadas aquisições de artigos manufaturados, gêneros alimenticios, materias primas, etc., que São Paulo estava e está privado, em parte, de enviar para o exterior.

Longe de pensar num estreito nacionalismo econômico, é grato verificarmos as largas possibilidades de expansão que o proprio mercado interno oferece à produção agro-industrial brasileira, a serem exploradas pelo fortalecimento do poder aquisitivo da nossa gente e, bem assim, pela extensão das zonas consumidoras ainda contidas em circulos tão limitados num país tão vasto.

Quando se defende, por exemplo, o sistema restritivo da produção açucareira em beneficio do tri-secular "habitat" da lavoura canavieira, a região nordestina, está provado que se defende o poder aquisitivo do mercado em potencial das manufatura e outras mercadorias que fazem a riqueza do planalto piratiningano.

Não importa que nas estatísticas figure o Distrito Federal como o comprador de quase uma terça parte das mercadorias exportadas por São Paulo para os mercados nacionais, porquanto o Rio desempenha aí o papel de verdadeiro entreposto, de centro de distribuição para o nordeste e o norte do país.

Detalhe que acentua bem a significação do consumidor nacional para a produção de São Paulo é o que mostra, nos dados referentes a 1942, o Estado do Paraná comprando mercadorias no valor de 344 milhões de cruzeiros, enquanto a Argentina — para onde não sòmente não houve os embaraços de navegação que nos separaram de outros paises, mas se intensificou consideravelmente o comércio exportador — adquiriu apenas 254 milhões de cruzeiros.

São incitamentos a que se considere, cada vez mais, a economia do país em termos realmente nacionais, visando intensa transfusão de valores. ("Diário de Notícias", Rio, 13-5-44.)

BANCO DO BRASIL

O maior estabelecimento de crédito do País

Agências em tôdas as capitais e cidades mais importantes do país e correspondentes nas demais cidades e em todos os paises do mundo.

Condições para as contas de depósitos:

COM JUROS (sem limite) . . . . . .2% a. a. (retiradas livres)

POPULARES (limite de Cr$ 10.000,00) . 4% a. a. (" ")

LIMITADOS (limite de Cr$ 50.000,00) . 3% a. a. (" ")

PRAZO FIXO — de 6 meses. . . . . .4% a. a.

— de 12 meses. . . . . .5% a. a.

Prazo fixo com renda mensal:

— de 6 meses. . . . . .3,½% a. a.

— de 12 meses. . . . . .4,½% a. a.

NOTA — Nesta conta, o depositante retira a renda, **mensalmente,** por meio de cheque.

DE AVISO — Para retiradas (de quaisquer quantias) mediante **prévio aviso :**

— de 30 dias. . . . . .3,½% a. a.

— de 60 dias. . . . . 4% a. a.

— de 90 dias. . . . . .4,½% a. a.

——————::——————

Letras a prêmio-(sujeitas a sêlo proporcional)

— de 6 meses. . . . . .4% a. a.

— de 12 meses. . . . . .5% a. a.

——————::——————

Nesta Capital, além da Agência Central, sita à rua 1.° de Março n.° 66, estão em pleno funcionamento as seguintes Metropolitanas :

GLÓRIA - Largo do Machado (Edifício Rosa).

BANDEIRA - Rua do Matoso, n.° 12

MADUREIRA - Rua Carvalho de Sousa n.° 299.

MEYER - Av. Amaro Cavalcanti n.° 27

Companhia Usinas Nacionais

AÇÚCAR "PÉROLA"

Saco azul
Cinta encarnada
Pacotes de 1 e 5 quilos

FÁBRICAS :

RIO DE JANEIRO
SÃO PAULO
SANTOS
TAUBATÉ
JUIZ DE FORA
BELO HORIZONTE
NITEROI
CAXIAS - EST. DO RIO
ENTRE RIOS " "

SEDE:

RUA PEDRO ALVES, 319
TELEGRAMAS "USINAS"
TELEFONE 43-4830
RIO DE JANEIRO

Esta Revista foi composta e impressa nas of. de Industrias Graficas J. Lucena S/A — Rua Mayrink Veiga, 22 — Rio de Janeiro